



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

VII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE PSICOLOGIA POLÍTICA

MEMÓRIA POLÍTICA, MOVIMENTOS
SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ESFERA PÚBLICA

ANAIS

15 A 18 DE NOVEMBRO DE 2012

REALIZAÇÃO:



Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

REITORIA

Reitor: Prof. Dr. Fernando Guaragna Martins
Vice-reitoria: Professora Dra. Sita Mara Lopes Sant'Anna

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Leonardo Alvim Beroldt da Silva

PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

Pró-Reitora: Professora Dra. Sílvia Santin Bordin

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO

Pró-Reitor: Prof. Dr. Maximiliano Segala

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Pró-Reitor: Prof.Dr.Marc François Richter

Comissão organizadora

Aline Reis Calvo Hernandez (UERGS) – Presidente

Sueli Souza dos Santos (UERGS) - Presidente

Helena Scarparo (PUCRS)

Aline Accorssi (Unilasalle)

Pedrinho Guareschi (UFRGS)

Márcia Cavalcante (ONG Cirandar)

Renata Jardim e Teresa Cristina Bruel dos Santos
(ONG Coletivo Feminino Plural)

VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política- Anais

É uma publicação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
Reitoria: Rua sete de Setembro, 1156- Centro- Porto Alegre, RS.
CEP: 90.010-191 – Telefone: (51) 3288-9000
Internet: www.uergs.edu.br E-mail: nucleouergs@gmail.com
Site do evento: sbpp.eventize.com.br

Comissão Científica

Nacional

Aline Reis Calvo Hernandez (UERGS)

Sueli Souza dos Santos (UERGS)

Rejane Several (UERGS)

Heliande Pereira (UERGS)

Rodrigo Koch (UERGS)

Pedrinho Guareschi (UFRGS)

Helena Scarparo (PUCRS)

Aline Accorssi (Unilasalle)

Alessandro Soares da Silva (USP)

Domenico Uhng Hur (UFG-Goiás)

Dennis de Oliveira (USP)

Gisele Paim Costa (IFES Restinga)

Mathieu Turgeon (UnB)

Maria da Graça Jacques (UFRGS)

Internacional

Carlos José Barracho - Universidade de Lisboa- Portugal

Dario Paez- UPV-Espanha

Elio Rodolfo Parisi - UNSL- Argentina

Ignacio Dobles - UCR- Costa Rica

José Manuel Sabucedo Cameselles - USC- Espanha

Marizita Montero - UCV- Venezuela

Nelson Molina Valencia- UNIVALLE-Colômbia

Silvina Alejandra Brussino - UNC- Argentina

Equipe de Monitoria da UERGS

Amanda Grasiela Da Luz Peres (Porto Alegre)
Cristina Graffitti Bageston (São Francisco de Paula)
Daysi Silva (São Francisco de Paula)
Débora Velho Cunchertt (São Francisco de Paula)
Fernanda Bandeira Carvalho (São Francisco de Paula)
Gabriela de Castro (São Francisco de Paula)
Géssica Camargo Müller (São Francisco de Paula)
Gisele Linck Amaral (São Francisco de Paula)
Israel Oliveira Nascimento (São Francisco de Paula)
Jéssica Souza Marques (São Francisco de Paula)
Kauane Portella Knevitiz (São Francisco de Paula)
Luanda Moraes Almeida (São Francisco de Paula)
Maira Andrade Peixoto (Novo Hamburgo)
Maria Angélica da Silva (São Francisco de Paula)
Matheus dos Santos Correa (Porto Alegre)
Naiama Porto (Porto Alegre)
Priscila Carolina da Silveira Machado (São Francisco de Paula)
Priscila Linck Amaral (São Francisco de Paula)
Rael Monteiro Xavier (Porto Alegre)
Rodolfo Ludwig (Porto Alegre)
Victor Manuel Coronel Flores (Guaíba)

Ficha Catalográfica



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Apresentação

Bem-vindos/as ao VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política “MEMÓRIA POLÍTICA, MOVIMENTOS SOCIAIS, EDUCAÇÃO E ESFERA PÚBLICA”. O evento será realizado em São Francisco de Paula, RS, entre os dias 15 e 18 de novembro de 2012.

A realização do VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política na região Sul, pela primeira vez, representa um importante passo para o desenvolvimento do campo de Psicologia Política, especialmente neste momento em que participamos na construção de uma organicidade regional latino-americana por meio da criação da Associação Ibero Latino Americana de Psicologia Política.

O VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política oportunizará: visibilizar e difundir a produção teórica, científica e acadêmica da UERGS e outras universidades; intercambiar conhecimentos entre pesquisadores regionais, nacionais e internacionais; possibilitar a participação de docentes, discentes e comunidade acadêmica num evento nacional com alta qualidade teórico/científica; integrar diferentes áreas do saber e promoção do debate inter e transdisciplinar; incrementar uma cultura profissional e de iniciação científica para discentes de graduação, além de usufruir da bela oferta turística da região.

O evento está sendo organizado pelo Grupo de Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS) e pela Associação Brasileira de Psicologia Política (ABPP), em parceria com as seguintes instituições acadêmicas e da sociedade civil: USP, UFRGS, PUCRS, UNILASALLE, ONG Coletivo Feminino Plural, ONG Cirandar, COOPAF Serrana, Prefeitura de São Francisco de Paula.

O VII SBPP pretende agregar pesquisadores e estudantes envolvidos com a Psicologia Política e suas interfaces, como Ações Coletivas, Movimentos Sociais, Políticas Públicas, Participação Política, Memória Coletiva, Democracia e Gênero, difundir o conhecimento acadêmico e permitir o intercâmbio de informações entre os participantes. Receberemos palestrantes e convidados nacionais e internacionais.

Os dois primeiros simpósios, ocorridos em São Paulo e Belo Horizonte não foram. Abertos para recepção de propostas de trabalhos, pois tentaram aglutinar pesquisadores em torno da Psicologia Política. O III SBPP que se realizou na UNESP em Bauru/SP foi à primeira iniciativa de recepção de trabalhos e mesas redondas. A partir daí, os encontros realizaram-se em Belo Horizonte (IV SBPP) e São Paulo (V e VI SBPP). Este ano, com a intenção de ampliar o debate, o evento acontecerá na região serrana do Rio Grande do Sul,

em São Francisco de Paula.

A realização do VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política tem por objetivo a consolidação e a geração de redes científicas, por meio de conferências realizadas por convidados de diversas áreas que se entrelaçam com a Psicologia Política, bem como a partir dos trabalhos apresentados pelos inscritos na forma de Mesas Redondas Coordenadas, Comunicações Orais, Pôsteres e Exposições.

Comissão Organizadora
Porto Alegre, Outubro de 2012.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Programação

Quinta-feira - 15/11

08h às 12h00 - Inscrições e credenciamento
Alojamento de estudantes

14h às 17h - Credenciamento e Reuniões

ABRAPSO
ABRAPSO SUL
Diretoria ABPP

19h às 20h - Mesa de Abertura - UERGS e ABPP: O compromisso dos Estados com a educação

Aline Hernandez e Sueli Souza dos Santos - Presidentes da Comissão Organizadora
Salvador Sandoval - Presidente da ABPP
Fernando Guaragna Martins - Reitor
Sita Mara Lopes Sant'Anna - Vice Reitora
Eliane Kolchinski - Diretora do Campus Regional II
Marcelo Maisonette - Coordenador da Unidade em São Francisco de Paula
Leonardo Beroldt - Pró Reitor de Ensino
Marc Francois Richter - Pró Reitor de Pesquisa e Pós Graduação
Sílvia Bordin - Pró Reitora de Extensão
Rodrigo Koch - Coordenador do Curso de Pedagogia UERGS São Francisco de Paula

20h30 às 21h 45min - Conferência de Abertura: Questões Epistemológicas na Perspectiva da Psicologia da Libertação

Balduino Andreola (UniLaSalle)
Pedrinho Guareschi (UFRGS)

Mediadora: Sueli Souza dos Santos

22h - Café colonial com produtos serranos a cargo de COOPAF Serrana - Cooperativa de Agricultura Familiar de São Fco. de Paula

Sexta-feira - 16/11

8h30 às 10h - Conferência - Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Esfera Pública

Sérgio Antônio Carlos (UFRGS)
Marilu Goulart (CRAS Ilhas)
Mediadora: Rejane Several (UERGS)

10h às 10h 30min - Intervalo

10h30 às 12h - Simpósio I - Psicologia Política: Campo Interdisciplinar de Produção de Conhecimento e de Ação

Alessandro Soares da Silva (USP)
Mathieu Turgeon (UnB)
Salvador Sandoval (PUCSP e Unicamp)

10h30 às 12h - Simpósio II: Participação, Sociedade e Desenvolvimento Sustentável

Rodrigo Cambará Printes (UERGS)
Marcos Molz (Instituto Arca Verde - São Francisco de Paula)

14h às 15h30 - Mesas Redondas Coordenadas

15h30 às 16h - Intervalo

16h às 17h30 - Roda de Conversa I: Comunicação Política, Poder e Controle Social

Dennis de Oliveira (USP)
Mediadora: Aline Hernandez

16h às 17h30 - Roda de Conversa II: Espaço Público e Participação Política na Contemporaneidade

Adrián Carlos Manzi (UNSL Argentina)
Mediador: Rodrigo Koch (UERGS)

17h30 às 20h – Comunicações Orais

A partir das 20h - Assembleia da Associação Brasileira de Psicologia Política

Atividades Culturais e Rotas Gastronômicas

Sábado - 17/11

08h30 às 10h - Conferência - Memória Política

Jair Krischke (Movimento de Justiça e Direitos Humanos)
Mediadora: Sueli Souza dos Santos

10h às 10h30min – Intervalo

10h30 às 12h - Simpósio I - Psicologia Política, Histórias e Memórias

Aline Hernandez (UERGS)
Helena Scarparo (PUCRS)
Domenico Uhng Hur (UFG - Goiás)

10h30 às 12h – Simpósio II - Políticas Públicas no enfoque da Psicologia Política

Giseli Paim Costa (IFES Restinga)
Maria da Graça Jacques (UFRGS)

14h às 15h30 – Simpósio III - Mídia e Política

Pedrinho Arcides Guareschi (UFRGS)
Debatedora: Aline Accorssi (UniLaSalle)

15h30 às 16h – Intervalo

16h às 17h30 – Mesas Redondas Coordenadas

17h30min às 19h - Roda de Conversa - Histórias e Memórias da Psicologia Política no Brasil

Alessandro Soares (USP)
Maria da Graça Jacques (UFRGS)
Pedrinho Guareschi (UFRGS)
Salvador Sandoval (PUCSP e Unicamp)
Mediadora: Helena Scarparo

17h30 às 20h – Comunicações Orais

20h às 21h30 - Sarau: Arte, Política e Diversidade (NAD - Núcleo de Atendimento Discente/ UERGS e ONG Cirandar)

21h 30min - Atividades Culturais e Rotas Gastronômicas

Domingo - 18/11

8h 30 – 10h -Conferência de Encerramento: Psicologia Política, Poder e Movimentos

Télia Negrão (Coletivo Feminino Plural)
Daniela Dias (Resistência Popular)
Nelsa Fabian Nespolo (Secretaria Economia Solidária do Estado do RGS)
Luciele Comunello (Faculdade Sant'Ana)

Passeios e Rotas Turísticas na região dos Campos de Cima da Serra.
Se você deseja fazer um destes passeios, inscreva-se. O pagamento será efetuado no dia do passeio:

Saída 9h - Templo Budista de Três Coroas (levar lanche). Vagas limitadas: 28 lugares. [Guia: Acadêmica da Pedagogia Luanda Moraes]

Saída 8h - Cânion Fortaleza, passeio sujeito ao tempo (levar lanche). Vagas limitadas: 28 lugares. [Guia: Professor da Gestão Ambiental Clódis Filho]

Saída 14h - Parque das Oito Cachoeiras, trilhas curtas, passeio sujeito ao tempo. Vagas limitadas: 28 lugares. [Guia: Professor da Gestão Ambiental Rodrigo Cambará]

Saída 14h - Passeio guiado por São Francisco de Paula. Caminhada. Gratuito. [Guia: Historiador Nathan Camilo]

REALIZAÇÃO:



APOIO:



Sumário

Mesa de abertura _____	22
O compromisso dos estados com a educação _____ Sueli Souza dos Santos	23
Conferências _____	30
Questões epistemológicas na perspectiva da teologia da libertação _____ Pedrinho Arcides Guareschi	31
A tolerância e a intolerância com (dos) idosos _____ Sergio Antonio Carlos	39
A recusa em consumir e a aceitação do não saber como um modo de fazer _____ Daniela Duarte Dias	49
Psicologia política, poder e movimentos _____ Luciele Nardi Comunello; Helena Beatriz Kochenborger Scarparo	52
Simpósios _____	56
A psicologia política na ciência política _____ Mathieu Turgeon	57
Mídia e política _____ Pedrinho Arcides Guareschi	58
Historiar em vários tempos – Memórias e projetos de psicologia _____ Helena B. K. Scarparo	68
Histórias por escrever: Um museu virtual sobre a influência negra na vida sociopolítica nos Campos de cima da Serra _____ Aline Reis Calvo Hernandez	73
Memórias da guerrilha no Brasil: o militarismo revisitado _____ Domenico Uhng Hur	77
Rodas de conversa _____	82
Comunicação política, poder e controle social _____ Dennis de Oliveira	83
Estado, esfera pública y participación política a traves de los movimientos Sociales _____ Adrián Carlos Manzi	98

Mesas Redondas Coordenadas _____	99
Eixo- Ações coletivas, movimentos sociais e participação política	
Movimentos LGBT: subjetividades e objetividades em cena _____ Fábio Ortolano; Ernesto Pacheco Richter; Thomaz Ferrari D'addio	100
Diferentes enfoques de conscientização, fortalecimento social e ideologia _____ Bruno Padilha; Salvador Antonio Mireles Sandoval; Nadir Lara Júnior	101
Teoria da conscientização frente à teoria da dominação social: uma proposta de integração de teorias _____ Salvador Antonio Mireles Sandoval	102
Análise psicossocial da ideologia política em alguns movimentos sociais no Brasil _____ Nadir Lara Júnior	103
Fortalecimento social _____ Bruno Padilha	104
Mesas Redondas Coordenadas _____	105
Eixo - Educação, políticas públicas e inclusão social	
A implantação da progressão continuada nos anos iniciais na rede estadual do RS: 2011 a 2013 _____ Maria Raquel Caetano; Débora Velho Cunchertt; Ana Quézia Roldão Da Silva Klein; Gabriela Maciel Lamberti; Simone Muhl De Moura; Maiara Brito	106
Territórios infanto-juvenis: educação, subjetividade, direitos, cidadania _____ Ruth Bernardes De Sant'ana; Andrea Soares Wuo; Patrícia Junqueira Grandino	107
Crianças, jovens e direitos humanos: notas para uma psicologia política da criança e do adolescente _____ Andrea Soares Wuo	108
Condutas ordálicas entre jovens em tempos de garantia de direito _____ Patrícia Junqueira Grandino	109
Família e políticas públicas no processo histórico de individualização de crianças e adolescentes: relações família e escola _____ Ruth Bernardes De Sant'ana	110
Mesas Redondas Coordenadas _____	111
Eixo - Participação, sociedade e desenvolvimento sustentável / Direitos, cidadania e democratização	
Políticas ambientais na perspectiva de uma participação cidadã _____ Aline Borges Do Carmo; Enock Da Silva Pessoa; Guilherme Borges Da Costa ; Ramón Luiz Zago De Oliveira	112

Corrupção em Moçambique: uma análise a partir da consciência e da cultura política _____	113
Rogério Ferro, Danilo Júnior de Oliveira, Lizette Barlach, Adrián Manzi	
Mesas Redondas Coordenadas _____	114
Eixo – Memória coletiva, violência política e direitos humanos	
“E agora, José?...” (re) discussões e estudos da psicologia social diante dos desafios do envelhecer _____	115
Luciana Helena Mussi; Joel Fernando Borella; Pedro Paulo Sammarco Antunes	
Memória coletiva e envelhecimento no documentário “a ilha de bergman” _____	116
Luciana Helena Mussi	
“O tempo não pára e, no entanto, ele nunca envelhece...”: as memórias coletivas como instrumento da psicologia social no trabalho com velhos _____	117
Luciana Helena Mussi; Joel Fernando Borella	
Travestis na velhice e políticas públicas _____	118
Luciana Helena Mussi; Pedro Paulo Sammarco Antunes	
Mesas Redondas Coordenadas _____	119
Eixo – Ações coletivas, movimentos sociais, participação política	
Identidades étnicas e movimentos sociais no Brasil _____	120
Fernanda Fernandes Dos Santos; Eliete Edwiges Barbosa; Ana Rita Dos Santos Ferreira; Tamara Pacheco; Tatiana Oliveira	
Mesas Redondas Coordenadas _____	121
Eixo – Direitos, cidadania e democratização	
A experiência de implantação e atuação em um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência _____	122
Renata Jardim; Teliá Negrão Tonhozi; Teresa Cristina Bruel dos Santos	
Mesas Redondas Coordenadas _____	123
Eixo – Educação, políticas públicas e inclusão social	
Áudio descrição como acesso aos bens culturais e direitos de todos _____	124
Marilena Assis; Franciele Cunha Brandão; Paulo Fernando Soares Pires Junior; Letícia Schwartz	
O essencial é invisível aos olhos (Antoine de Saint-Exupéry) _____	125
Marilena Assis; Franciele Cunha Brandão	
Áudio descrição: a nova dimensão social a partir da acessibilidade _____	126
Paulo Fernando Soares Pires Junior; Marilena Assis	
Áudio descrição: conceituação _____	127
Letícia Schwartz; Marilena Assis	

Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho _____	128
Jefferson Campos Beck ; Grazieli De Oliveira Dahmer ; Rodmir Fonceca Schifelbein; Maicon Tadler	
Limitação x potencialidade _____	129
Jefferson Campos Beck; Grazieli De Oliveira Dahmer	
Trabalho formal e informal: a deficiência visual e o relato da experiência do cotidiano da vida em sociedade _____	130
Jefferson Campos Beck; Rodmir Fonceca Schifelbein	
O limite da deficiência _____	131
Jefferson Campos Beck; Maicon Tadle	
Pôster _____	132
Vida militante e superação do dualismo público-privado _____	133
Jáder Ferreira Leite; Magda Dimenstein	
Políticas públicas de atividade física no nacional desenvolvimentismo brasileiro: a participação dos serviços sociais _____	134
Eduardo Mosna Xavier; Marco Antônio Bettini De Almeida	
Maus-tratos contra crianças a prática docente frente às vítimas _____	135
Tatiane Nascimento De Borba; Helena Venites Sardagna	
Mediatização da política e “politização” da mídia: representações sociais de atores políticos sobre mídia e política _____	136
Moises Romanini; Maria Isabel Nunes Lopes; André Luiz Guerra Da Silva; Caroline Bastos Capaverde; Pedrinho Guareschi	
Comunicações orais _____	137
Eixo- Ações coletivas, movimentos sociais, participação política	
Loucura, memória, identidade e movimentos sociais: um olhar para o processo de lembrar e esquecer a loucura _____	138
Débora Cidro De Brito	
Stencil art, movimento estudantil e universidade _____	139
Leonardo Bortoluzzi Mostardeiro; Matheus Giacomini Palma; Mônica Pilar Ribeiro	
Dardos antifeministas: preconceitos e estereótipos em debate _____	140
Marília Saldanha Da Silva; Helena Scarparo; Marlene Neves Strey	
Transformações desde o privado: uma forma de comportamento político que se projeta no público _____	141
Elvira Riba Hernandez	
Grupo de mulheres: um dispositivo de construção do emponderamento _____	142
Mônica Angonese; Adriane Roso; Verônica Bem Dos Santos	

O sujeito usuário de drogas no centro de uma kulturkampf: encontros dialógicos, alteridade e política _____	143
Moises Romanini; Adriane Roso; Pedrinho Guareschi	
Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST _____	144
Jáder Ferreira Leite; Magda Dimenstein	
Participação política e saúde mental _____	145
Fabiane Kravutschke Bogdanovicz	
Memória e identidade dos movimentos sociais na zona oeste carioca _____	146
William De Souza Vieira	
Saúde e espiritualidade: a procura de uma relação _____	147
Marcia Douetts Gouveia; Marilourdes Mafra; Maria Gloria Dittrich	
Comunicações Orais _____	148
Eixo- Consciência política e cultura política	
Atividade de ensino/extensão em gênero, políticas públicas para mulheres e HIV/Aids como espaço de ação política _____	149
Adriane Rubio Roso; Verônica Bem Dos Santos	
Mulheres e a produção de subjetividade: eja e cidadania _____	150
Fani Averbuh Tesseler; Martha Giudice Narvaz ; Sita Mara Lopes Sant'anna	
Políticas públicas de atividade física no período nacional desenvolvimentista brasileira(1946-1964): análises e reflexões _____	151
Eduardo Mosna Xavier ; Marco Antônio Bettini De Almeida	
Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários _____	152
Luiz Felipe Barboza Lacerda	
Comunicações Orais _____	153
Eixo- Educação políticas públicas e inclusão social	
Educação física escolar no nacional desenvolvimentismo brasileiro: análises, reflexões e predominâncias _____	154
Eduardo Mosna Xavier; Marco Antônio Bettini De Almeida	
Políticas públicas e cidadania – o caso do pronasci _____	155
Israel Kujawa; Mauro Gaglietti; Pedrinho Guareschi; Gabiele Albuquerque Silva; Marciana Zambillo	
Exclusão/inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude _____	156
Vinícius Furlan; Telma Regina De Paula Souza	
Democratização do acesso à leitura e à informação: a construção coletiva de um equipamento cultural _____	157
Jacira Gil Bernardes; Aline Accorssi	

A cultura de paz como uma proposta Metodológica de prevenção à violência	___	158
Felipe Ferreira Lopes; Stellen Giacomelli Rodrigues; Giseli Paim Costa		
Estudo sobre egressos traça uma radiografia da UERGS	_____	160
Rodolfo Ludwig; Aline Reis Calvo Hernandez; Sueli Souza Dos Santos		
Demandas dos egressos da UERGS no mercado de trabalho e profissão	_____	161
Victor Manuel Coronel Flores; Maira de Andrade Peixoto; Aline Reis Calvo Hernandez; Sueli Souza Dos Santos		
Implementação de capacitação para servidores públicos: projetos sociais	_____	162
Stella Gomes Bittencourt		
Uma reflexão acerca da frequência escolar	_____	163
Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga		
Comunicações Orais	_____	164
Eixo- Memória coletiva, violência política e direitos humanos		
Mulheres e homens, uma parceria possível?	_____	165
Elianara Corcini Lima ; Aline Accorssi		
Mulheres cantadas. Dez décadas de instantâneos femininos na musica popular brasileira	_____	166
Maristela Bleggi Tomasini		
A constituição de identidades a partir de um contexto de violência doméstica	___	167
Tatiane Nascimento De Borba; Helena Venites Sardagna		
A diversidade étnica nas políticas públicas em saúde	_____	168
Mônica De Castro Valério		
De Zazá (anos 30) a Zuzu (anos 70): a valentia das mulheres enfrentando ditaduras	_	169
Lucia Silva e Silva; Martha Giudice Narvaz; Fani Averbuh Tesseler		
As políticas públicas de habitação no Brasil e suas implicações subjetivas na comunidade	_____	170
Yasmine Fernandes Maggi ; James Ferreira Moura Junior ; Jorge Castellá Sarriera; Letícia Tauceda Magdaleno Nunes; Stéphanie Strzykalski e Silva		
Mulheres no cárcere: transgressão e invisibilidade	_____	171
Simone Regina dos Reis Nunes ; Graziela Cucchiarelli Werba		
Comunicações orais	_____	172
Eixo- Mídia e política		
Política no cinema de fritz lang	_____	173
Luciana Helena Mussi		
O dilema do jornalista; autonomia na profissão ou submissão ao patrão?	_____	174
André Luiz Guerra Da Silva ; Caroline Bastos Capaverde ; Pedrinho Guareschi; Moises Romanini; Maria Isabel Nunes Lopes		

A representação das mulheres migradas na televisão autonômica de Catalunha	175
Luciana Pontes Pinto	
Mídia, política e capital simbólico: entre a dependência e a autonomia	176
Caroline Capaverde ; Pedrinho Guareschi ; André Luiz Guerra Da Silva; Moises Romanini ; Maria Isabel Nunes Lopes	
Pandemia de gripe a (H1N1) 2009: biopolítica aplicada às campanhas de vacinação	177
Guilherme Corrêa; Adriane Roso	
A construção da representação social de Dilma Rousseff a partir das charges que a retratam na folha de São Paulo	178
Gabriel Pinelli Ferraz	
Política e comunicação – que liberdade é possível?	179
Maria Isabel Nunes Lopes; Pedrinho Guareschi; Moises Romanini; André Guerra; Caroline Capaverde	
Uso de drogas, mídia e representações sociais	180
Mariane Rigatti Hartmann	
O poder absorvente da mídia televisiva	181
Neura César ; Pedrinho Guareschi	
Comunicações orais	182
Eixo- Ações coletivas, movimentos sociais, participação política	
Ser mulher e líder: a vontade de articular mundos	183
Dione Matos De Souza Cardoso; Graziela Cucchiarelli Werba	
A articulação do eu com o outro: construção do self dos militantes dos movimentos sociais LBTTT	184
Daniela Dalbosco Dell’aglio; Lucia Marques Stenzel; Alexandre do Nascimento Almeida	
“Quando eu soltar a minha voz. Por favor, entenda”: a música como instrumento de pesquisa em psicologia social	185
Joel Fernando Borella	
Empoderamento e participação política dos usuários na luta antimanicomial na cidade de Natal/RN	186
Maria da Graça Silveira Gomes da Costa	
Representações sociais e gênero: reflexões acerca do pensamento social de internautas sobre a marcha das vadias	188
Caroline Gonçalves Nascimento; Caroline Gonçalves Nascimento	
Movimento negro no Brasil: uma história de lutas e conquistas	189
Sílvia Vieira; Aline Accorssi	
Exposições	190
Quando colar faz refletir	191
Patrícia Soares Viale	

Oficina de stencil art na contemporaneidade _____	192
Leonardo Bortoluzzi Mostardeiro; Dione Gonçalves Lemos; Fernanda De Oliveira Alves; Matheus Giacomini Palma ; Maura Tatiane Nascimento De Oliveira; Mariana Nunes Brum; Mônica Pilar Ribeiro; Tainara Santos De Moraes; Thaís Marcelle Pithan	
Olhares cotidianos _____	194
Teresa Cristina Bruel Dos Santos	



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesa de Abertura

O compromisso dos estados com a educação

Sueli Souza dos Santos
UERGS – sueli-santos@uergs.edu.br

É uma responsabilidade ter a fala na abertura deste VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política hoje aqui em São Francisco de Paula no RS. Para maioria dos presentes, suponho, São Chico não passava de uma cidade perdida em meio a brumas e nevoeiros frios dos Campos de Cima da Serra, entre *canyons* formados há milhões de anos e o mar. Por aceitarem participar desta aventura, por não terem desistido no meio do caminho, por se disporem a vir discutir seus trabalhos, com nossas semelhanças e nossas diferenças, mas também por se disporem a compartilhar projetos, dúvidas e sonhos, agradecemos suas generosas presenças.

Nossa responsabilidade na organização deste Simpósio também se deve como disse Aline Accorssi, no site de apresentação do evento, por levarmos em conta a importância deste momento em que participamos da construção de uma organização latino-americana por meio da criação da Associação Ibero Latino Americana de Psicologia Política.

Agradecemos ao convite feito à professora Aline Hernandez, que graças ao seu trabalho de pesquisa, com o **Grupo de Psicologia Política, Educação e Histórias do Presente**, voltou o olhar da ABPP para o Sul e conseqüentemente para a UERGS. A importância deste trabalho desenvolvido por Aline Hernandez, para a nossa Universidade, se deve ao resgate de uma história da miscigenação que formou a têmpera de nosso povo neste rincão do Sul.

A criação desta memória cultural no seio da Unidade de São Francisco de Paula se justifica por sediarmos aqui os cursos de Pedagogia e Tecnologia em Gestão Ambiental. Nosso compromisso aqui, nesta Unidade, está voltado para a formação cultural e de educadores, além dos cuidados com a natureza que tem seus estudos voltados para o meio ambiente, a preservação dos mananciais, a preservação de espécies ameaçadas da flora de da fauna e enfim, da vida.

São Chico como carinhosamente chamamos esta querência, por suas diferenças étnicas constitutivas, com forte influência portuguesa, indígena e africana, aporta características culturais bem distintas das cidades serranas, neste canto do Brasil, com sua imigração de maioria alemã e italiana. Nossa culinária é campeira,

firmada no charque, na carne, no pinhão, na mandioca, no milho, produtos da terra, uma herança indígena e africana.

Nossas danças e nossa língua, no entanto, já estão marcadas pela tradição ibérica em uma mistura portuguesa e espanhola com acento dos hermanos da bacia do Rio da Prata, gaúchos como nós, mulheres e homens do campo, que nos dedicamos à lida com o gado, os cavalos, as ovelhas, tendo a terra como nossa casa, na imensidão dos descampados.

Também é de nossa tradição a peleia, embora tenha nos rendido uma marca separatista. Os brasileiros do Sul desde os tempos do Império se insurgiram pelo descaso e desimportância atribuída a estas terras frias de vocação agropecuária. Tendo uma fronteira tão mal limitada, misturamos as línguas, os hábitos e gosto pelo mate amargo, mas também a contemplação da imensidão dos campos, pela passagem do tempo e do som do vento Minuano.

A formação geopolítica do Sul nos manteve muito tempo isolados entre dois mundos, o português e o espanhol. Em meio a este entre, este quase, este desvão, não éramos nem uma coisa nem outra. Marcamos nossa identidade, no apelo pela terra dos Guaranis, cavaleiros e guerreiros. O gaúcho rude não queria estar submetido a governos imperiais de nenhuma destas duas bandas de colonizadores. Daí nossas guerras, nossas tentativas de fazer valer ou criar uma identidade que fosse outra, diversa, a República Rio-grandense. Um outro país. Mas, ao fim das contas, não abrimos mão de sermos brasileiros.

Nossa tradição de fazer enfrentamentos nos rendeu este jeito meio esquivo e no mais das vezes, paradoxal. Não abrimos mão de dizer o que pensamos nem de lutar pela Liberdade e Independência, e, no entanto, muitas vezes, seguindo a mais forte tradição cultural portuguesa, que segundo Sergio Buarque de Holanda (1936/2012), é conservadora, atenta a obediência, e às vezes à tirania, não esqueçamos da ditadura de Getúlio Vargas, que a para e passo, também produziu o mítico libertário Luís Carlos Prestes.

Não esqueçamos os tempos mais atuais, os anos de chumbo das décadas de 1960 até os finais dos anos 80. No primeiro golpe, protagonizado por militares sulistas em 62, encontrou na população gaúcha um contraponto. Respondendo ao totalitarismo, insurgindo-se na luta pela legalidade constitucional, quando grupos de

intelectuais e militantes fizeram o enfrentamento contra o regime de exceção, trazendo de volta ao país o Presidente João Goulart, fazendo fracassar o primeiro golpe militar.

Lamentavelmente não logramos a mesma sorte em 64, quando muitos de nós, brasileiros de todos os quadrantes, foram presos, mortos ou desaparecidos e a democracia foi amordaçada. Mas sobre isso teremos oportunidade de conversar neste Simpósio, sábado pela manhã.

Trazer estes temas de forma puramente elucidativas sobre posições ideológicas, contradições, paradoxos de nosso jeito de ser, não pretende aprofundar discussões sobre a história do Brasil do Sul, mas introduzir o porquê estarmos hoje aqui, em um Simpósio de Psicologia Política, em uma jovem Universidade Estadual, criada há onze anos, por um primeiro governo Petista, que tinha por governador um descendente de índios de uma localidade chamada Bossoroca.

Idealizada com o compromisso de promover o desenvolvimento regional deste Estado, a UERGS comprometia-se com as pessoas, as economias e as culturas locais. O que deveria ser um sonho de uns poucos, transformou-se em um projeto de Educação Superior que atingiria as populações dos quatro cantos do Rio Grande: campanha, serra, litoral e fronteiras.

Com a possibilidade de estudar e se capacitar, cada população em sua região, poderíamos reduzir a migração para as grandes cidades, que desenraizam e esvaziam as condições de vida, economia e trabalho das pequenas cidades. Este projeto de Universidade Estadual tinha e tem como objetivo: o desenvolvimento regional, a valorização das economias locais, o fortalecimento das pequenas e médias cidades, criando polos de crescimento, valorizando as culturas regionais, mas, além disso, que estudantes com condições econômicas menos favorecidas tivessem acesso a Universidade.

Para isso, em sua criação, a UERGS determinou que 50% das vagas fossem para estudantes com condições econômicas hipossuficientes e ainda 10% das vagas para estudantes com necessidades especiais. Portanto, a UERGS nasce com a vocação de incluir a todos que quisessem estudar e ter uma profissão do designado nível superior. Com o passar do tempo, a UERGS não perdeu seu objetivo, mas ao aderir ao SISU, ampliou sua abrangência, e de certa forma, abriu espaço para mais diversidade, recebendo estudantes de fora do Estado.

O que proponho neste início de trabalho é problematizar mais que trazer análises sobre os compromissos dos Estados com a Educação. Até porque seria mais interessante problematizar o Estado Brasileiro e seu compromisso histórico com a educação e produção de conhecimento científico para as elites, fortalecendo as diferenças sociais, e aumentando sua dívida com a população como um todo, independente de sua etnia.

Voltando ainda mais atrás no tempo, será que esta dívida pelo abandono e desigualdade com que sempre o povo brasileiro foi tratado, desde o Brasil Colônia, terá pago a sua fatura com uma política de cotas? Quando digo povo brasileiro, me refiro à população das nações indígenas e seus descendentes, já na miscigenação com brancos invasores, que se autodenominavam conquistadores. Povo que sendo dominado e aculturado em seus valores ainda resistiu, sobreviveu, misturando-se com seres humanos mais vilipendiados, os escravos africanos.

E desta mistura entre índios, negros e brancos invasores de todas as bandeiras, se constituiu este povo mestiço e forte, e que apesar de sua capacidade para enfrentar as adversidades, continua não tendo assegurado seus direitos a cidadania, haja vista que a maioria da população não tem assegurados os direitos à saúde, à moradia digna, ao saneamento básico, ao lazer, a cultura, ao esporte e, redundante dizer, muito menos a educação de qualidade, sem falar de acesso aos melhores postos de trabalho.

Talvez aqui, neste encontro, possamos tomar alguns fios desta teia histórica e levantar questões que redirecionem a nós, trabalhadores sociais, pois estamos aqui professores de diferentes níveis de educação, psicólogos de diferentes matizes teóricos e práticos, sociólogos, ambientalistas, gestores, administradores, trabalhadores em saúde e segurança pública, religiosos, sim, porque aqui também os temos, possamos, além de falar sobre nossos trabalhos, em suas conquistas e agruras, discutir o valor de alguns programas que por força institucional, nos dedicamos com pouco espaço para reflexão sobre nossa implicação com “*o povo brasileiro das COTAS*”.

E, além disso, com os compromissos e deveres na manutenção destes projetos a que todos estamos submetidos, quais sejam: Bolsa família; Bolsa escola; Programa minha casa minha vida; Luz para todos; SUS e seus derivados; e ainda os resultantes baixos níveis do IDEB, e questionável nível do ensino superior nas Universidades.

Será que as avaliações destes programas, não denunciam que as políticas públicas, seguem dissociadas das demandas reais das populações? O que pensar quando o próprio Ensino Superior que submete seus professores Doutores a ter uma produção intelectual em linha de montagem de conhecimento, com publicações em um nível A, que só é atingido, também, por alguns grupos eleitos que recebem verbas federais para seguirem sendo os Pesquisadores reconhecidos de uma suposta elite intelectual e científica que analisa os fenômenos sociais, mas olha a sociedade desde um lugar asséptico e distante, evitando o contágio de sua proximidade?

Socorro-me aqui de dois pensadores que nos inspiram e que se dedicaram a liberdade de todos os povos, o primeiro Paulo Freire (2007) quando em um seminário sobre Política e Educação, nos diz:

As escolas e a prática educativa que nelas se dá não poderiam estar imunes ao que se passa nas ruas do mundo. Do ponto de vista, porém, dos interesses dominantes, é fundamental defender uma prática educativa neutra, que se contente com o puro ensino, se é que isso existe, ou com a pura transmissão asséptica de conteúdos, como se fosse possível, por exemplo, falar da “inchação” dos centros urbanos brasileiros sem discutir a reforma agrária e a oposição a ela feita pelas forças retrógradas do país. Como se fosse possível ensinar não importa o quê, lavando as mãos, indiferentemente, diante do quadro de miséria e de aflição a que se acha submetida à maioria de nossa população. (FREIRE. 2007, p.105)

É forçoso, não só por posição ideológica, mas por coerência de ofício, não citar um segundo pensador, Martín Baró, que morreu na luta pela liberdade de consciência do povo da Latino América, ele afirma:

O conceito já consagrado de Conscientização articula a dimensão psicológica da consciência pessoal com sua dimensão social e política, e põe em manifesto a dialética histórica entre o saber e o fazer, o crescimento individual e a organização comunitária, a libertação pessoal e a transformação social. Porém, sobre tudo, a consciência constitui uma resposta histórica a carência de palavra, pessoal e social, dos povos latinos americanos, é necessário não só ter a possibilidade para ler e escrever o alfabeto, se não sobre tudo, para ler-se a si mesmo e para escrever sua própria história. (BARÓ. 1998, p.285)

Por estarmos aqui, convocados a pensar criticamente nossos fazeres, esperando que seja um encontro ético, *poiético*, ou seja, comprometidos com a transformação política com a liberdade de nosso fazer e de nosso povo, concluo esta fala, pedindo a paciência de vocês, precisando fazer mais uma citação, pois Freire, Baró e Thiago de Mello tocam nossa alma de tal forma, que recorro a eles para nos inspirar neste Simpósio. Então pedindo permissão a todos os presente, do livro “Poesia comprometida com a minha e a tua vida”, diz assim:

NÃO SOMOS OS MELHORES

A vida repartida dia a dia
com quem vinha querendo que a vida
pudesse um dia ser vida,
posso dizer que alguma coisa aprendi
(primeiro com amargura,
depois com essa dolorida lucidez
que nos ensina a ver nossa feiura.).

Aprendi, por exemplo,
que não somos os melhores.
Custou, mas aprendi.
Tempo largo levei para enxergar
que era de puro desamor a chama
que crescia no olhar do companheiro.

Não somos nem melhores nem piores.
Somos iguais. Melhor é a nossa causa.

Todos os que chegamos dessas águas
barrentas e burguesas, para dar
(pouco sabemos dar) uma demão
na roda e transformar a vida injusta
dos que conhecem mesmo a banda podre,
mostramos a nós mesmos, mais que aos outros,
a face verdadeira que levamos.

É repetir: melhor é a nossa causa.
Mas no viver da vida, a vida mesma,
quando é impossível disfarçar,
quando não se pode ser nada mais
do que o homem que a gente é mesmo,
na prática cotidiana da chamada vida,
que é a verdadeira prática do homem,
fomos sempre e somente como os outros,
e muitas vezes como os piores dos outros,
os que estão do outro lado,
os que não querem, nem podem, nem pretendem
mudar o que precisa ser mudado

para que a vida possa um dia
ser mesmo vida, e para todos.

Obrigada por sua atenção e bom encontro para todos nós.

Referencias:

BARÓ, M. **Colección Estructuras y Procesos: Pensamiento, Psicopatología Y Psiquiatria**. Madrid: Editorial Trotta, S.A, 1998.

FREIRE, P. **Educação e Política: Coleção Dizer a Palavra**. São Paulo: Villa das Letras Editora, 2007.

HOLLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. 26ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MELLO, T. **Poesia comprometida com a minha e a tua vida**. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira S.A. 1981.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Conferências

Questões epistemológicas na perspectiva da teologia da libertação

Pedrinho Arcides Guareschi
UFRGS – Pedrinho.guareschi@ufrgs.br

A partir da década de 60, registra-se, principalmente em países dependentes, com especial ênfase na América Latina, o emprego de um novo conceito desenvolvido em diversas ciências: Libertação. Ele tem seu início na Teologia, passa depois à Filosofia e à Sociologia, para chegar à Psicologia. Tal conceito, contudo, carrega em si pressupostos específicos, que só podem ser compreendidos a partir do momento histórico em que tem sua origem. Corre-se o risco, muitas vezes, de o tema se tornar moda e perder sua força e conotação original. Pretende-se, com essa comunicação, resgatar os pressupostos históricos, teóricos, epistemológicos e éticos de tal conceito, para melhor se poder compreender sua importância e garantir sua eficácia nas diferentes práticas sociais.

Em uma carta, solicitada a Paulo Freire em 1977, por quatro jovens que desejavam assumir um ministério pastoral, entre outras coisas ele escreve: "... daí que separamos salvação de libertação" (1987, p.20). É todo um texto onde Paulo Freire mostra a inseparabilidade entre teoria e prática, entre o individual e o social, e a impossibilidade (ou ingenuidade) de nos assumirmos "neutros."

É a reflexão sobre essa palavra e suas implicações epistemológicas e éticas, que me animam a apresentar as considerações que seguem. Que contém dentro de si um termo que trouxe tanta preocupação e ameaças de divisão dentro da Igreja Católica Romana? Que fez com que poderes como o Departamento de Estado dos EE. UU. O considerassem como o maior perigo da América Latina? Que fez com que um governo autoritário e ditatorial decidisse assassinar barbaramente um psicólogo social que transplantou algumas de suas implicações para a psicologia? Por que tal conceito preocupa, ameaça inquieta, amedronta, faz assassinar pessoas? Qual a força misteriosa

que dele brota para causar tais efeitos? Afinal, não estamos lidando com apenas uma teoria? Mas que teoria é essa que se chama de libertação e leva à morte? Como veremos ao final, há uma lógica coerente nessa realidade, que consiste em dar a vida para ter vida, no seguimento de Gandhi, Che Guevara, Jesus Cristo etc. A dialética da perda e do ganho. Mas isso é impossível de ser compreendido fora de uma ética, e essa ética é a da transcendência, a ética da dialética, ou a analética.

Essas são as questões sobre as quais procurarei refletir nos momentos que seguem. Vou me esforçar para ser curto e claro, enquanto possível.

As questões epistemológicas que estão, no meu entender, subjacentes ao conceito de “libertação” colocam-se dentro de três eixos epistemológicos centrais, ao redor dos quais as diversas ciências da “libertação” debateram e, no meu ponto de ver, inovaram sob vários aspectos:

- a) O conceito de relação como superação da dicotomia individual x social
- b) A superação da dicotomia teoria x prática
- c) A imprescindibilidade da dimensão ética

No texto que segue procurarei evidenciar como esses três eixos foram confrontados nos três campos que mais concretamente propuseram discussões específicas sobre a “libertação”: na teologia, na filosofia e agora na psicologia (social). Procurarei mostrar as implicações epistemológicas que se evidenciaram em cada um dos campos, com suas especificidades.

- a) O conceito de *relação* superação da dicotomia individual x social

A Psicologia Social da Libertação só pode ser compreendida na esteira de diversos movimentos de libertação que tiveram início num clima propício de mudanças que se espalharam pela América Latina no final da década de 1950 e inícios da década de 1960. Tais movimentos foram se sucedendo inicialmente no campo da Teologia, depois na Filosofia, alcançando finalmente a Psicologia. Os primeiros trabalhos sobre o tema aparecem no início da década de 70 e o primeiro livro é o de Gustavo Gutierrez, *Teología de la Liberación*, publicado em espanhol em 1970, seguido bem de perto pelo livro de Leonardo Boff *Jesus Cristo Libertador* (1971), como de Scannone (1976) e

Assmann (1986). Houve “alongamentos” da teologia da libertação em parte na África, com a *Black Theology of Liberation* (Cone, 1973) e nos EE. UU. com a *Women’s Theology of Liberation*, a partir da década de 1970. Sobre a temática da Teologia da Libertação surgiram inúmeros livros. Tal enfoque se tornou tão importante que chegou a preocupar o próprio Departamento de Estado dos Estados Unidos. Já em 1969 Rockefeller, enviado pelo Presidente Nixon à América Latina, declarou em seu Relatório que a Igreja do Continente estava se transformando numa “força aplicada à mudança, inclusive revolucionária, se necessário” (Boff, L. e Boff, C., 1986: 126; 12979; 1985). À mesma conclusão chegou o Relatório da Rand Corporation, feito a pedido do Departamento de Estado dos EE. UU.(p. 120).

É necessário parar um instante para se compreender melhor o que estava implícito nas reflexões dessa época. O que animava os movimentos sociais, principalmente nos países do Terceiro Mundo? Era a necessidade de desenvolvimento, de progresso. Tanto os poderes civis, como os eclesiásticos, estavam preocupados com a pobreza, a miséria, a fome e a morte de milhões de seres humanos. Era necessário, pois, transformar tal situação. No caso específico da América Latina, o encontro de Medellín, na Colômbia, em 1968, propõe-se um questionamento diante do “surdo clamor” que brota de milhões de pessoas. E é nos documentos de Medellín que vamos encontrar, pela primeira vez, uma análise social que é feita com um instrumental (metodológico e epistemológico) diferente.

É em Medellín que encontramos pela primeira vez o conceito de “relação” como capaz de receber um adjetivo valorativo, ético. Antes, o bom, mau, ético, era qualificativo exclusivo de indivíduos. Em Medellín encontramos expressões como “relações institucionalizadas”, “violência institucionalizada”. Não chegamos ainda a ouvir a expressão “pecado social”. Essa expressão só aparece em documentos oficiais da Igreja (Sollicitudo Rei Socialis, nos 25 anos da comemoração da *Populorum Progressio*), em 1992. Mas o que quero mostrar aqui é que no livro de Gutierrez, a análise sociológica da realidade é feita através de teóricos da dependência, entre eles Paulo Freire, Gunder Frank, Enzo Falletto.

Ora, a novidade da teoria da dependência é exatamente o fato de ela incluir, como fundamento epistemológico de análise, o conceito de “relação”, na

compreensão da sociedade e, principalmente, na compreensão do (sub) desenvolvimento. Até então, a explicação do desenvolvimento, ou não, de povos, devia-se a causas internas aos países e ligadas aos indivíduos. Exemplos claros disso: Walt Rostow explica o desenvolvimento como resultado de momentos propícios surgidos em alguns países e que se concretiza por etapas quase que determinadas e mecânicas, que irão se repetir nos diversos povos. No momento em que um país chegar ao “take-off”, ninguém mais o irá segurar, como um avião que, uma vez tendo levantado o voo, está destinado ao progresso. Assim foi com os EE. UU., com a Alemanha, com o Japão, e assim será com os países da América Latina.

Mais interessante para o nosso caso é ver como diversos psicólogos sociais tentaram explicar o (sub) desenvolvimento dos diferentes países. Esse estudo é uma peça preciosa de ideologia (Guareschi, 1982:5-17). Por exemplo: o método psicológico comparativo de Bert Hoselitz (1960) e Talcott Parsons (1960). As variáveis dicotômicas explicativas empregadas por esses cientistas são o universalismo vs particularismo; especificidade vs difusão de papéis; desempenho vs atribuição: uma sociedade se desenvolve ao institucionalizar traços universais, para uma especificidade de papéis, para um estágio de desempenho. Ou então a teoria da aculturação, de Daniel Lerner (1968), que tem como premissa fundamental que os países ricos difundem capital, conhecimento, habilidades, organização, valores, tecnologia etc. para as nações pobres que à medida em que as aceitarem e incorporarem, irão se modernizando e tornando ricas.

O grande instrumento de medida de crescimento seria a leitura de jornais, coisas novas, abertura a novas ideias. Não é difícil perceber a que leva tal teoria. Há ainda autores como David McClelland (1961), que afirma claramente que o desenvolvimento econômico de uma nação se deve fundamentalmente ao motivo de realização (“need for achievement”). Subjacente a todas essas teorias está, de um lado, um determinismo econômico e uma interpretação individual, psicologizante, de desenvolvimento.

Os autores que trabalham com a teoria da dependência passam a mostrar claramente que há uma outra variável que explica e nos faz compreender mais e melhor dessa problemática: é que um país se desenvolve às custas de outro; que há entre eles uma relação de dependência

e de exploração. Foi o que Lerner confessou nos seus 80 anos, em Wisconsin, ao fazer uma autocrítica de sua teoria e ao afirmar que muito do que ele tinha falado devia-se ao fato de se pago, para suas investigações pela Fundação Ford e que não poderia, naquela ocasião, dizer pura e simplesmente que a principal causa de subdesenvolvimento de um país devia-se ao fato de esse país ser explorado pelos outros. Pois é essa análise da realidade a partir de uma teoria crítica que incorpora o conceito de “relação” que subjaz à teologia da libertação.

A epistemologia subjacente a sua teoria de análise estava uma explicação que era psicossocial (relação) e não psicologizante como as correntes na época. No referente à Teologia da Libertação, que embasou todos os outros enfoques da *libertação*, o paradigma teológico tinha como ponto de partida a história da libertação do povo de Israel. Era um fato concreto, acontecido dentro de uma história concreta. Era a história da libertação de um povo e não apenas a salvação de um indivíduo. Torna-se impossível e incompreensível querer explicar a história da salvação a partir de um indivíduo. É um povo que se liberta, como comunidade. Além disso, a ação realizada por essas pessoas não era especulativa, mas prática.

Finalmente, fica implícita que não pode haver aqui uma separação entre uma ciência que não seja ética. A dimensão ética perpassa toda a compreensão do fenômeno.

- b) Paulo Freire, no mesmo texto citado acima (1987) apresenta um dos desafios mais sérios para o campo epistemológico. Ao comentar a questão da prática pedagógica, ele afirma que “só entende verdadeiramente quem pratica”.

Evidentemente, não podemos afirmar simplesmente que todo entendimento necessita uma prática. Certo é que todo entendimento já é uma prática. A questão que se coloca aqui é qual a diferença qualitativa que existe entre a compreensão de alguém que pratica e a compreensão de alguém que não pratica. É nosso entendimento que sempre se apresenta determinado grau de alienação, que pode ser maior ou menor, entre quem possui uma prática ligada ao fenômeno em questão, e quem apenas fala dele, sem nunca ter

experienciado a realidade. Quem participa de uma greve, por exemplo, possui um conhecimento bem mais concreto dos embates que se dão entre as forças em negociação, do que alguém que apenas lê sobre o tema.

Freire, um dos inspiradores tanto da Teologia, como da Psicologia da Libertação, nos provoca muito na reflexão dessa realidade, pois um dos pressupostos de sua teoria dialógica de aprendizagem é de que o “conteúdo” mais importante que as escolas e outras agências educativas apresentam no campo do aprendizado é a “prática”, isto é, a didática, a pedagogia. Não é por acaso que dentre os mais de trinta livros que Freire escreveu, treze deles trazem em seu título a palavra “pedagogia”. Subjacente a esse fato está a questão que estamos discutindo: além de impossível separar teoria e prática, o mais importante em qualquer processo de transformação é o “como”, e não o “que”. Num trabalho que publicamos sobre esse tema, aprofundamos mais essa questão (Guareschi, 2009, p.57-8).

c) A imprescindibilidade da dimensão ética

Gostaria de começar com um fato que, se bem refletido, irá nos ajudar a compreender a crucial relação entre ética e ciência: como explicar que um psicólogo social como Martin-Baró, que era, fundamentalmente, um psicólogo social, tenha sido tão barbaramente assassinado? Mas ele não era um “acadêmico”, não vivia e trabalhava na academia? O que havia *a mais* em sua teoria que o tenha levado à morte, e a uma morte tão bárbara? E o que havia em Freire que o tenha levado ao exílio? E em Dussel, que o tenha transformado em um nômade, fugindo de país a país? Ou mesmo o que havia em Marx, que tenha peregrinado por tantos países, expulso de quase todos eles? Ou mesmo de um Che Guevara, que tenha sido procurado e cassado por todo um Continente?

Há algum pressuposto epistemológico nas teorias e práticas desses pensadores, pesquisadores, cientistas sociais, que lhes tenha causado tais sofrimentos e perseguições?

Uma primeira, comum a todos eles, é que todos, de um modo ou outro, falaram em libertação. E esse seu modo de ver, analisar e falar fazia deles pessoas temidas e perseguidas. Mas, temidas e perseguidas por quem?

Talvez aqui comece a surgir uma luz. É que em seu pensar estava intrinsecamente presente um agir. E em seu pensar e agir, estava intrinsecamente presente uma postura valorativa, ética. Como, aliás, em qualquer pensar e agir. Só que a postura valorativa dessas pessoas era a favor de alguém, um alguém diferente. Por que posturas e dimensões valorativas, isto é, éticas, estão presentes em todas as teorias, pelo simples fato de não existir ação sem conotação valorativa. E fazer ciência é uma ação. Mas, então, porque alguns são perseguidos e mortos, e outros não? Por quê?

A resposta não é difícil de ser encontrada. É que esses pesquisadores estavam comprometidos com um segmento da sociedade que, objetivamente, sofria determinado tipo de exclusão: o empobrecido, o explorado, o dominado, o subalterno, o sem voz, o sem vez, o sofredor de situações injustas. E esses pesquisadores e estudiosos começam a estudar, pesquisar, analisar essas questões. E à medida que avançam em suas investigações vão começar a revelar e a contrariar a existência de interesses e privilégios de determinados grupos que estão objetivamente usufruindo de tais interesses e privilégios. No dizer de Thompson (2011), atingem “os nervos do poder”. Não há como fugir ao dilema: ou se assume o compromisso, ou nos declaramos *neutros*. Mas, como bem diz Paulo Freire, Essa *neutralidade* só pode ser entendida como ingenuidade, ou má fé (Guareschi, 2000).

Conceptualmente, libertação está ligada a passagem. Libertação é passagem de uma situação negativa (de sofrimento, morte, exclusão), para uma situação de vida, inclusão, felicidade. Ora, toda passagem pressupõe morte.

Morte exige o outro (analética). Sem morrer a nosso esquema mental, dificilmente podemos entender o outro, não há possibilidade de fazer uma passagem. Psicologia da Libertação é profética, é anúncio e denúncia. A denúncia leva à morte.

Se vivemos numa situação de injustiça e estamos bem, algo está errado. Os profetas foram os que denunciaram as estruturas de injustiça. No momento em que se denuncia uma situação objetiva de injustiça, pode-se esperar a reação automática dos poderes. A perseguição é consequência lógica para os profetas: se não fossem perseguidos, algo estaria errado. Libertação é profetismo.

Analisando-se uma situação objetivamente, dentro de uma teoria crítica (relação) e se quisermos ser coerentes, o simples fato de mostrar a injustiça já provoca a ira dos responsáveis por ela. Isso leva à perseguição, que leva à morte.

Referências

ASSMANN, H. **Teología desde la praxis de liberación**. Ensayo teológico desde América Latina dependiente. Espanha: Salamanca, 1983.

BOFF, L. E BOFF, CLODOVIS. **Como fazer Teologia da Libertação**, Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, L. **Jesus Cristo Libertador**. Petrópolis: Vozes, 1971

BOFF, L. E BOFF, C. **Da Libertação: o teológico das libertações sócio-históricas**. Petrópolis: Vozes, 1979.

BOFF, L. E BOFF, C. **Teologia da Libertação no Debate Atual**. Petrópolis: Vozes, 1985.

CONE, J. 1973 **A Black Theology of Liberation**. Nova Iorque: Orbis Books.

FREIRE, P. 1987 “Palavração”, *Mundo Jovem*, outubro, p.20.

GUARESCHI, P. 1982 “Teoria e Ideologia em Psicologia”, *Psico*, gv. 5, pp.05-17.

GUARESCHI, P. 2009 “Pressupostos epistemológicos implícitos no Conceito de Libertação”, em GUZZO, R. E LACERDA, F. **Psicologia Social para a América Latina – o resgate da Psicologia da Libertação**. Campinas, Alines, pp.49-63.

GUARESCHI, P. **A máquina capitalista**. Petrópolis: Vozes. 5ª. Ed

GUTIERREZ, G.A 1973 **A Theology of Liberation**. Nova Iorque: Orbis Books.

HOSELITZ, B. 1960 **Sociological Factors in Economic Development**. Glencoe: The Free Press.

LERNER, D. 1968. **The Passing of Traditional Society**. Modernizing the Middle East. Glencoe: The Free Press.

LAMPE, ARMANDO (org) 1995 **Ética e Filosofia da Libertação**. Petrópolis: Vozes.

MCCLELLAND, D. 1961. **The Achieving Society**. Princeton: VanNostrand.

PARSONS, T. 1960 **Structure and Process in Modern Societies**. Glencoe: The Free Press.

ROSTOW, W.W. 1953. **The Process of Economic Growth**. Nova Iorque: Norton.

SCANNONE, J.C. **Teología de la liberación y praxis popular**. Espanha: Salamanca: 1976.

Complementares. S. Leopoldo: Editora Unisinos.

A tolerância e a intolerância com (dos) idosos

Sergio Antonio Carlos¹
UERGS – sacarlos@ufrgs.br

1 Introdução

Pensar o idoso brasileiro implica pensar o processo de envelhecimento populacional brasileiro. Identificamos o Brasil como um país em processo de envelhecimento acelerado, para tanto basta compararmos as informações dos últimos censos demográficos.

Faz-se necessário planejar políticas e ações para o enfrentamento desta nova situação. Para tal além de se conhecer a realidade da população idosa, é preciso que se tenha clara a concepção de idoso que assumimos ou que os gestores assumem. Há uma infinidade de possibilidades, mas podemos pensar em duas posições – de certa forma extremas: o idoso que se beneficia das ações propostas pelos gestores e o idoso que participa das tomada de decisões para a construção destas ações. Ou, dizendo de outra maneira um idoso que é considerado inferior ou um idoso que é visto como um cidadão.

Muitas propostas de ação a ênfase está calcada na primeira posição. Identificam-se projetos para atender a idosos, carentes ou não, com atividades pré-determinadas. Muitas vezes dá a impressão de uma ação meramente assistencialista ou a utilização do idoso com um consumidor (quando tem condições de pagar pelos serviços oferecidos). “A autonomia, para Ramos (2003, p. 794), é o que está em jogo na velhice, ou seja, a capacidade de determinar e executar seus próprios desígnios.” O autor está se referindo a um tratamento bem-sucedido.

Quando se pensa e se acredita que existem idosos que por sua situação de dependência precisam ser assistidos, mas que também existem outros – talvez a grande maioria – que são idosos cidadãos (ou, pelo menos, deveriam assim ser tratados) precisamos buscar outra maneira de ver e de trabalhar com

¹ Assistente Social, Dr. Em Serviço Social, professor Associado e coordenador do curso de Serviço Social da UFRGS.

os idosos. Os limites segundo Ribeiro (2002, p. 86) são colocados tanto pela família quanto pela sociedade e segundo a autora “configuram uma perda de autonomia que lhes apontam não ter os mesmos direitos que lhes cabiam na vida adulta.” O que implica em cobranças e exigências por parte do adulto para com o idoso. Com isto ele (o idoso) deixa de governar-se a si próprio para ser governado pelo outro.

Parte-se do Plano de Ação Internacional de Viena sobre o Envelhecimento (ONU, 1982), do Plano de Madrid (2002), da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso para refletir as questões de autonomia e cidadania da pessoa idosa. O conceito de tolerância é utilizado para ajudar a reflexão.

2 Tolerância e intolerância

Tolerância, Segundo Dallari (2003, fl. 1) vem do latim: *tolerare* que é “suportar sofrimento” ou segundo Lanzillo (apud DALLARI, 2003, p. 269-80) suportar o outro. A autora completa que é suportar o outro “mas suportar com superioridade, sem reconhecer a igualdade de direitos”. Tem-se aí uma conotação negativa, podendo a tolerância ser buscada não para corrigir as injustiças, mas para evitar grandes conflitos. Uma concepção que geralmente não é tomada em consideração pelas pessoas no dia a dia.

Já Bacha Filho (2003) diz que “é verdade que a tolerância se exerce a partir de um julgamento prévio e negativo”, pois o que é tolerado é primeiramente rejeitado e somente num segundo momento “fazemos calar nossa reprovação para aceitar que o objeto de nossa tolerância se exprima no espaço público [. . .]”.

A UNESCO, na sua Declaração de Princípios sobre a Tolerância (1995) já apresentava uma conotação bastante positiva quando afirmava que a tolerância é respeito, aceitação, mas “não é concessão, condescendência, indulgência” e sim o sustentáculo dos direitos humanos e do pluralismo. A Declaração diz que “[. . .] praticar a tolerância não significa tolerar a injustiça social, nem renunciar às próprias convicções, nem fazer concessões a

respeito. [. . .] Significa também que ninguém deve impor suas opiniões a outrem.” Ponderando os sentidos positivos e negativos do conceito precisamos nos valer dos ensinamentos de Dallari (2003, fl.9) quando afirma que “a tolerância é a harmonia na diferença”. Para buscar esta harmonia precisamos num primeiro passo reconhecer que o outro é diferente e a partir deste reconhecimento respeitar esta diferença.

É importante pensar, como o Secretário Geral da ONU que em 2010 afirmou que a tolerância não pode ser vista “como um dado adquirido”, que deve ser ensinada, incentivada e transmitida através da educação dentro e fora da sala de aula.

3 Os Planos de Ação da ONU e Legislações brasileiras

Partindo do Plano de Ação Internacional de Viena Sobre o Envelhecimento (ONU, 1982) e dos documentos produzidos na Assembléia Mundial realizada em Madrid em 2002: A Declaração Política e o Plano de Ação Mundial para o Envelhecimento (ONU, 2002) discute-se a concepção da pessoa idosa adotada em cada uma das Assembleias, e as propostas e recomendações relacionadas a participação dos idosos na implementação e execução dos respectivos planos. Em sequência faz-se a mesma análise da Política Nacional do Idoso e do Estatuto do Idoso.

3.1 As Assembleias Mundiais de Viena e de Madrid

No documento da Assembleia de Viena há uma grande preocupação em reafirmar os direitos humanos e a garantia de direitos previdenciários, direito à vida, à educação, direito ao trabalho. Reafirma também o direito soberano de cada Estado à implementação de uma política do idoso. Já em Madrid, além da reafirmação dos direitos presentes no documento de Viena encontramos uma preocupação com os “direitos para todas as idades”, direitos econômicos, direitos civis, direitos da mulher idosa.

Em ambos os documentos aparece sempre à referência aos idosos como fazendo parte de um grupo etário. Em Vienna - na questão de saúde e nutrição enquanto uma esfera de preocupação em relação ao idoso - há uma referência explícita ao grupo dos mais velhos como sendo um grupo vulnerável que necessita de atenção especial (ONU, 1982, item 55). Há uma grande preocupação na atenção aos grupos de refugiados. Em relação a uma auto-organização dos idosos chega a apontar apenas para grupos de ajuda mútua – na questão da segurança bem estar social (item 71, recomendação 35). Em Madrid há uma ênfase na questão dos grupos populacionais, mas com uma afirmação da não homogeneidade dos mesmos (ONU, 2002, item 12, d) reconhecendo necessidades individuais. Continua afirmando aspectos de vulnerabilidade dos idosos.

Como se pode verificar que as Assembleias Mundiais parecem ainda estar preocupadas em garantir meios para sobrevivência dos idosos a partir de investimentos e políticas de acordo com as necessidades e condições de cada país. Levam em consideração principalmente aquele grupo que está envelhecendo sem ter as condições adequadas garantidas nas diversas resoluções da ONU. A preocupação que aparece mais na Assembleia de Madrid é de garantias também para os países aonde estes idosos vivem.

Nos documentos de Viena e Madri a participação do idoso aparece também como a não participação nas decisões de questões que lhes dizem respeito. Aparece como alguém que presta serviços comunitários ou está inserido em atividades religiosas, econômicas mais num sentido de produzirem um bem-estar para ele, mas transparece uma dimensão de informalidade. Parece algo complementar, mas não fundante do ser-idoso-cidadão.

A participação mais ativa mostra o idoso como uma força de trabalho que como consultores ou como executores. É explicitada também o idoso como promotor de saúde, num sentido de multiplicador de ações. Não está presente a concepção de um idoso que tome decisões sobre a sua participação.

Já a participação no controle social explicitados tanto no Plano de Viena quanto no de Madri implica uma participação nas decisões em que eles estão

implicados. Participação nas organizações de trabalho: tanto patronais quanto de empregados.

3.2 A questão brasileira: a Política Nacional do Idoso e o Estatuto do Idoso

Já em 1916, o antigo Código Civil previa que os pais, sem condições de proverem seu próprio sustento, teriam seu sustento provido pelos filhos capazes. O Estatuto do Idoso, com base na Constituição Federal de 1988, atualiza este artigo trazendo a possibilidade de o idoso optar de quem vai receber a prestação de alimentos..

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) regulamentou o artigo 203 da Constituição de 1988 que criou um benefício não contributivo. No seu inciso V garante “um salário mínimo mensal a pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei”. O Estatuto do idoso reafirma os dispositivos contidos na LOAS e introduz algumas atualizações que já vinham sendo discutidas e aprovadas na I Conferência Nacional de Assistência Social em 1995 e confirmadas em Conferências subsequentes.

A Lei 8842 que instituiu a Política Nacional do Idoso (PNI), sancionada em janeiro de 1994 foi produzida a partir de ampla discussão junto a entidades de profissionais que trabalhavam com a questão do envelhecimento, de Conselhos de Idosos existentes na época e de outros movimentos e sociedades relacionados com a problemática ou com pessoas desta faixa etária. A pretensão da PNI era a de assegurar os direitos sociais dos idosos.

Considerando que a PNI e o Estatuto são as bases legais para todo o trabalho de atenção ao idoso no Brasil é que as utilizamos para mostrar a concepção de idoso presente na ação brasileira, bem como os direitos e a perspectiva de participação dos idosos que são sugeridas.

Nas duas Leis a concepção de idoso é a de grupo etário, da mesma forma que assumida nas Assembleias de Viena e Madrid. Traz uma conotação

de busca da individualidade de cada um dos integrantes deste grupo etário quando se refere à “pessoa idosa”.

A Política Nacional do Idoso aborda o direito dos idosos como algo a ser assegurado através de ações governamentais, principalmente na área da justiça (art. 10). Traz, neste mesmo artigo, um parágrafo que assegura “ao idoso o direito de dispor de seus bens, proventos, pensões e benefícios, salvo nos casos de incapacidade judicialmente comprovada”. (art. 10, § 1º) Já no Estatuto do Idoso são reafirmados os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana e, no título II “Dos Direitos Fundamentais” especifica-os, do capítulo I ao X . Parte de uma perspectiva ampla: “direito à vida” e finaliza com “o direito ao transporte”. Explicita mecanismos para garantia destes direitos. Mecanismos estes que vão desde o Conselho Nacional do Idoso – com a participação dos idosos – até ações do Poder Público principalmente ao Ministério Público (criado pela Constituição de 1988). Neste leque pode-se observar os princípios que também vão embasar a previsão da participação dos idosos: de uma forma mais passiva até o controle social.

Tanto a Política Nacional do Idoso quanto o Estatuto do Idoso trazem indicações de ações de entidades governamentais ou assistenciais onde parece que o idoso somente usufrui os direitos contidos. Pode-se exemplificar com o Art. 10 da PNI quando descreve as Ações Governamentais nas diversas áreas. Temos assim na área de promoção e assistência social a “(b) *estimular a criação de incentivos e de alternativas de atendimento ao idoso, como centros de convivência, centros de cuidados diurnos, casas-lares, oficinas abrigadas de trabalho, atendimentos domiciliares e outros;*” Da mesma forma observa-se na área da saúde onde está explícito “a) *garantir ao idoso a assistência à saúde, nos diversos níveis de atendimento do Sistema Único de Saúde;*” ou na área de habitação e urbanismos “a) *destinar, nos programas habitacionais, unidades em regime de comodato ao idoso, na modalidade de casas-lares;*” O comportamento também aparece no Estatuto do Idoso quando são descritos os direitos fundamentais. Pode-se entender que o grupo de idosos, à luz do que prescrevem os Planos de Ação Internacional tanto de Viena quanto de Madrid, é visto como vulnerável e que precisa a tutela do Estado.

Esta situação não é homogênea pelo que se observa em outros itens dos dois documentos brasileiros onde se identificam outras formas de participação do idoso tanto nas ações propostas quanto numa atitude mais de cidadão exercendo inclusive o controle social.

Uma participação mais ativa, mas ainda participando de benefícios ou participando de ações, mas não do processo de tomada de decisões ou do controle social. Pode-se observar, no quadro abaixo a preocupação de que o idoso não seja dependente das ações do Poder Público, mas que esteja inserido no mercado de trabalho, no processo de produção de bens culturais e, em ações comunitárias.

Pode-se observar que não existem diferenças significativas nas duas legislações. Estas ideias refletem os princípios contidos nos planos de Viena e de Madri.

Embora no texto da Política Nacional do Idoso apareçam alguns elementos que se possa estabelecer relações com ações de Controle Social é somente com a criação do Estatuto do idoso que estas ações são estabelecidas de forma mais clara. Na Política Nacional do Idoso o estabelecimento de veto aos artigos que previam a criação do Conselho Nacional do idoso.

Já no texto do Estatuto há toda uma nítida previsão do controle social através das ações dos Conselhos – tanto Nacional quanto Estadual ou Municipal. Aí fica claro o caráter deliberativo dos Conselhos.

O Estatuto prevê a participação do Idoso na vida política, o que de certa forma pode-se relacionar também com ações de controle social. Uma questão que é colocada é como o idoso vai se organizar para poder ter sua representação garantida nos Conselhos. Estas questões ficam bem mais difíceis quando relacionadas a grupos de idosos com pouca participação em processo político.

São aspectos que precisam ser considerados e recolocados a grupos organizados de idosos pelos próprios idosos e grupos que experimentam estas

representações. A partir da discussão entre seus pares, a partir de diferentes formas de experienciar a participação política poderão criar e reinventar a inserção do idoso no processo deliberativo relacionado com sua vida.

3 Considerações finais

Pode-se verificar que a participação dos idosos - nos processos decisórios - não é um aspecto central nos Planos de Ação para o Envelhecimento tanto na Assembleia Mundial de Viena quanto de Madrid. Há uma preocupação básica em garantir direitos básicos de atenção à pessoa idosa, vista em muitos casos, com alguém que recebe as ações das Políticas Públicas decididas por outros.

Esta forma de encarar a situação não é muito diferente na legislação brasileira. O que difere substancialmente é a concepção de controle social a partir da Constituição de 1988. Controle no sentido de um poder descentralizado e participativo assumido pela população através de suas organizações.

A grande questão – quando se fala de controle social e de participação de pessoas idosas – é a organização social dos mesmos. Ou a sua não organização. São poucas as estruturas organizativas geridas por eles e não geridas para eles.

Nem sempre parte-se do princípio que o idoso é um cidadão com direitos e deveres. É um cidadão que tem voz e voto. É um cidadão que deve participar da vida social, cultural e política de sua comunidade mesmo que seja visto como diferente, que produza nos não idosos sentimentos relacionados à finitude. Que seja visto como o diferente que precisa ser tolerado. É possível que na relação, na participação se consiga um respeito entre todos que conseguem se ver diferentes mas sem a necessidade de transformar o outro em um igual a si.

Tudo isto é feito porque há uma “crença” de que através da ação e da participação efetiva o idoso vai se sentindo cada dia mais forte. Vai reafirmando sua capacidade de lutar. Reafirma, enfim que é um cidadão de primeira classe

e que pode e tem condições de falar por si, de saber da sua história e principalmente traçar os caminhos que ainda pretende percorrer.

Referências

BACHA FILHO, Teofilo. **Educação para uma cultura da tolerância**. Seminário Cultura e Intolerância. São Paulo, SESC Vila Mariana, nov. 2003. fl 3

BRASIL, Lei N°3.071, 1° de janeiro de 1916. Código Ci vil. IN: BRASIL. *Câmara dos Deputados*. Idosos: legislação. 2. ed. Brasília, DR, 1999, p. 17.

BRASIL, Lei N° 3.071, de 1° de outubro de 2003. Dispõe s sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 03 out. 2003.

BRASIL, Lei N° 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispões sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do idoso e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 04 jul. 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Painel Cotidiano e Tolerância**. **Seminário Cultura e Intolerância**. São Paulo, SESC Vila Mariana, nov. 2003.

LANZILLO, M. L. Note sulla tolleranza, in FILOSOFIA POLÍTICA, 1999, n.2, p.269-280. APUD Dalmo de Abreu Dallari. **Painel Cotidiano e Tolerância**. **Seminário Cultura e Intolerância**. São Paulo, SESC Vila Mariana, nov. 2003. fl 9 e 10.

LUCIEN. M. **Aspectos atuais da participação na vida social**. Rio de Janeiro, CBCISS, caderno n°29, 1966.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (1982). Plan de acción internacional de Viena sobre el envejecimiento. Disponível em: <http://www.imsersomayores.csic.es/documentos/documentos/asamblea-planviena-01.pdf>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (2002). Plano de ação internacional sobre o envelhecimento. Brasília, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Mensagem do Secretário-Geral da ONU no Dia Internacional da Tolerância - 16 de novembro de 2010.

RAMOS, Luiz Roberto. **Fatores determinantes do envelhecimento saudável em idosos residentes em centro urbano: Projeto Epidoso**, São Paulo. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p.793-798, mai-jun, 2003.

RIBEIRO, Rita de Cássia Lanes. **CAPACIDADE FUNCIONAL E QUALIDADE DE VIDA DE IDOSOS.** *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, v. 4, p. 85-96, 2002.

UNESCO. **Declaração de Princípios sobre a Tolerância.** Aprovada pela Conferência Geral da UNESCO, 28ª reunião. Paris, 16 nov de 1995.

Palavras-chave: Idoso; Envelhecimento; Tolerância; Intolerância.

A recusa em consumir e a aceitação do não saber como um modo de fazer

Daniela Duarte Dias
danieladdias@yahoo.com.br

Palavras-chave: Psicologia, Política, Consumo

Há poucos anos, as ações (e também lutas) de denúncia sobre o tipo de consumo que fazemos como a escolha de comprar ou não um automóvel, comprar ou não alimentos transgênicos, beber ou não certos tipos de refrigerantes, comprar ou não produtos desnecessários para nossa casa, escolher produtos levando em conta a origem e o tipo de “relação trabalhista” utilizados na sua produção, escolher o tipo de programa de televisão a que assistimos etc, não nos pareciam de grande efeito em relação às lutas “contra o capitalismo”. Entretanto, ao observar o tipo de manifestação feita nos últimos tempos em Porto Alegre, que giraram em torno do uso de bicicleta como sendo algo maior do que a escolha de um veículo de locomoção, ou a Manifestação em Defesa da Alegria, na qual observamos a potência de tais ações que coloco como ponto de partida para refletir.

Se tomarmos como um dos imperativos ao presente o consumo como modo de vida, e a nossa relação com o que é consumido, poderemos entender que a recusa em consumir qualquer coisa, de qualquer modo, é algo, ao mesmo tempo, simples e potente. Ao fazer um questionamento, uma “parada” para refletir e pensar sobre o que se consome, é como se estivéssemos dizendo: eu posso escolher.

Não faz muitos anos, nós, da psicologia nos sentimos à vontade para, através de um diagnóstico, uma avaliação técnica, dizer qual é a norma e como devemos nos conduzir. Dizer quem é louco e quem é normal, que tipo de loucura tal pessoa possuía e que tipo de recomendação poderíamos oferecer para uma possível cura. Entretanto, nos últimos tempos, é possível perceber a existência de uma psicologia mais atenta, menos normativa, pelo menos por parte de alguns “segmentos”. Psicologia que “abre mão” de um lugar de “autoridade” para construir um lugar mais ativo, mais livre para aprender com o “mundo”. Caminho que vem se delineando desde a década de 60 e 70,

1 Para Marclei da Silva Guimarães, no artigo “Psicologia Social nas comunidades no Brasil – um saber em construção – e individualismo: uma relação possível?” não haveria um “marco” que sinalizasse o início exato das práticas psi mais ligadas as lutas populares nos bairros e junto aos movimentos sociais no **Brasil**.

quando surgiram novas práticas em psicologia, preocupadas com questões da “cidadania (igualdade de direitos e deveres) e a autonomia (algo semelhante à liberdade e à independência em relação ao Estado capitalista, à sociedade e a universidade) (GUIMARÃES, 2003, p.339)”.

Entretanto, como temos certa “dívida” em nossa história e atualidade por ter simplesmente desautorizado indivíduos, grupos, movimentos sociais, de suas próprias ações, hoje nos sentimos responsáveis em fazer o processo diferente, não de “re-autorizar” as pessoas, porque, quem somos nós para isto? Mas auxiliar, estimular, potencializar processos em que estes sujeitos de ação e diálogo estão inseridos. Produzir ações que façam com que as pessoas se sintam “sabedoras” de si, disponibilizar em nosso fazer psicologia um conhecimento mais reflexivo e menos diretivo. Obviamente esta atitude mais política e “engajada” é essencial e de grande importância para nós, psicólogas/os, na relação com as/os outros, com o mundo. O que proponho é que não tenhamos uma atitude de especialistas de quem sabe sobre tudo e, além disto, que deixemos em “aberto” um lugar de não saber, se recusar a “consumir” e “digerir” tudo que acontece, tendo uma relação de meditação sobre as coisas.

Afinal de contas, o que teríamos para dizer ou fazer de tão especial nas lutas sociais? Não seria o caso de aprender com? Sair da posição de quem sempre tem, ou deveria ter as respostas, para construir juntos as respostas e, mais que isto, se sentir livre para o “não saber” e aprender sobre o novo, sobre o que ainda não se viu o que ainda não se sabe. Sem tentar sempre conduzir o novo a um “esquema” de entendimento antigo, sempre “encaixando”, sempre tendo algo a dizer.

Um querido professor me falou a pouco tempo: “tu precisas meditar bastante sobre o assunto³”. Fiquei tanto tempo pensando nisto, achei interessante esta frase, ela me levou a pensar sobre a forma como estudamos, numa relação de quem “consume” algo. E se ficássemos em uma postura de quem cria algo, de quem admira algo, de quem se deixar afetar por algo, de quem se permite não saber tudo sobre algo, de quem se recusa a transformar tudo em produto? Interpretei a palavra meditar como uma relação de reflexão comigo mesma, sobre as coisas.

A partir destes cuidados, que não estão colocados como normas, tão pouco como novidades, retomo o tema das lutas que giram em torno do modo como consumimos as mais diversas coisas em nossas vidas e em todas as pessoas que, de forma anônima, tem feito um exercício de escolher, de se

recusar a consumir qualquer coisa. Penso que nós, psicólogas e psicólogos, precisamos nos recusar a ocupar um lugar de saber para que possamos realmente construir um saber sobre as lutas políticas com os sujeitos que fazem as coisas acontecerem. Refletir sobre o conhecimento e a informação, invés de consumi-los, fazendo a defesa da alegria e não tornar nossa participação política e social em mero currículo sem sentido e sem vida. E para tanto, me parece, existe um lugar privilegiado para começarmos a trilhar este caminho: é nas ruas com as pessoas que estão dispostas a se recusar.

Num primeiro momento, quando comecei a penar este texto, lembrei-me de todas as vezes que as pessoas me perguntavam sobre o meu fazer psi no grupo de que faço parte. Atualmente, dou continuidade a um trabalho de mais de sete anos com crianças na sede da Resistência Popular da Restinga, espaço de que participei também da rádio comunitária por quase o mesmo tempo, entre muitas outras atividades. Particularmente, eu não relacionava as coisas que fazia com minha formação em psicologia, achava que minhas/meus companheiras/os também não relacionavam desta forma. Entretanto, após alguns questionamentos, tentei pensar em como minha formação vinha constituindo o meu fazer militante.

Certamente muitas das minhas atitudes, propostas, reivindicações estavam inundadas pelo modo como eu penso o mundo, modo este que também foi se constituindo por uma formação acadêmica privilegiada, já que nossa profissão nos faz questionar, constantemente nosso fazer cotidiano. O que nos dá a possibilidade de voltar quando quisermos, de parar quando acharmos melhor, de seguir em frente, sempre que possível.

Bibliografia:

GUIMARÃES, Marclei da Silva. Psicologia Social nas comunidades no Brasil – um saber em construção – e individualismo: uma relação possível? In: Clio-Psyquê paradigmas: historiografia, psicologia subjetividades / organizadores Ana Maria Jacó-Vilela, Antônio Carlos Cerezzo, Heliana de Barros Conde Rodrigues. - Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2003

2 Meu orientador do doutorado no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da UFRGS, Pedrinho Guareschi.

Psicologia política, poder e movimentos.

Luciele Nardi Comunello
lucielecomunello@yahoo.com.br
Helena Beatriz Kochenborger Scarparo
scarparo@puhrs.br

Palavras-chave: Sustentabilidade; Micropolítica; Redes.

Falar sobre Psicologia Política é extremamente delicado, principalmente em função de não ser um campo homogêneo e de simples conceituação. Maritza Montero em seu texto “Por que Psicologia Política?” situa que inicialmente essa foi vista como destinada à compreensão da interação entre a dimensão política e os fenômenos psicológicos, buscando explicação para fenômenos políticos à luz de conceitos psicológicos. Mais recentemente, é vista como destinada à compreensão da relação entre espaço público e privado e os comportamentos advindos da ocupação de um ou outro. Entende que a fronteira entre esses espaços é flexível, permeável, uma vez que se modificam mutuamente, o que enfatiza o caráter mutável dos mesmos. A autora assinala que o modo como o poder passa a ser exercido nestes espaços é distinto e considera que a psicologia política é um campo multidisciplinar que se dedica a estudar os fenômenos da vida pública em função de prescrições sociais que regem e organizam a vida (MONTERO, 2009). Alio-me a essa perspectiva ao escolher como foco desta fala o estudo de um Movimento Urbano – “Porto Alegre Vive”, surgido em 2002, do qual tive a oportunidade de fazer parte durante cerca de 3 anos. Esse Movimento urbano é entendido como um espaço de exercício de democracia direta e volta-se, principalmente, à luta pela participação da população no planejamento urbano e na preservação do patrimônio ambiental e cultural da cidade, na busca por um planejamento urbano sustentável. Além disso, apresenta uma preocupação com a preservação de costumes, atividades, características, com a qualidade de vida, enfatizando a importância da memória para uma sociedade e dos referenciais que conectam as gerações:

Para pensar a democracia, dialogo com o pensamento de John Dewey, no sentido de conceber a democracia como algo que só existe enquanto um lugar comum de vida e que parte da experiência humana, de forma que os resultados dessa experiência possam enriquecer e ordenar os processos em curso. É através da democracia que se estabelecem espaços para expressão de emoções, necessidades e desejos que possibilitarão a criação de realidades outras. A liberdade de trocas, comunicação, interação é condição para o exercício da democracia. Em consonância com o autor, propomos pensar os

espaços de exercício da democracia direta, como o Movimento Porto Alegre Vive, buscando compreender como se dá sua articulação em redes de cooperação. Para tanto, utilizamos a topologia das redes: centralizada, descentralizada e distribuída (UGARTE, 2008), entendendo que quanto mais distribuídas forem as relações em uma rede, mais democráticas elas se tornam, por não necessitarem mediação – todos os nodos são igualmente autônomos e possuem poder para a ação. O padrão de organização distribuída está presente no modo como os cidadãos têm buscado exercer a democracia direta, através da criação de espaços de interlocução, de debates, de disseminação de posicionamentos, divulgação de ações, entre outras estratégias. Os processos instituídos, formais, são caracterizados por um modelo que tende à centralização.

A pulverização/distribuição do Movimento, bem como sua motivação ancorada na luta ambiental estão em consonância com a afirmação de Iñiguez (2002) de que, atualmente, vivemos uma situação de conflito: todas as grandes narrativas e as promessas da modernidade caem por terra; a promessa expressa pelo socialismo utópico não se cumpriu e não param de se apresentar os refugos do capitalismo a denunciar o seu limite. Torna-se insuficiente a lógica de ideologias dominantes ou blocos claros e com contornos definidos. Trata-se da emergência de vetores de distintas naturezas, como a questão da sustentabilidade, por exemplo.

A rede da qual o Movimento faz parte inclui outras associações, locais como os bairros Rio Branco, Petrópolis, Chácara das Pedras, Centro, Cidade Baixa, entre outros. Além dessas associações, fazem parte dessa rede nodos como Câmara de Vereadores em suas audiências públicas e grupos de trabalho, o Fórum de Entidades e, num segundo momento, o Movimento em Defesa da Orla; secretarias municipais, órgãos como o Instituto de Patrimônio Histórico e Ambiental Nacional, Organizações não governamentais, entre outros.

Entendemos o Movimento Porto Alegre Vive como um espaço de micropolítica, tal como a aborda Jameson (1996): uma emergência tipicamente pós-moderna, no sentido de que a considera fruto da expansão do capitalismo tardio - multinacional. Trata-se de “uma grande variedade de práticas políticas de pequenos grupos, sem base em classes sociais” (p. 322). Constitui-se uma alternativa de potencialização de relações cidadãos pela possibilidade de incluir o desejo na política do cotidiano, através dos processos de auto-organização (espontânea) dos movimentos urbanos. Tais organizações parecem apresentar a emergência de um novo *ethos* – uma nova forma de pensar e agir, de se relacionar com os espaços urbanos, cuja luta não é pautada na divisão de classe, mas em uma visão da cidade como rede, que conecta diferentes pontos em relação. Assim, a tensão provocada em qualquer nodo da rede pode produzir transformação em sua organização como um todo.

Fortemente atravessado pelas lutas ambientalistas, o Porto Alegre Vive não tem uma história de luta pelo desenvolvimento da cidade, mas pela desnaturalização desse conceito e pela possibilidade de revisá-lo, buscando a construção de um planejamento urbano sustentável. Ao falar da cidade medieval, Le Goff (1998) cita os poderes nela reconhecidos: a realeza (o Governo), o clero e a Universidade - o que nos faz pensar que com o passar dos últimos séculos, mudaram os grupos, mas não a lógica de centralização. Três espaços principais dividem a cidade: o econômico, o político e o universitário. Da mesma forma, na cidade contemporânea os poderes centralizados parecem se situar ao redor do técnico, do econômico e do político. O técnico é tomado como politicamente neutro e entra no cenário urbano a fim de legitimar determinados posicionamentos, atenuando a visibilidade de seu aspecto político. O econômico estabelece, na maioria das vezes, conexões não declaradas de alguns grupos que se constituem hegemônicos no âmbito do planejamento urbano. Por fim, o político, atravessando essas outras dimensões e sendo atravessado por elas. Há a política institucional respaldada pelo modelo representativo e há a micropolítica, a política do desejo, como possibilidade de abrir brechas à institucionalização, de dar voz à multiplicidade por meio da participação direta, da autonomia e tomada de decisão conjunta.

Em suma, apresento uma tentativa de articular a vida na cidade, a sustentabilidade, a política (micropolítica) nos movimentos urbanos e o modo como se organizam, em redes. Vejo nesta articulação a possibilidade de compreender a emergência desse acontecimento, este agir/pensar que torna possível a produção de novas formas de relação nos e com os espaços da cidade. Movimentos como o Porto Alegre Vive tornam-se possibilidades de revolução política, social e cultural, que alteram relações de forças nos domínios do macro e do micro. Essa revolução é tomada por Guattari (2007) como forma de superar a crise planetária vivida pela sociedade. Completa que, para dar conta do conflito entre o desgaste do meio ambiente e a perspectiva das produções incitadas pelo capitalismo, torna-se necessário um entrelaçamento entre os registros ecológico – meio ambiente relações sociais e subjetividade humana.

Referências

DEWEY, J. **Democracia criativa**: a tarefa diante de nós. Disponível em: www.escoladeredes.ning.com.

GUATTARI, F. **As três ecologias**. 18.ed. Campinas: Papyrus, 2007.

IÑIGUEZ, L. Construcionismo Social. In: MARTINS, J.B. (Org.) **Temas em Análise Institucional e em Construcionismo Social**. Curitiba: Fundação Araucária, 2002.

JAMESON, F. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Editora Ática, 1996.

LE GOFF, J. **Por amor às cidades**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

MONTERO, M. Por que Psicologia Política? **Psicologia Política**, vol. 9, n.18, jul.-dez, 2009.

UGARTE, D. **El poder de las redes**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Simpósios

A psicologia política na ciência política

Mathieu Turgeon

turgeon@unb.br

A psicologia política na ciência política trata de uma grande variedade de temas. Pesquisadores de áreas como comportamento político, relações internacionais.

e instituições políticas podem definir-se como psicólogos políticos apesar de estudar objetos muito distintos.

Podemos identificar setes temas de interesse na psicologia política na ciência política (Sears, 1987):

- 1 Personalidade e política;
- 2 Opinião pública e voto;
- 3 Participação política;
- 4 Socialização política;
- 5 Mídia e política (ou comunicação política);
- 6 Conflitos internacionais e étnicos;
- 7 Morte e horror".

A psicologia política na ciência política estuda fenômenos políticos usando teorias da psicologia social (mais comumente de tradição anglo-saxão), das ciências econômicas e da própria ciência política. Isto faça da psicologia política na ciência política um campo de estudo inter-disciplinário. Os cientistas políticos que atuam no campo da psicologia política adotam uma pluralidade de estratégias metodológicas. Entre elas, podemos identificar a metodologia qualitativa e narrativa, a metodologia quantitativa e estatística e a metodologia experimental. Esta ultima ganhou muito em importância nas últimas duas décadas.

Mídia e Política

Pedrinho A. Guareschi
pedrinho.guareschi@ufrgs.br

O propósito dessa fala é refletir sobre a complexa e íntima relação entre mídia e política. Há uma mediação da sociedade e da cultura nas sociedades modernas. Se é verdade que todas as instâncias da sociedade passam hoje pela mídia, como a economia, a religião, a educação, etc., essa mediação se concretiza de maneira exemplar na política. Procuramos ver quais os mecanismos através dos quais essa influência midiática se dá no campo da política.

A mediação da cultura moderna

Como qualquer fenômeno, se quisermos compreender com mais propriedade a comunicação hoje é necessário, antes de tudo, contextualizá-la. A “comunicação de massa” possui características e peculiaridades próprias. A produção institucionalizada e a difusão generalizada de bens simbólicos se dá através da fixação e transmissão de informação, ou conteúdo simbólico (THOMPSON, 1998). A comunicação de massa envolve certos meios técnicos e institucionais de produção e de difusão. Tal processo implica também um tipo de mercantilização das formas simbólicas. Temos, então, bens econômicos e bens que se podem chamar simbólicos: o novo, em nossa sociedade, é que os objetos produzidos pelas instituições da mídia passam por um processo de valorização econômica. Outra característica da comunicação de massa é que ela estabelece uma dissociação estrutural entre a produção das formas simbólicas e sua recepção; isso é fundamental para uma compreensão mais crítica da comunicação. Os receptores são parceiros desiguais no processo de intercâmbio simbólico, mas mantêm determinado poder. Além disso, a disponibilização da comunicação de massa no tempo e no espaço reordenam essas relações espaço-temporais. Pelo fato de poderem ser gravados, eles podem ser vistos em tempos diferentes e em ocasiões sucessivas; e por serem eletrônicos, transcendem o espaço físico, ocupando um espaço virtual.

Finalmente, pelo fato de existir uma circulação pública das formas simbólicas, elas ficam, em princípio, disponíveis a uma pluralidade de destinatários.

Quatro afirmações podem ajudar a compreender a relevância da comunicação na criação desse “novo ambiente social e cultural” (Guareschi, 2011):

A comunicação, hoje, constrói a realidade. Realidade, como a entendemos aqui, é o que existe, o que tem valor, o que traz possíveis respostas aos problemas e o que legitima e dá densidade significativa a nosso cotidiano. Desse modo, algo passa a existir, hoje, ou deixa de existir, psicossociologicamente falando, se é, ou não, midiado. A mídia tem, na contemporaneidade, o poder de instituir o que é, ou não, real, existente (SILVERSTONE, 2002).

A mídia dá uma conotação valorativa à realidade existente. Ao dizer que algo existe, digo igualmente se aquilo é bom ou ruim. Em princípio, as realidades veiculadas pela mídia são boas e verdadeiras, a não ser que seja dito expressamente o contrário. O que está na mídia não é só, então, o existente, mas contém, igualmente, algo de positivo.

A mídia, hoje, coloca a agenda de discussão. Ao redor de 80% dos temas e assuntos que são falados no trânsito, no trabalho, em casa, nos encontros sociais etc. são colocados à discussão pela mídia; ela determina, até certo ponto, o que deve ser falado e discutido. Uma consequência muito séria dessa questão é que se a mídia decidir que algum assunto, ou algum tema, não deva ser discutido pela população de determinada sociedade, ela tem o poder de excluí-lo da pauta! Uma população inteira fica impossibilitada de *saber e conhecer* que tal problema existe numa sociedade, ou que tal fato sucedeu nesse local. Essa é a força de quem detém o poder de decidir sobre o conteúdo da pauta.

Mas o ponto mais central e relevante é que *a mídia influencia poderosamente na construção da subjetividade das pessoas.* Sabemos que o ser humano se constrói a partir das relações que ele vai estabelecendo no espaço de sua existência. Nos dias de hoje, contudo, principalmente a partir dos últimos 30 anos, pode-se dizer que *existe um novo personagem dentro de casa*, que está presente em nossas vidas e com quem nós mais estamos em

contato. A média de horas diárias que o brasileiro fica diante da TV, por exemplo, é de quatro. Em algumas vilas periféricas de cidades brasileiras que pesquisamos em projetos anteriores, a média chega a 6 horas e, para as crianças, que os pais têm medo de deixar na rua, chega a 9 horas diárias. Esse é o novo personagem que nós passamos, hoje, a nos relacionar, em tipos de relações que Thompson (1998) chama de “quase interação midiada” e “intimidade não recíproca à distância”. Entre as características de tal personagem, estão as de que ele é praticamente o único que fala; estabelece com os interlocutores uma comunicação vertical, de cima para baixo; não faz perguntas, apenas dá respostas etc.

Público e privado: novos significados

Uma das consequências mais importantes trazida pelas novas tecnologias, e materializada pela mídia, foi à transformação da natureza do que poderíamos chamar de ‘publicidade’ e, estreitamente ligada a ela, a transformação das maneiras como as pessoas e acontecimentos são tornados ‘visíveis’ aos outros. É a partir dessas mudanças que a distinção entre o público e o privado, com uma longa história no pensamento social e político ocidental, que pode ser retrçada à Grécia clássica e ao início do desenvolvimento do direito romano, sofreu profundas alterações.

No novo espaço midiado, ‘público’ significa agora aberto, ou acessível a outros. O que é público, nesse novo sentido, é o que é visível ou observável, o que é desempenhado diante de espectadores, o que é aberto para que todos, ou muitos, possam ver ouvir, ou ouvir falar a respeito. O que é privado, em contraste, é o que é escondido da vista, o que é dito ou feito em segredo, ou entre um círculo restrito de pessoas. Nesse sentido, a dicotomia público-privado tem a ver com ‘publicidade’ versus privacidade, com abertura versus sigilo, com visibilidade versus invisibilidade. Um ato público é um ato visível, desempenhado abertamente, de tal modo que todos possam ver; um ato privado é um ato invisível, um ato desempenhado secretamente e atrás de portas fechadas.

Antes do desenvolvimento da mídia, a publicidade de um indivíduo ou evento estava ligada à partilha de um local comum. O desenvolvimento dos meios de comunicação criou novas formas de publicidade que são muito diferentes da publicidade tradicional de co-presença. A característica chave dessas novas formas é que, com o aumento da acessibilidade tornada possível pela mídia, a publicidade das pessoas, ações ou acontecimentos não está mais ligada à partilha de um lugar comum. Uma ação ou acontecimento pode se tornar público pelo fato de ser registrado e transmitido a outros que não estão fisicamente presentes no tempo e lugar de sua ocorrência. Ações ou acontecimentos podem adquirir uma publicidade que é independente de sua capacidade de serem vistos ou ouvidos diretamente por uma pluralidade de indivíduos copresentes. É claro que a emergência dessas novas formas de publicidade midiada não substituiu inteiramente o papel da publicidade tradicional de copresença.

Visibilidade e poder simbólico

O desenvolvimento dos meios eletrônicos – rádio e, sobretudo, televisão – representam, de algum modo, a continuação de um processo que teve início com o advento da mídia impressa, mas, sob outros aspectos, representa um novo começo. Do mesmo modo que com a imprensa, os meios eletrônicos criaram um tipo de publicidade separada da partilha de um local comum, uma publicidade que, com a crescente disponibilidade dos produtos da mídia em uma escala nacional e até mesmo internacional, atinge a vida de uma proporção crescente de população. Mas o tipo de publicidade criado pelos meios eletrônicos é diferente, sob vários aspectos, da publicidade criada pela imprensa. Os meios eletrônicos possibilitam a transmissão da informação e do conteúdo simbólico a grandes distâncias e com pouca ou nenhuma demora. Por conseguinte, os meios eletrônicos criam um tipo de publicidade que se caracteriza, ao menos em princípio, pelo que Thompson (2003) chama de ‘simultaneidade desespacializada’: pessoas distantes podem ser visíveis virtualmente ao mesmo tempo, ser ouvidas no mesmo momento em que falam, ou serem vistas no mesmo momento em que agem, mesmo que elas não

partilhem do mesmo local espacial dos indivíduos que as vissem. Com o advento da televisão, por isso, as pessoas são capazes de ver pessoas, ações e acontecimentos, do mesmo modo que podem ouvir a palavra falada e outros sons, de um modo que pode ser ao mesmo tempo simultâneo e desespacializado. Na era da televisão, publicidade midiada é crescentemente definida pela visibilidade no sentido restrito de visão (a capacidade de algo ser visto com os olhos), embora esse novo campo de visão seja completamente diferente do campo de visão que as pessoas têm em seus encontros cotidianos com outros.

As maneiras como os líderes políticos se apresentam hoje diante dos outros é moldada pela mudança nas formas de publicidade criadas pela mídia. Tal prática já teve início com o advento do rádio. Através dele, é possível aos líderes políticos falar diretamente a milhares, mesmo milhões de outros, de um modo que propiciasse um tipo distinto de intimidade – especificamente, uma intimidade não recíproca à distância – que é muito diferente das relações locutor-público características das concentrações de massa. Nos tempos que antecederam ao som amplificado, um locutor que quisesse se dirigir a uma multidão reunida tinha de projetar sua voz com grande força; os locutores geralmente se colocavam acima do público, em altos púlpitos ou palanques. Mas com o advento do rádio, o desinteresse pela retórica deu lugar, em parte, à intimidade midiada; a oratória veemente dos discursos apaixonados pôde ser substituída pela intimidade coloquial de uma conversa ao pé do fogo.

Se tal comunicação já é possível através do rádio, acrescente-se a isso a riqueza visual da televisão e o cenário está montado para o florescimento de um novo tipo de intimidade na esfera pública. Agora os líderes políticos podem dirigir-se a seus sujeitos como se fossem pessoas da família, ou amigos. E dada à capacidade da televisão de transmitir imagens *close-up*, as pessoas podem examinar detalhadamente as ações e falas de seus líderes – suas expressões faciais, sua aparência pessoal, seus trejeitos e linguagem corporal, entre outras coisas – com um tipo de atenção detalhada reservada outrora àqueles com quem se podia partilhar uma relação íntima e pessoal.

O desenvolvimento dos novos meios de comunicação permite uma forma mais íntima de auto-apresentação, livre das exigências da copresença. Essas são as condições que facilitaram o surgimento também do que

Thompson (2003, p.128) chama de “a sociedade da automanifestação”: uma sociedade em que é possível e, na verdade, se torna cada vez mais comum, aos líderes políticos e a outros indivíduos aparecer diante de públicos distantes e desnudar algum aspecto de si mesmos ou de sua vida pessoal. Eles se mostram agora não apenas como líderes, mas também como seres humanos, como pessoas comuns que podem se dirigir aos outros na qualidade de companheiros, revelando seletivamente aspectos de suas vidas e de seu caráter de um modo coloquial ou mesmo íntimo.

Poder simbólico

Se quisermos, pois, compreender a natureza do impacto da mídia na política, temos de começar analisando a estrutura do campo político. Quem melhor discutiu o conceito de campo foi Pierre Bourdieu (1984; 1991). Em termos gerais, um campo é um espaço estruturado de posições sociais cujas propriedades são definidas principalmente pelas relações entre essas posições e pelos recursos ligados a elas. Os indivíduos agem dentro de campos de vários tipos; eles ocupam posições e fazem uso dos recursos ligados a elas a fim de conseguir seus interesses e finalidades. Em alguns casos, essas posições adquirem certa estabilidade pelo fato de estarem incorporadas em instituições que possuem determinado grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço. As instituições estabelecem campos de interação e, ao mesmo tempo, criam novas posições dentro desses campos e novas trajetórias de vida para os indivíduos que as ocupam.

Entre os muitos e diferentes campos, ou esferas de interação, situa-se o campo político, um campo de ação e interação que tem a ver com a aquisição e o exercício do poder político. Poder político é uma forma de poder; há outras formas, que Thompson (1998) descreve muito bem, como o poder econômico, o poder coercitivo e o que se poderia chamar de ‘poder simbólico’. Poder político está interessado na coordenação de indivíduos e na regulação de seus padrões de interação. Todas as organizações envolvem determinado grau de coordenação e regulação e, conseqüentemente, determinado grau de poder político nesse sentido. Mas há um conjunto de instituições que estão

interessadas *primariamente* com a coordenação e regulação, e que procuram essas atividades de um modo que é relativamente centralizado dentro de um território mais ou menos circunscrito. Essas instituições compreendem o que é geralmente referido como o Estado. O emprego do termo 'campo político' se refere, portanto, primariamente ao campo de ação e interação que é modelado pelas instituições do Estado, embora o termo possa ser aplicado com igual validade e para propósitos específicos, a campos de interação que são modelados por instituições situadas em níveis inferiores ou superiores ao Estado, tais como instituições de governo local, de um lado, ou instituições transnacionais, de outro lado.

Os Estados são, essencialmente, sistemas de autoridade. Mas a capacidade do Estado de exercer autoridade, como Weber (1948) mostrou com perspicácia, depende da sua capacidade de exercer duas formas de poder relacionadas, mas distintas, que se poderiam chamar de poder coercitivo e poder simbólico. O uso da coerção, nos dias de hoje, é reservado a circunstâncias excepcionais. No fluxo normal da vida social, a autoridade do Estado é garantida de um modo mais moderado, mais difuso e inteiramente menos transparente, pela instauração de formas simbólicas, que têm por objetivo cultivar e sustentar a crença na legitimidade do poder político.

Poder simbólico refere-se, então, à capacidade de intervir no curso dos acontecimentos, de influenciar as ações e crenças de outros e, na verdade, de criar acontecimentos, através da produção e transmissão de formas simbólicas. Ao exercer poder simbólico, os indivíduos se fundamentam em vários tipos de recursos que seriam, fundamentalmente, os meios de informação e comunicação e a capacidade de lidar com seu conteúdo simbólico, que Bourdieu (1984) denomina de capital cultural; e a acumulação do prestígio, reconhecimento e respeito atribuída a certos produtores ou instituições, que seria o capital simbólico.

A reputação é um aspecto do capital simbólico; ela é um atributo de um indivíduo ou instituição, mas ela é também um recurso do qual os indivíduos podem fazer uso no exercício do poder simbólico. A reputação pode também ser construída através do tempo, seja por um indivíduo ou por uma instituição

da qual ele faz parte, ou por ambos. Ela pode também ser perdida, ou substancialmente diminuída muito rapidamente devido à má conduta, decisão errônea ou erros graves de vários tipos.

Em síntese, campo político é o campo da ação e interação que está ligado à aquisição e ao exercício do poder político através do uso do poder simbólico. O uso do poder simbólico não é acidental ou secundário à luta pelo poder político, mas é essencial a ele. Todo o que quiser conquistar poder político, ou exercê-lo de uma maneira durável e efetiva deve também usar o poder simbólico para cultivar e sustentar a crença na legitimidade.

Apresenta-se agora um fator importante para se compreender a lógica do campo político: sua relação com a mídia. Com o desenvolvimento da mídia (jornais, rádio, televisão, etc.), as relações entre políticos e não profissionais passa a ser construída cada vez mais através dessas formas abertas de comunicação midiada. É claro que os políticos ainda interagem com não profissionais através da interação face a face e através de correspondência. Mas com a crescente importância da mídia, as relações entre políticos e não profissionais são cada vez mais determinadas pelo tipo de quase interação midiada que tem lugar através da imprensa e da televisão. Cada vez mais a mídia se torna a arena decisiva em que as relações entre políticos e não profissionais do campo político mais amplo são criadas, sustentadas e, ocasionalmente, destruídas.

A própria mídia pode ser compreendida como um campo de interação possuindo seu próprio conjunto distintivo de interesses, posições e trajetórias profissionais. De diferentes maneiras, as organizações da mídia estão todas interessadas no exercício do poder simbólico através do uso dos meios de comunicação de vários tipos. Algumas dessas organizações estão ligadas diretamente ao campo político, mas não se identificam com ele, pois são geralmente governadas por princípios diferentes e orientadas para diferentes finalidades. A relação entre políticos e jornalistas pode, ocasionalmente, ser próxima e harmoniosa, na medida em que eles estiverem ligados por formas de dependência recíproca, como quando os políticos necessitam da mídia para divulgar imagens favoráveis de si mesmos e de suas políticas, e os jornalistas

dependem dos políticos e outras fontes oficiais para propiciar um fluxo regular de notícias. Mas a relação é também carregada de conflito potencial e pode facilmente se transformar em uma fonte de tensão, quando os jornalistas começam a pesquisar assuntos, ou tomar posições, que são contrários àqueles que os políticos ou seus porta-vozes gostariam que eles adotassem.

Os políticos estão conscientes que suas ações e falas podem ser examinadas por jornalistas e ocasionalmente divulgadas na mídia, e que eles podem se tornar assim visíveis a não profissionais dentro do campo político mais amplo. Por conseguinte, os políticos tendem a monitorar de perto a cobertura da mídia sobre suas ações e falas, e cada vez mais tentam estruturá-las tendo cuidado com a informação e as imagens que se tornam disponíveis e fornecendo referências para a interpretação dos acontecimentos.

Resumindo: a crescente visibilidade dos líderes políticos está ligada a amplas transformações sociais, entre elas o desenvolvimento dos meios de comunicação, que criou um novo tipo de visibilidade que não está mais preso à partilha de um local comum e que possibilitou aos líderes políticos se apresentarem diante de outros situados em contextos distantes no espaço e mesmo tempo. O campo político foi se constituindo cada vez mais como um campo midiado – isto é, um campo em que a visibilidade midiada dos líderes políticos se tornou sempre mais importante e em que as relações entre líderes políticos e cidadãos comuns foram crescentemente moldadas pelas formas midiadas de comunicação.

Para especificar e detalhar com mais precisão essa complexa relação entre mídia e política, montamos um projeto de pesquisa que foi buscar informações nos próprios políticos. Foram entrevistadas 14 pessoas que exercem, ou exerceram um cargo político, desde senadores da república até vereadores municipais. Algumas conjeturas já podem ser estabelecidas e pretendemos discutir as mais salientes ao final do simpósio.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **Distinction: a social critique of the judgement of taste.** Cambridge: Harvard University Press, 1984.

BOURDIEU, Pierre. **Elements for a Theory of the Political Field**, in: Thompson J.B. (ed) Language and symbolic power, Cambridge: Polity Press, 1991.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica – como prática de libertação**. Porto Alegre – Edipucrs, 2011 - 6 a. ed.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** São Paulo: Edições Loyola, 2002.

THOMPSON, John B. **Ideologia e Cultura Moderna - teoria social crítica na era da comunicação de Massa**. Petrópolis: Vozes (7ª ed), 2007.

THOMPSON, John B. **O Escândalo Político - Poder e visibilidade na era da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2003

THOMPSON, J.B. **Mídia e Modernidade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

WEBER, Max. **Politics as a vocation**. In: H. H. Gerth & C. Wright Mills (eds.), From Max Weber: essays in sociology. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1948.

Historiar Em Vários Tempos – Memórias E Projetos De Psicologia

Helena B. K. Scarparo
scarparo@puccrs.br

“Os anos saem pela porta, sem previsão de volta”

(Puccinelli, 2012)

O tempo é fugidio e denuncia a brevidade da vida o que torna quase óbvia a urgência de torna-la memorável. A noção de que o tempo nos escapa é ainda mais intensa e presente na medida em que não o marcamos, ou seja, quando não se torna viável memorizar, rememorar e comemorar experiências. Talvez por isso Collinwood (1972) associou o valor da História à possibilidade de ensinar o que a humanidade tem feito e, assim, ter noções sobre o humano - essa vida que conjuga em vários tempos o verbo historiar.

Historiar implica assumir o lugar de egresso do passado para garimpar estratégias, ideias e artefatos que nos ajudem a imaginar e difundir indícios do tempo que queremos compreender mais. Cabe destacar que tais iniciativas são sempre parciais e, por isso, desenham versões dos acontecimentos e, ao mesmo tempo, favorecem lacunas, silêncios e esquecimentos.

São muitos os roteiros construídos sobre o passado, tantos quantos os grupos que coexistem numa sociedade (Pocock, 2006); todos são fragmentos compostos em bricolagens (Passetti, 2008) um exercício criativo de composição no qual os materiais de que dispomos se imbricam à nossa capacidade de ver e pensar o mundo. Desse modo, as narrativas históricas, mesmo sem a pretensão da totalidade, devem perseguir a diversidade e ser a expressão dos olhares possíveis em diferentes posições. Por isso, compor e divulgar uma dessas narrativas são uma ação política. Trata-se de revelar um olhar que marca uma posição e oferecê-lo ao diálogo, o que implica a chance de encontrar contradições, esquecimentos, apagamentos e corroborações.

É evidente que tanto a história como a memória tem limites no acesso ao passado e que sempre há uma luta política nesse processo, o que afasta as noções de verdade históricas e de memória espontânea. A escrita da história, então, engendra complexas e dinâmicas relações políticas; elas empreendem disputas por hegemonia mesmo que o exercício de historiar denote cotidianamente a impossibilidade de certezas.

Especificamente no que se refere à construção de histórias da psicologia, as questões do comportamento político serão abordadas aqui em dois eixos. O primeiro diz respeito aos processos de consolidação da área como conhecimento relevante e, conseqüentemente, como profissão que estabelece relações com as demandas de cada tempo e lugar. Com isso, conquista (ou busca conquistar) legitimidade e poder. Trata-se, assim, de delimitação de fronteiras para territórios da psicologia no sentido de garantir-lhe reconhecimento social e, ao mesmo tempo, sublinhar o caráter coletivo de uma identidade profissional. O segundo eixo tem como referência as práticas relativas ao ofício de historiar psicologia considerando a composição de uma versão circunscrita aos jogos de visibilidade e/ou apagamento de memórias, conceitos e reconhecimentos de lugares sociais.

Consolidação e delimitação de fronteiras - tema para historiar

O exame de materiais acerca dos processos de consolidação da área está fortemente marcado por sistemas de crenças e vocabulários normativos característicos de cada época. Por exemplo, as ideias psicológicas presentes em obras elaboradas no Brasil Colonial são encharcadas pela religião e pela necessidade de expansão e aculturação lusófona. Isso se evidencia quando as ideias psicológicas são associadas às práticas educativas de crianças e mulheres, às técnicas de persuasão dos “selvagens” ou à etiologia e cura dos males do corpo. Os escritos de Alexandre de Gusmão, de Angelo Ribeiro Serqueira e Francisco de Melo Franco nos séculos XVII e XVIII são exemplos clássicos dessa especificidade contextual. Mais tarde, no século XIX, iniciativas de instituir hospitais, escolas normais, associações e as faculdades de direito (São Paulo e Pernambuco) e medicina (Bahia e Rio de Janeiro) intensificaram

a formalização de ideias psicológicas atreladas às noções de cientificidade da época. Nessa perspectiva, os estudos de Nina Rodrigues corroboravam o racismo das teorias criminológicas originárias da Europa assim como as práticas locais com esse mesmo propósito. As ideias psicológicas eram, então, ferramentas políticas exatamente no momento em que os negros, depois da promulgação da Lei Áurea, tencionavam redefinições de seus modos de ocupação do espaço urbano e de seus direitos de cidadania.

Já no século XX, nos anos 1950-60, também no que se refere aos processos de consolidação da profissão no Brasil, são evidentes as conexões das práticas psicológicas com as questões sociopolíticas locais e globais. Além da formalização de cursos regulares e da vinda de intelectuais estrangeiros para Brasil, podemos citar o uso das avaliações psicológicas como práticas atreladas aos propósitos desenvolvimentistas da época e à valorização dos avanços tecnológicos intensificada pela Guerra dos Mísseis e pela Corrida Espacial em nível global. O exame de documentos disponíveis desse período evidencia as expectativas de que a psicologia como ciência poderia contribuir com a prevenção de conflitos e desvios nos âmbitos individuais e coletivos. Tal expectativa de contribuição é conivente com o contexto da Guerra Fria na qual são evidentes os propósitos capitalistas da política estadunidense e os temores de eclosão de uma terceira guerra mundial.

Como vemos é evidente que os processos de consolidação descritos na historiografia da Psicologia examinada não são refratários às políticas da existência coletiva. Pelo contrário, eles expressam a necessidade de justificar fazeres e concepções vigentes, através da área em pleno processo de consolidação. Fundam-se, assim, no imaginário social lugares e atribuições para a ciência psicológica e para a profissão. Ao mesmo tempo ideias psicológicas, espaços oficiais para a área e práticas com status profissional promovem o fortalecimento de visões de mundo e de ser humano, ou as questionam dando sentido às transformações construtoras da história.

Historiar e olhar psicologia

O segundo eixo de discussão aqui proposto refere-se ao ofício de historiar psicologia considerando a composição de uma versão circunscrita aos jogos de visibilidade e/ou apagamento de memórias, conceitos e reconhecimentos de identidades e lugares sociais. Nesse caso, cabe indagar quanto ao uso e diversidade das fontes, quanto aos métodos utilizados e, especialmente quanto à capacidade de registrar as histórias de tal forma que se evidencie a pretensão de provocar pensamentos que desacomodem banalizações e sentimentos que mobilizem ações políticas como, por exemplo, a indignação. Nesse sentido vale destacar os escritos de Georges Bataille (1995). Para ele, a representação de um acontecimento não pode explicitar a exata dimensão do evento, mas pode ter como efeito a banalização do que é injusto e aterrorizante o que tem como efeito, por exemplo, o apagamento de violências injustificadas cometidas.

Desse modo é importante que, ao exercitar a história da psicologia, se possa contemplar a diversidade no que se refere às fontes e às abordagens adotadas, pois estamos tratando da relevância da subjetividade na política. As lembranças estão guardadas de diferentes modos em diferentes lugares. Famílias, operários, estudantes, gestores, políticos profissionais e prostitutas podem ter habitado o cenário de um mesmo acontecimento. Qual voz será ouvida? Que silêncios e esquecimentos serão costurados? Daí a necessidade de que se estudem diferentes camadas de memória. O que muitas vezes é comemorado com honras nacionais encobre memórias subterrâneas, ocultas, muito diferentes da memória da oficialidade (Portelli, 1996).

Objetos da psicologia são contemplados na proposta de produzir a História de Ansart (2001). Para esse historiador as pesquisas devem considerar raivas, medos, inveja e desejos de vingança. Esses são mobilizadores poderosos da ação e reação humanas. Assim, através de processos políticos, pode se construir uma historiografia que mostre dimensões da vida humana muitas vezes ignorada, silenciadas e apagadas da narrativa histórica. Tal pode se dar a partir da problematização de práticas atravessadas pelas atribuições de gênero, da priorização da vitimização em detrimento de

expressões de envolvimento e resistência política (Grossman, 2000) e, finalmente, da sonegação do acesso coletivo às memórias disponíveis.

A resistência aos processos políticos de apagamento das memórias se manifesta em diferentes práticas humanas. Elas podem constituir-se em histórias de produção, recuperação e restauração de materiais que ainda podem ser lembrados. É o caso da organização e divulgação de arquivos que guardam experiências de repressão e violência na tentativa de extinguir o livre pensar e a proposição de projetos sociais diversos. “O papel destes arquivos não é o de explicar o que não pode ser explicado, mas manter viva a memória do que não pode se repetir” (Araújo; Santos, 2007, p.103). Resta saber como queremos estabelecer a passagem dos anos pelas portas da História da Psicologia...

Referências

ARAÚJO, M; Santos, M. **História, memória e esquecimento: implicações políticas**. In. Revista Crítica de Ciências Sociais, 79, Dezembro 2007: 95-111.

COLLINGWOOD, R.G. **A Ideia de História**. Lisboa: Editorial Presença, 1972.

DUARTE, E. **Medo da mestiçagem ou da cidadania? Criminalidade e raça na obra de Nina Rodrigues**. XVII Congresso Nacional do CONPEDI. Anais. Brasília. DF. 2008.

GROSSMAN, J. **Violência e silêncio: Reescrevendo o futuro, História Oral**. In. Revista da Associação Brasileira de História Oral, 3. 2000.

PASSETTI, D. **Levi-Stauss Antropologia e Arte: minúsculo incomensurável**. São Paulo: Edusc: Edusp. 2008.

POCOCK, J. **Conceitos e discursos: uma diferença cultural? Comentário sobre o *paper* de Melvin Richter**. In: JASMIN, M. & FERES JR. J. (Orgs.). História dos conceitos debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Loyola. 2006.

PORTELLI, A. **O massacre de Chivitella Val di Chiara: mito e política luta e senso comum**. In: FERREIRA, M.; AMADO, J, Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, 103-130. 1996

Histórias por escrever: Um Museu Virtual sobre a influência negra na vida sociopolítica nos Campos de Cima da Serra

Aline Reis Calvo Hernandez
UERGS – alinehernandez@hotmail.com

Resumo: Silenciar a memória de alguém ou quebrar seus vínculos de pertencimento é uma forma eficaz de garantir sua dominação. Impedir uma pessoa de reconhecer aqueles que lhe serviram de modelo é negar-lhe o direito à memória. Este é o caso da memória negra no Brasil. Manifestações perversas de preconceito negaram (e negam) ao negro o direito à memória. As práticas colonizadoras e a prevalência da cultura branca apagaram a influência negra nas mais diversas culturas brasileiras. Desde o início da colônia do Sacramento, no século XVII, já se registrava a presença negra no Rio Grande do Sul. Os negros chegaram à serra gaúcha como escravos de eito, para o trabalho na roça das antigas fazendas particulares dos Campos de Cima da Serra. A serra gaúcha foi à última região a ser ocupada por colonos europeus, pois era de difícil acesso e vegetação de mata. No final do século XIX a região começa a ser ocupada pelos italianos. Na região dos Campos de Cima da Serra os escravos foram utilizados nas fazendas de criação de gado, na monocultura e, principalmente nas indústrias. A escravidão se constituiu pela força e domínio do patrão sobre o escravo, como mercadoria de sua propriedade. Nas colônias fundadas após 1868, eram proibidas a posse e a residência de escravos, mas a lei não foi suficiente para exterminar as práticas escravagistas. Assim, os contratos entre os colonos e os escravos ocorriam, ou através da vizinhança, ou em viagens, quando tropeiros e carreteiros vindos dos Campos e da Serra se encontravam. Os negros eram comprados pelos fazendeiros e sua presença só foi constatada a partir dos inventários dos donos desses latifúndios, das cartas de alforria e de registros da igreja católica. Os documentos da escravidão (Catálogo Seletivo de Cartas de Liberdade, Vol. 2, Nov/2006), analisados pelo grupo de pesquisa, registram a compra e venda de escravos na região e os nomes das famílias negociantes. Só em 1884 o Rio

Grande do Sul libertou legalmente seus escravos, mas permaneceram nas mesmas condições até 1888 (RADÜNZ e GIRON, 2010). No início do século XX, começaram as grandes obras públicas na região serrana. A construção da estrada de ferro, por exemplo, exigiu que a mão de obra negra fosse fundamental. É inegável a fundamental contribuição dos afrodescendentes na formação socioeconômica e política da serra gaúcha. Assim, esta pesquisa propõe a recuperação de histórias e memórias da vida cultural e sociopolítica de São Francisco de Paula e, por conseguinte, dos Campos de Cima da Serra, recuperando, na voz dos próprios protagonistas ou familiares, episódios e narrativas históricas nas quais estas pessoas tiveram participação fundamental. É objetivo focal do projeto a organização e difusão do primeiro Museu Virtual sobre a influência negra na vida sociopolítica e cultural nos Campos de Cima da Serra. Trata-se de um projeto inovador que disponibiliza, em redes virtuais, coleções organizadas de informações, documentos, entrevistas, histórias orais, notícias sobre as histórias dos habitantes afrodescendentes dos Campos de Cima da Serra, já que a presença negra no Estado do RGS permaneceu e permanece fortemente ignorada na história oficial. Algumas questões nos motivaram: Como os afrodescendentes moradores dos Campos de Cima da Serra olham para sua história? Quais são as histórias, memórias e narrativas que a história oficial não registrou, mas que influenciaram na vida social, econômica, política e cultural destes municípios? Quais são as imagens, memórias e outras fontes documentais que registram e contam estas histórias que podem se tornar públicas? O desenvolvimento do Museu Virtual permite, ainda, que a própria comunidade vá interagindo e contribuindo de forma participativa e contínua com o fluxo de informações a serem disponibilizadas. Assim, é a própria comunidade que garante o fluxo contínuo das informações, ampliando-as permanentemente. Na pesquisa histórica o passado é uma convulsão de tempos que pode ser retomado, vivificado e atualizado na releitura do presente. Parte-se do pressuposto de que nenhuma produção de conhecimentos é neutra, uma vez que a tarefa de tornar visível uma história não se esgota na descrição processual e enumerada de acontecimentos passados, mas exige ser constantemente contextualizada e interpretada. Conforme Braudel (1989, p.17) “os dias que vivemos se explicam, em parte, pelos dias que os precederam imediatamente. Para essa breve volta ao

passado, à história tomará facilmente a palavra”. Faz-se emergente a tarefa de favorecer a visibilidade social de uma série de saberes silenciados ou contados a partir de outros matizes e por outras pessoas em relação às histórias e memórias negras que influenciaram a vida sociopolítica e cultural nos Campos de Cima da Serra. O campo da Psicologia vai além de um enfoque científico individual e, dado seu caráter psicossocial, deve ser área comprometida com os problemas que ainda vivemos em sociedade, dedicando uma parte significativa de seus estudos ao conhecimento dos fenômenos que constituem o cotidiano político e as experiências de inúmeras pessoas. Como afirma Figueiredo (in JACÓ-VILELA, FERREIRA e PORTUGAL, 2006, p. 9) a “história a rigor, não existe, ao menos no singular”. Ao contrário, existem histórias no plural, múltiplas formas de narrar fatos marcantes, saberes e práticas que vão configurando os fatos continuamente. A história se tece na realidade e a ela retorna mediando consciências e potencializando a transformação de experiências e circunstâncias. Todo o projeto está embasado numa perspectiva dialógica entre os saberes científicos e o senso comum. Como sublinhava Martín-Baró (1986) é necessário situar e datar o conhecimento psicossocial e não vender como universal o que é local e parcial. Uma das tarefas emergentes dos países latino americanos é a recuperação da memória social, descobrindo seletivamente elementos do passado que possam ser úteis à luta e conscientização das pessoas no presente. Trata-se de um campo de disputas que inclui processos de produção e articulação de lembranças dos grupos sociais. As tensões entre a história oficial e a recuperação de memórias sociais, identidades, inclui os diversos domínios da prática social, a produção da diferença entre os grupos e a retomada de aspectos que foram forçosamente silenciados. Pois, nossa própria identidade social está configurada por padrões compartilhados de recordações do passado, muitas vezes submetidos às forças e interesses sociais. Quando as pessoas falam de suas lembranças, vão sendo elaboradas imagens do mundo, vão sendo trazidos elementos do passado que se misturam ao presente. Assim, a memória social é um processo de negociação constante, mediado entre o sujeito e seu/s grupo/s de pertença. As recordações incluem os signos, ou seja, não são totalmente pré-existentes, mas conformados e criados no ato mesmo de recordar. As lembranças não existem antes de serem formuladas pelo

sujeito e sempre estão ancoradas em dimensões socioculturais e históricas. O processo de memória social, a elaboração de narrativas nas que aparecem personagens, locais, acontecimentos, faz com que novas versões dos fatos possam ir surgindo, o que constitui um interessante dispositivo de interpretação do passado que auxilia a negociação de novas visões da realidade. A memória social, a elaboração e circulação da memória são de vital importância na medida em que auxiliam a descolonizar algumas parcelas de saber, podendo transformá-las.

Memórias da Guerrilha no Brasil: O Militarismo Revisitado

Domenico Uhng Hur
UFG – domenicohur@hotmail.com

Os novos discursos sobre a memória surgiram para discutir e elaborar acontecimentos históricos traumáticos, como o Holocausto ocorrido no período da 2ª Guerra Mundial na Europa. Na América Latina surgiram como consequência do processo de descolonização ocorrido e pela busca dos novos movimentos sociais de historiografias alternativas a oficial (Huysen, 2002). Os discursos da memória trazem um outro lado, uma outra versão da “história oficial”, mais localizada, regional, micropolítica; uma história recheada com fatos cotidianos e que visa expressar o que está encoberto pela História instituída. Consideramos que realizar um histórico de acontecimentos passados é poder desvelar o que está velado sob o discurso oficial e instituído de Estado.

M. Foucault nos ensina que no Império romano a história tinha como função garantir o não esquecimento, a lei e a manutenção do poder instituído, então “(...) a nova história que aparece vai ter de desenterrar alguma coisa que foi escondida, e que foi escondida não somente porque menosprezada, mas também porque, ciosa, deliberada, maldosamente, deturpada e disfarçada” (Foucault, 1999, p.83). Em convergência com o enunciado foucaultiano, “a análise institucional está cada vez mais interessada pela história como conjunto de técnicas de rechaço, de ocultamento, de mistificação – condições de nascimento e sobrevivência das instituições” (Lourau, 2004, p.144). Portanto, o papel dessa contra-história é expressar o dissenso, o conflito, as relações de força que produziram determinado agenciamento social. Entendemos assim que os estudos acerca da História e da memória estão diretamente articulados ao campo da política e das produções subjetivas, portanto da Psicologia Política.

O objetivo de nosso trabalho é discutir a construção da memória da luta armada guerrilheira no Brasil, para refletir como os fatos passados são

atualizados no presente e se há diferenças nos posicionamentos políticos assumidos. Realizamos nossa pesquisa a partir de revisão bibliográfica sobre os textos que retratam a guerrilha e o período da ditadura militar brasileira e, de entrevistas com quatro ex-participantes da luta armada que ocupam distintas posições sociais, que chamamos de: Deputado, Economista, Fotógrafo e Jornalista.

Realizamos uma leitura da memória a partir do enfoque esquizoanalítico, apreendendo-a enquanto multiplicidade e duração. Dessa forma prescindimos da usual perspectiva da memória enquanto arquivo monumental, ou comemorativo; por isso criticamos a concepção arqueológica, adotada por teorias como a psicanálise, e defendemos uma concepção cartográfica; a memória não aparece como restituição de algo, mas sim como um movimento em construção. Então, a memória não é algo que fica restrito aos museus, que fica guardado, estático, em depósitos e que apenas diz respeito ao passado; tem uma dinamicidade, um movimento de construção e reatualização, como se fosse um filme interativo que sempre (re) constrói suas cenas e sentidos, ao invés de um filme terminado ou uma foto tirada. Dessa forma não se trata de buscar uma origem, mas sim a avaliação dos deslocamentos de um mapa a outro. “A tumba do faraó, com sua câmara central inerte situada na parte inferior da pirâmide, cede lugar a modelos mais dinâmicos: da deriva dos continentes à migração dos povos, tudo aquilo através do que o inconsciente cartografa o universo” (Deleuze, 1993, p.76). Deleuze pensa a memória como um dispositivo que opera em distintos fluxos temporais, dissimétricos e coexistentes, ou seja, a memória é a coexistência de diferentes planos temporais. Portanto, a memória não se restringe a uma versão única e linear sobre os fatos, e sim possui um caráter múltiplo, difuso, caótico, em que se ramifica e se desdobra de uma maneira magmática, a partir de uma interconexão de múltiplos planos temporais, que inclusive podem contradizer-se um com o outro. Deste modo, devido ao caráter múltiplo da memória, há uma grande plasticidade e variabilidade em sua construção e faz com que a reconstrução mnemônica de cada sujeito seja singular.

No Brasil, com a reabertura política, desde o fim da década de setenta, concomitante ao fim do período mais repressivo da ditadura militar, ocorreu

intensa publicação de memórias e de análises do período da ditadura por exguerrilheiros, seja na forma de romances, de biografias, autobiografias ou livros acadêmicos. Tais construções passaram a transmitir uma outra versão da história em relação à História oficial de Estado, denunciando a dura repressão sofrida pelos guerrilheiros, em que os equipamentos do Estado atuaram com intensa violência a partir de prisões arbitrárias, torturas e centenas de assassinatos de militantes políticos da esquerda. Dessa forma decorreu-se uma guerra das memórias, pois havia duas versões em jogo bastante díspares: a do Estado militar contra a dos exguerrilheiros. Com a redemocratização do país os oficiais relacionados ao regime militar também passaram a publicar textos com sua versão da história, em que justificam ter operado o golpe de Estado de 1964 contra o perigo da tomada de poder pela esquerda política. No entanto, vale citar, no que tange ao número de publicações sobre o período da ditadura, os militares têm uma produção bem inferior a dos grupos de esquerda. Decerto a literatura produzida pelos militares, além de ser menos numerosa, atualmente não tem muita propagação na sociedade brasileira, mas existe e está na luta no conflito de memórias, querendo firmar um “lugar ao sol” na sua versão dos fatos e na construção da História. Pode-se entender então que a memória é interessada e implicada, em que “La producció de discursos i versions sobre el passat no és ni arbitrària ni casual, sinó que s’inscriu en l’entramat de relacions que produeixen, reproduueixen i alteren la societat” (Rovira & Vázquez, 2004, p.6).

A partir da produção escrita e das entrevistas realizadas constatamos três tipos de discursos na reconstrução do passado: autocrítico, heroico e o revanchista criminalizador. O primeiro discurso, autocrítico, refere-se aos escritos e falas que fazem uma análise (auto) crítica do passado, em que se acentuam mais os erros nas análises e ações cometidas nos períodos das atuações armadas, constantemente criticando a opção política pela guerrilha armada, seja com algumas pitadas de humor ou de ressentimento. O segundo, o heroico, refere-se às narrativas heroicas e aventureiras que os guerrilheiros se envolveram; constantemente há o enaltecimento do êxito de determinadas ações armadas, do significado delas para a democratização do país e a exaltação de algumas virtudes, como o guerrilheiro, mesmo em situação de

tortura, não delatar seu companheiro. O discurso revanchista criminalizador é empregado em praticamente toda a obra dos oficiais militares, em que há um movimento de grande crítica aos guerrilheiros, denominados de “terroristas”, em que constantemente são criminalizados por romper com a “ordem” institucional que os militares promoveram com o golpe de Estado de 1964, batizado por eles como “Revolução democrática”. No entanto, mesmo com suas diferenças, todos esses discursos exaltam o advento da democracia em relação ao período das lutas armadas, criticando o uso extremado do militarismo.

Consideramos que todas essas leituras do passado são norteadas pelo posicionamento discursivo dos atores sociais no presente, em que o passado perde sua suposta objetividade para tornar-se maleável aos interesses e desígnios do presente. A memória “canaliza” o fluxo de recordações de determinada forma, em que sua posição de enunciação (e conseqüentemente as afecções do sujeito) seleciona e molda a coleção de recordações, em que o presente funciona como filtro, molde, lente, um cristal do tempo, que fará singular a construção da memória. E para concluir levamos essa discussão para os trabalhos da recém instituída Comissão da Verdade, que também se deparará com tais processos. A reconstrução das memórias presentes nos discursos seja de exguerrilheiros ou agentes da repressão, não será a restituição idêntica do passado, mas sim a produção de versões alicerçadas e norteadas pelo presente e o que se quer e se imagina do futuro. Serão discursos resultantes de uma memória transformada e em constante produção, implicadas na construção de uma História. Fenômeno que talvez possa dificultar na constituição de um consenso único do que foi esse passado, mas caberá aos integrantes da comissão “orquestrar” também esse processo selecionando e articulando os distintos regimes de enunciados. Ressaltamos que dificilmente se chegará numa produção de uma memória consensual; o que se tornará determinante no processo serão as relações de força exercidas dentro da comissão e o *quantum* de abertura à escuta daqueles que sofreram a violência de Estado, cujas memórias muitas vezes ainda precisam ser elaboradas.

Palavras-chave: Memória; Ditadura Militar; Guerrilha; Psicologia Política.

Pesquisa financiada pelo CNPq e CAPES.

Referências:

DELEUZE, G. **Crítica e clínica**. São Paulo: Ed. 34.1997.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: Curso dado no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

HUYSSSEN, A. **En busca del futuro perdido. Cultura y memoria en tiempos de globalización**. México: FCE. 2002.

LOURAU, R. **René Lourau: Analista Institucional em tempo integral**. In. SONIA, A. (org). São Paulo: HUCITEC. 2004.

ROVIRA, M.; VÁZQUEZ, F. **Les autobiografies i memòries de la Transició com a política de la memòria**. In: ROVIRA, M.; VÁZQUEZ, F. (coord.) **Polítiques de la memòria: la transició a Catalunya**. Barcelona: Pòrtic. 2004.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Rodas de Conversas

Comunicação política, poder e controle social¹

Dennis de Oliveira²

dennisol@usp.br

1. Introdução

Mudanças significativas impactaram a sociedade nas últimas décadas do século passado. O sistema de mundo bipolar construído após a II Guerra Mundial, com a confrontação do chamado bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos e o bloco “socialista”, liderado pela extinta União Soviética termina com a vitória do primeiro. O marco simbólico deste final do mundo bipolar foi a queda do Muro de Berlim, em 1989.

A vitória do bloco estadunidense deu um contorno próprio ao fenômeno que se chamou de globalização. Esta pode ser definida como um processo civilizatório marcado pela universalização de três paradigmas: a-) a economia de mercado; b-) a democracia liberal; c-) a liberalização e desregulamentação dos fluxos de capitais.

Este processo civilizatório conformou um modelo de mundo “conectado” garantido pelo extraordinário desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. As infovias garantiram tanto uma possibilidade de irradiação ideológica deste processo civilizatório como nunca visto antes na história da humanidade, como também possibilidades novas para a expansão do capital tanto na indústria da cultura e da mídia, e ainda na organização das novas estruturas produtivas que se configuraram como uma linha de montagem global.

Este processo civilizatório significou também um momento de avalanche ideológica conservadora sem precedentes. Os projetos utópicos foram colocados em cheque, principalmente com a ideia de fim das “grandes narrativas” e “crise dos paradigmas”. Alguns conceitos como o de pós-modernidade foram apropriados como qualificativos ideológicos no sentido de serem sustentadores da ideia de uma era do fim dos projetos, da emergência do “homem astuto” em lugar do “homem planejador”.

Contraditoriamente, o processo civilizatório da globalização neoliberal fez emergir novos conflitos, principalmente no campo das perspectivas culturais e identitárias. O fundo desta contradição é de origem social

embora seja transmitida como de “conflito de civilizações”, próximo a ideia do pensador ultradireitista Samuel Huntington (2009).

A guerra das civilizações profetizada pelo ideólogo estadunidense serve como justificativa para a manutenção da poderosa indústria bélica da única superpotência do planeta. No nível macro, o projeto geopolítico das grandes potências capitalistas vai no sentido de dissuadir pela via das ameaças bélicas qualquer projeto soberano que emerja de nações do chamado Terceiro Mundo. A justificativa ideológica é sempre o desrespeito a qualquer dos valores presentes no tripé do modelo da globalização neoliberal: ou a não existência de um sistema de democracia liberal clássico (por isto, os inimigos são sempre chamados de “ditadores”, “autoritários”, “opressores”) e, contrariamente, os que são autoritários, opressores e ditadores mas amigos do império tem sua existência justificada pelo papel que desempenham na sustentação do modelo econômico hegemônico (como o caso das monarquias autocráticas do Oriente Médio, caso da Arábia Saudita e do Kuwait).

O poder global contemporâneo é sustentado por um tripé de monopólios: o monopólio do dinheiro, o monopólio das armas e o monopólio da voz (mídia).

Ideologicamente, o sistema de comunicação de massa ocupa um papel central. Primeiro, é ele que faz a ponte e constrói este cenário mundial – o mundo, hoje, é acessível pelas disponibilidades de acesso às informações via o sistema de comunicação. Segundo, porque a comunicação se transformou no principal “intelectual orgânico” deste processo de globalização neoliberal, conforme afirma Otávio Ianni.⁴ E, terceiro, que a própria indústria da comunicação e da cultura se transformaram na mais recente fronteira de expansão e reprodução do capital, sendo ela própria, um “grande negócio”.

⁴ IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001

2. O monopólio do dinheiro

O sociólogo polonês Zygmunt Bauman chama o momento em que vivemos atualmente de “tempos líquido-modernos”. Para ele, este momento pode ser caracterizado por várias traços, entre eles, destacamos o que ele chama de “separação e iminente divórcio entre poder e política”.⁵

Para Bauman, o poder se desloca da esfera política para o domínio das corporações privadas. A nova ordem econômica que emergiu do mundo pós-Guerra Fria consolidou um novo paradigma do capitalismo em que os processos produtivos de conectaram mundialmente formando uma grande “linha de montagem global”. As corporações capitalistas passaram a articular diversas localidades produtivas, gerenciadas a partir de um comando central. Alguns exemplos:

a-) a corporação Nike articula uma rede mundial de empresas e empreendimentos que se responsabilizam pela produção de parte dos seus produtos – confecção do material, pintura, acabamento, etc – tudo sob a direção centralizada que confere algumas exigências de qualidade e de identidade da marca.

b-) a corporação Boeing – fabricante de jatos – utiliza peças produzidas por várias empresas ao redor do mundo, entre elas a própria Embraer brasileira.

Desta forma, a produção capitalista articula diversas dimensões e realidades produtivas, até mesmo trabalho em condições degradantes (como a escravização de crianças na Tailândia para a produção de materiais para a Nike ou de bolivianos, em São Paulo, para a confecção de roupas que recebem a etiqueta da C&A e Marisa ou ainda o trabalho escravo empregado na extração do minério tântalo na República Democrática do Congo, utilizado para a fabricação de celulares e tablets). Com isto, conseguem otimizar ao máximo os recursos dispendidos para a produção, aproveitando as condições mais favoráveis em cada país/lugar. O capital passa, então, a pressionar os Estados nacionais a criarem condições mais favoráveis que são, nesta lógica, a desregulamentação do trabalho e a liberalização dos fluxos de capital. Estas são as premissas

⁵ BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003

principais para a redução do Estado e, conseqüentemente, para o desmonte dos mecanismos institucionais de proteção social.

Os dados abaixo comparam os PIBs de países com o faturamento das maiores empresas do mundo no ano de 2009, segundo a revista *Fortune* e o Fundo Monetário Internacional. A maior corporação global em termos de faturamento é o WalMart (rede varejista) que teve um faturamento maior que os PIBs da Argentina, Suécia, Arábia Saudita e próximo da Polônia.

Posição no Ranking	País / Empresa	PIB Nominal / Faturamento Anual (milhões de US\$)
1ª	Estados Unidos da América	14.256.275
2ª	Japão	5.068.059
3ª	China	4.908.982
4ª	Alemanha	3.352.742
5ª	França	2.675.915
6ª	Reino Unido	2.183.607
7ª	Itália	2.118.264
8ª	Brasil	1.574.039
9ª	Espanha	1.464.040
10ª	Canadá	1.336.427
20ª	Bélgica	470.400
21ª	Polônia	430.197
22ª	Walmart Stores	408.214
23ª	Suécia	405.440
27ª	Arábia Saudita	369.671
31ª	Argentina	310.065
34ª	Royal Dutch Shell	285.129
35ª	Exxon Mobil	284.650
37ª	British Petroleum	246.138
44ª	Toyota Motor	204.106
45ª	Post Holdings do Japão	202.196
50ª	Sinopec	187.517

Empresas – Fonte: revista Fortune. **Países** – Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI).

A forma que a corporação WalMart conseguiu chegar a esta posição é evidente. A empresa é conhecida, nos EUA inclusive, pelo desrespeito sistemático às leis e convenções de trabalho, impede os funcionários de se filiarem aos sindicatos (punindo-os com demissão ou transferência para outras localidades) e há denúncias até mesmo de exploração do trabalho infantil.

O Wal Mart é o símbolo de um mundo marcado por brutal concentração de riquezas. Os seis herdeiros de Sam Walton, fundador da empresa, tem

uma fortuna calculada em US\$93 bilhões, equivalente a renda acumulada pelos 30% mais pobres dos EUA!⁶

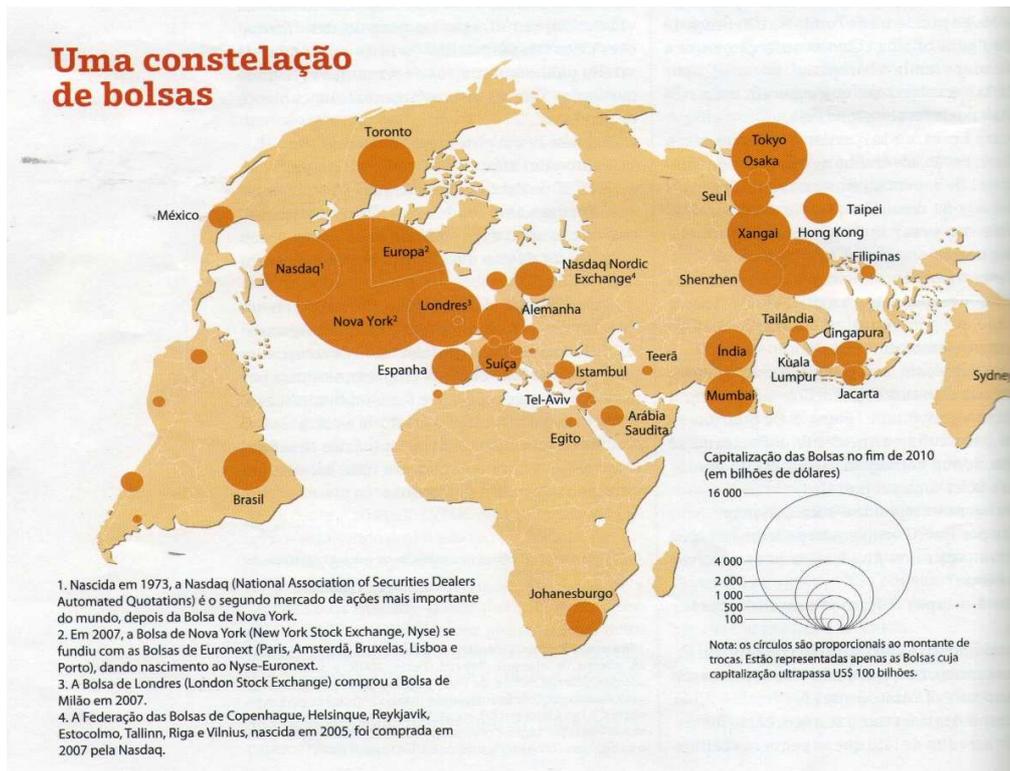
Uma das áreas mais importantes do poder global das corporações é o sistema financeiro. Segundo dados do FMI e outras agências, entre 2007 e 2009 circulavam no mercado financeiro mundial o equivalente a 720 trilhões de dólares em produtos financeiros e derivativos especulativos. O PIB de todos os países do planeta, porém, somava apenas 62 trilhões, ou seja em torno de 9% disto. O que significa que o mercado financeiro movimenta 91% de recursos “virtuais”, sem lastro. Comparando: o comércio mundial movimentou 15 trilhões.

Este capital especulativo circula no mundo a partir de centros localizados em determinadas partes do mundo. As movimentações destes centros especulativos determinam, em boa parte, a saúde financeira de nações no mundo todo, impondo situações que potencializam ou limitam os recursos disponíveis para os Estados nacionais desenvolverem políticas públicas. Assim, todo o universo político fica subordinado ao verdadeiro centro do poder, o poder do capital.

O mapa abaixo mostra a desproporção da movimentação de recursos nas bolsas de valores, um dos principais centros do capital especulativo. Este mapa foi publicado em uma edição especial da revista “Le Monde Diplomatique”. Segundo a publicação, “apesar da emergência das Bolsas de Valores asiática, os fluxos financeiros irrigam antes de tudo os países do Norte, submetidos a uma concentração frenética”.

⁶ Ver o artigo de Heloisa VILELLA, “Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres” no portal “Vioomundo”

(<http://www.vioomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)



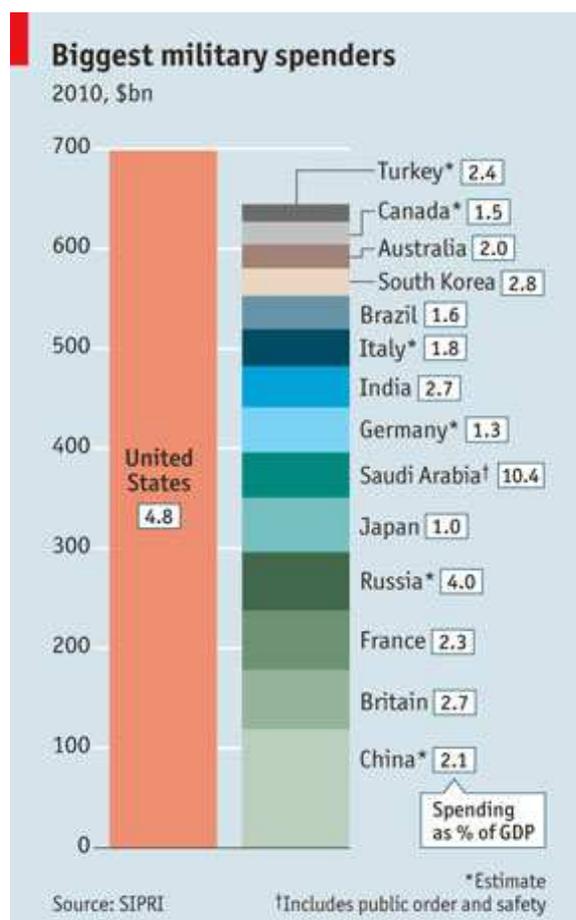
O poder do capital ainda se manifesta pela institucionalização das chamadas agências de risco. Estas instituições criadas como empresas de assessoria e consultoria para o grande capital definir as suas estratégias de investimentos transformaram-se nos verdadeiros tribunais de julgamento de nações. Ao atribuir-lhes notas ou conceitos favoráveis e desfavoráveis, indicam ao capital especulativo os movimentos de entrada e/ou saída. Com isto, uma nota desfavorável de uma agência de avaliação de risco significa a saída imediata de uma imensa soma de recursos que, em um capitalismo movido a especulação, pode significar a ruína de uma economia nacional. Por esta razão, as medidas econômicas tomadas pelos governos nacionais se direcionam para a satisfação não dos cidadãos que, teoricamente, os elegem e os mantêm, mas sim à aprovação destas agências que, em última instância, representam os interesses do grande capital

3. O monopólio das armas

O poder global que emerge do processo civilizatório da globalização neoliberal tem um segundo pé que é a indústria bélica, extremamente concentrada nos Estados Unidos da América.

O fim do bloco soviético e da sua articulação militar – o “Pacto de Varsóvia” – transformou a OTAN e os EUA na “polícia do mundo” que sequer é controlada pelos fóruns internacionais.

Segundo a revista *The Economist*, os gastos militares dos EUA são da ordem de 700 bilhões de dólares, maior que o total de orçamento militar de 17 países, conforme se mostra no gráfico abaixo, retirado da revista. O valor do orçamento militar dos EUA supera, de longe, o segundo colocado – a China, que pouco passa dos 100 bilhões.



As Forças Armadas dos EUA se organizam globalmente com a presença de bases em todas as regiões do planeta, o que possibilita o deslocamento de tropas de forma rápida para qualquer parte do mundo que for “necessária”. Ao lado disso, os gastos vultosos no orçamento militar possibilita a sofisticação tecnológica da máquina militar dos EUA.

Um exemplo disto é a guerra dos drones executada pelos EUA em regiões do Paquistão dominada pelo grupo Al-Qaeda desde 2004. Drones são aviões teleguiados, que permitem as forças armadas estadunidenses atacarem regiões sem colocar em risco seus soldados. Eles dirigem estes

aviões tranquilamente de bases localizadas no próprio território estadunidense, não passam pelo desgaste de combaterem em um terreno hostil e não há perigo de baixas – sempre um problema de desgaste político junto a opinião pública dos EUA. Guerrear virou uma tarefa prosaica, o soldado comparece à base no seu horário de trabalho e depois pode tranquilamente voltar para a sua casa. (Parks, 2011)

O desenvolvimento extraordinário desta política bélica possibilita também uma nova fronteira para a expansão do capital. A indústria bélica no mundo cresce assustadoramente e chegou a faturar US\$1 trilhão com as guerras no Oriente Médio patrocinadas pelos EUA. A revista *The Economist* publicou também um ranking das principais indústrias de armamentos no mundo que crescem com esta corrida:

	Empresa	Faturamento com venda de armamentos (em US\$bi)	% da venda de armamentos sobre o total da receita
1º.	BAE Systems (Ing)	33	95%
2º.	Lockheed Martin (EUA)	30	70%
3º;	Boeing (EUA)	28	48%
4º.	Northrop Grumman (EUA)	26	77%
5º.	General Dynamics (EUA)	23	78%
6º.	Raytheon (EUA)	21	91%
7º.	EADS (Europa)	18	28%
8º.	Finmeccanica (Itália)	13	52%

9º.	L3 Com (EUA)	12	82%
10º.	Thales (França)	11	58%

Fonte: Stockholm International Peace Reserach Institute (SIPRI)

Percebe-se que das dez primeiras colocadas neste ranking, seis são dos EUA – Lockheed Martin, Boeing, Northrop Grumman, General Dynamics, Raytheon e L3 Communications, todas com faturamento que vão de 11 a 35 bilhões de dólares. A concentração aqui é semelhante a que se viu na concentração do poder do capital – empresas norte-americanas e algumas européias dominando o cenário.

O crescimento da indústria de guerra não ocorre à toa. A concentração do poder do capital conforme se viu no item anterior gera uma brutal desigualdade, principalmente porque ele ocorre via a desregulamentação do trabalho e o aumento da exploração do trabalho. O poder bélico aparece assim, como um elemento de dissuasão de qualquer foco de rebeldia ante a este processo civilizatório. É a tarefa que coube ao Estado – se o poder se divorciou da política, conforme afirma Bauman, o poder de Estado não desapareceu, apenas se concentrou e especializou como instituição repressora. Esta acaba sendo a única razão de ser da existência do Estado.

4. O monopólio da voz

O terceiro ponto do tripé que constitui o poder global é o monopólio da indústria da comunicação e da cultura. Neste aspecto, é importante apontar algumas características.

A primeira delas é a transfiguração do sentido do que é *jornalismo* no seu sentido original do termo para o que é *mídia* atualmente. O jornalismo é produto do projeto moderno. Conforme afirma Ciro Marcondes Filho (2001), a aventura do jornalismo se confunde com a aventura da modernidade e do espírito burguês. Nos seus primórdios, o jornalismo significava uma atividade voltada ao *esclarecimento* no sentido iluminista da palavra, era a expansão da esfera pública para além dos círculos restritos dos cafés e clubes das elites. Esta era a ideia de “quarto poder” – um poder que representaria os cidadãos na fiscalização dos poderes da república, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário.

Esta primeira fase do jornalismo, do publicismo de ideias, da busca do esclarecimento e da ilustração, da representação de ideias, vai ser paulatinamente transfigurado para uma fase de *mercantilização*. Isto em função do desenvolvimento das tecnologias produtivas, da percepção por parte das classes dominantes de que este jornalismo de esclarecimento era, também, apropriado pelas correntes socialistas e operárias (aqui é importante lembrar e registrar a participação de grande parte das lideranças socialistas nos jornais da época) e também pelas possibilidades abertas do jornalismo se transformar em uma nova dimensão de expansão do capital. É aqui que se consolida o jornalismo como uma atividade comercial, que se profissionaliza a atividade de jornalista e que se consolidam os cânones de um jornalismo “neutro, imparcial e objetivo”. A própria ideia de “liberdade de expressão” presente na maioria dos documentos liberais – “*freedom of speech*” – vinculava-se a ideia de uma livre expressão de todos os segmentos sociais e não apenas dos poderes constituídos. Liberdade de expressão é, portanto, um direito da sociedade. A medida que o jornalismo se articula como *empresa*, o capital “sequestra”, apropria-se deste direito público e transforma o direito da “liberdade de expressão” em direito da “liberdade do capital”.

Os grandes conglomerados jornalísticos que vão se formando permitem que certos magnatas da imprensa cheguem ao cúmulo de de criar fatos, como é a fala de Cidadão Kane (filme de Orson Welles), grande empresário da comunicação inspirado em William Hearst, que se gabava de poder “inventar uma guerra pelos seus jornais”.

Este poder da imprensa sofre uma transformação com a transfiguração das empresas jornalísticas em *empresas midiáticas*. Entendemos aqui mídia toda a transmissão de informação e entretenimento pelos dispositivos tecnológicos de massificação. O esvaziamento da política como lócus de debate público, o seu divórcio do poder, praticamente esvazia o jornalismo tradicional – mesmo aquele *manipulado* pelos empresários – e a construção dos consensos ideológicos vai sendo erigida por uma indústria de entretenimento midiático.

Muniz Sodré afirma que esta indústria da comunicação opera com mecanismos de sensibilização muito mais do que mecanismos racionais. A

construção de imagens, de modelos de comportamento de consumo, de celebridades midiáticas que passam a ganhar uma legitimação de fala acima das autoridades tradicionais, tudo potencializado com a emergência de uma sociedade imagética – aqui é importante destacar o marco que foi a entrada dos dispositivos midiáticos áudio-visuais – criam um espaço de jogo de seduções. Ele chama este processo de “modelo irradiante de midiatização” que, segundo ele:

(...) dá-se uma equivalência generalizada das coisas, inclusive entre sujeito e objeto. Em vez da troca simbólica, dá-se uma interatividade movida por simulacros, redes ou centrais de comutação, que provoca a autonomização das linguagens codificadas e dessubstancializa as referências clássicas do real. (Sodré, 2006: p. 34)

A razão instrumental – aquela razão dissociada de aspectos éticos e voltada única e exclusivamente para a reprodução do capital – criticada por Adorno e Horkheimer para demonstrar a falência do projeto iluminista também reduz o seu espaço. A dominação contemporânea não se exerce pela razão instrumental principalmente mas pelos mecanismos de sedução imagética.

A mesma concentração que se observa nos monopólios da armas e do capital acontece também na indústria cultural. Seis corporações globais dominam mais de 80% da produção midiática e cultural no mundo: Disney, Time Warner, News Corporation, Viacom, Vivendi-Universal e Bertelsmann. Esta concentração unifica, sob uma mesma direção, produções midiáticas voltadas para a informação, lazer e divulgação publicitária. Uma avalanche de bens simbólicos circula pelas redes conectadas e dirigidas por estes centros irradiadores, construindo uma esfera de consumo.

A segunda questão a ser tratada é que esta estrutura de poder coloniza a construção de identidades sociais atendendo as expectativas de um modelo capitalista centrado nos nichos de mercado. Para McLaren (2000):

Os profissionais da publicidade e marketing podem cortar a sociedade em segmentos ou subgrupos, cada qual caracterizado por certas atitudes, comportamentos e estilos de vida. Estes são os desejos coletivos elaborados por demandas de mercado da

cultura dominante – correlações inevitáveis de formas particulares de poder econômico. (McLaren, 2000: p. 185)

Com isto, a indústria cultural e da comunicação dá sustentação ao modelo do capitalismo global vigente, incorporando as diferenças sob a lógica do mercado globalizado. As diferenças culturais que emergem com a globalização do capital são dirimidas dentro da esfera mercantil no terreno midiático-cultural.

Um outro aspecto importante a ser considerado com relação ao monopólio midiático é o seu papel de “destruição da esfera da opinião pública”. O conceito clássico de opinião pública, definido por Habermas (2003), prevê um espaço onde cidadãos livres expressavam suas opiniões – com base na *razão esclarecedora* – e a imprensa, nos seus primórdios, representava e ampliava este território.

Porém, a transfiguração do jornalismo *stricto sensu* para o espaço midiático significou também a transformação dos valores presentes na idéia de jornalismo e esfera pública. Christopher Lasch, em *A cultura do narcisismo*, afirma que para o discurso midiático hoje não interessa mais o verídico, mas sim o verossímil, o confiável e o célebre. (Lasch, 1983)

Sai de cena a autoridade da fala do conhecimento (e, por tabela, do intelectual, mesmo o orgânico da classe dominante) e entra a celebridade, cuja autoridade de fala é dada tautologicamente pela mídia – está na mídia porque é famoso e é famoso porque está na mídia.

A informação passa a ser subsumida pela lógica do entretenimento e do consumo (o que gerou a estranha categoria midiática do *infotainment*, o infotenimento) consolidando o esvaziamento da política enquanto espaço de poder. A esfera política vira, assim, mero território cênico, onde imagens de celebridades desfilam falas, narrativas visuais, sentimentos e projeções de sensações articulando a organicidade social pelas “sensibilidades”.

O julgamento do chamado escândalo do mensalão em 2012 que teve uma cobertura significativa dos aparelhos midiáticos brasileiros trouxe esta dimensão de sensibilidades e verossimilhanças para uma dimensão do poder até então mediada pelo discurso de uma tecnicidade acima das disputas políticas – o Poder Judiciário. O debate político explícito no julgamento desta causa ficou obliterado pela mobilização dos desejos de

punição, aproximando de sentidos existentes em linchamentos públicos. Também foi subsumido o debate técnico-jurídico que existiu no julgamento, fazendo com que as divergências se transformassem em um jogo de mocinhos e vilões, bem contra o mal.

A síntese apresentada pelos telejornais da Rede Globo de Televisão no dia 23 de outubro deste ano é esclarecedora a este respeito: cenas entrecortadas dos debates, uma montagem com frases de efeito pinçadas dos discursos dos ministros do supremo, as imagens freqüentes de falas do relator do caso sempre em pé, indignado, de cara amarrada, como um inquisidor, contrastada com o revisor do caso (que sempre tinha uma postura divergente do relator), falando sentado, sereno, expressando uma postura defensiva ante o “inquisidor”. Pouco se esclareceu sobre o percurso do caso, sobre os argumentos de cada parte, sobre quais são as teorias jurídicas em jogo, etc.

Com isto, ao irradiar esta maneira de sociabilidades, ao construir uma territorialidade simbólica que altera significativamente as formas dos embates políticos, o monopólio da voz realiza, silenciosamente, a supremacia do poder global do capital.

5. A política se desloca e se desfoca

O cenário construído por esta estrutura de poder reduz – chegando ao mínimo – o debate ideológico (aproveitando a situação favorável com a derrocada dos regimes do Leste Europeu no final dos anos 1980 que gerou as condições objetivas para o discurso do “fim do socialismo” ou “fim das grandes narrativas”) e deixa um vácuo que é ocupado pelo *debate moral* e o *debate tecnicista-gerencial*. Assim, os embates políticos se transfiguram para uma discussão de “competências técnico-administrativas” e por “princípios morais”.

O problema da corrupção, por exemplo, sai do terreno político – a corrupção como produto de um determinado sistema político que envolve modelos de financiamento de campanhas, tipos de relações entre Poder Público e Poder econômico, influência eleitoral do poder econômico, entre outros – e se desenvolve no terreno moral: a corrupção é vista única e exclusivamente como produto do “caráter” do agente público. Ou então é

generalizado de tal forma como se fosse um comportamento “natural” de quem está na política.

Este moralismo do debate político acaba também por trazer questões de vida privada para o cenário público. Comportamentos pessoais são avaliados por princípios morais de cunho religioso. O moralismo conservador inclusive coloca barreiras a participação feminina na política, uma vez que as regras morais consolidadas são mais controladoras dos comportamentos das mulheres.

Já a competência técnico-gerencial ou técnico-administrativa encaixa-se em um perfil de poder público que tem a funcionalidade empresarial como paradigma. Subsumido à lógica do capital, o poder público se organiza para dar atendimento e sustentação as ações do capital globalizado. Assim, garantir uma política econômica que esteja de acordo com as demandas do grande capital não é tratada, pelo discurso midiático, como uma “opção política” e sim como uma “ação competente e correta”. Os “analistas” de mídia na área econômica, por exemplo, transformam a economia em uma ciência exata. As decisões são avaliadas na perspectiva da correção ou incorreção e não como uma opção política.

Por fim, as ações do Estado se concentram no aspecto repressivo. Em lugar da política, a polícia. A manutenção de uma ordem como esta que implica na concentração crescente de renda, no poder transferido para o grande capital e na colonização do poder público pelos agentes do capital só pode ser garantida com um sistema repressivo sofisticado. Este sistema repressivo, entretanto, não se realiza por meio de regimes ditatoriais no sentido clássico, mas em regimes “democrático-liberais” com espaços públicos esvaziados, com poder fora da política, com debates políticos despolitizados e marcados pela presença de valores moralistas e/ou tecnicistas.

Não há espaço nesta forma de sociabilidade para um jornalismo fomentador do debate político como foi o jornalismo no período publicista. O jornalismo se coloniza pelo discurso midiático na perspectiva de uma tecnologia de sociabilidades – de compreensão e ação – centrada nas sensações e no entretenimento imediato.

Referências:

- BAUMAN, Z. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- Dossiê Le Monde Diplomatique – **Quem manda no mundo**, - n. 10, jul/ago de 2012, p. 22
- HABERMAS, J. **A mudança estrutural na esfera pública**. São Paulo: Tempo Universitário, 2003.
- HUTTINGTON, S. **Choque das civilizações**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009
- IANNI, O. **Enigmas da modernidade mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- LASCH, C. **A cultura do narcisismo**. Rio de Janeiro: Imago, 1983
- MARCONDES FILHO, C. **A saga dos cães perdidos**. São Paulo: Hacker, 2001
- McLAREN, P. **Multiculturalismo crítico**. São Paulo: Cortez, 2000
- PARKS, Lisa. **Coverage**. NY: Paperback, 2011
- SODRÉ, M. **Sociedade, mídia e violência**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2006
- VILLELLA, H. **“Herdeiros do WalMart mais ricos que os 30% mais pobres”** no portal “Vioomundo”
(<http://www.viomundo.com.br/denuncias/heloisa-villela-wal-mart-e-mais-rico-que-os-30-mais-pobres.html>, acessado em 18/10/2012)

Estado, esfera pública y participación política a través de los movimientos sociales

Adrián Carlos Manzi

Resumen.

Analizar las relaciones entre el Estado y la ciudadanía es una tarea compleja y requiere una serie de delimitaciones. Entre estas, el de la relación entre Estado y los Movimientos Sociales en la esfera pública.

El análisis de dichos procesos hace necesario que se consideren experiencias particulares, independientemente de la posibilidad de utilizar algunos lineamientos como herramientas para la comprensión general –y el mismo tiempo, declaración de postura- de los fenómenos en cuestión.

El hecho de que el Estado sea el lugar legítimo de lucha por el poder político entre clases y fuerzas sociales, implica una serie de consideraciones respecto de las condiciones que deben cumplirse para que esto sea posible. **Que** el Estado se configure no sólo como el escenario en cuyo seno la movilidad social tiene lugar, sino también como el escenario en donde es posible que se gesten movilizaciones sociales, que en última instancia podrán tender al cambio social.

Los intereses capitalistas se las ingenian para reducir la función social del Estado. Esta reducción de la función del Estado afecta a la esfera social y a la noción misma de política debido a la deslegitimación de los espacios públicos de lucha, y al no reconocimiento, quedando la política en el imaginario alejada de la cotidianidad de los ciudadanos, y de la función de mediadora y canalizadora de demandas que redunden en un sentimiento de eficacia ciudadana.

Lo antes expresado nos lleva a reflexionar que la “ley” al servicio de las mayorías sólo funciona en manos de Estados fuertemente democráticos, que respeten las discusiones, las tensiones políticas y la participación política con sus diferentes formas de expresión en la esfera pública.

Sin la ocupación de la esfera pública por parte de los movimientos sociales, no es factible la democracia. Esta consideración refleja un análisis histórico político, pero no reniega de la necesidad de que



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

**Eixo - Ações coletivas, movimentos sociais
e participação política**

Movimentos LGBT: subjetividades e objetividades em cena

Fábio Ortolano
USP -fabio_ortolano@hotmail.com
Ernesto Pacheco Richter
PUC- SP -
Thomaz Ferrari D'addio
USP -

Resumo:

Refletir sobre os movimentos sociais contemporâneos é tal como propõe Sabucedo (1996) ao discutir as responsabilidades da Psicologia Política, um compromisso das pesquisas para com a sociedade que os produz e desenvolve. Inúmeras são possibilidades de análise e hermenêuticas das quais os estudiosos podem validar seus estudos, nós, a partir de um olhar da Psicologia Política, buscamos levantar tanto as subjetividades quanto às objetividades que compõem a cena política e individual que atravessa os movimentos sociais, especificamente os movimentos LGBT. Ao tratarmos das minorias políticas no Brasil, alinhamo-nos a perspectiva de preconceito e estereótipo que infere na dinâmica social, sendo estes uma produção individual e cultural como nos relata Crochik (1995). O primeiro trabalho, uma reflexão acerca da Psicologia dos Movimentos Sociais aponta como se configuram os elementos subjetivos na construção e transformação dos movimentos LGBT, valores (Cantril, 1941), consciência política (Silva, 2008), motivação (Ortolano e Magro, 2010), comunicação massiva (Butterman, 2012) objetivam na vida cotidiana. O segundo estudo traz referências de como a objetividade do cenário político nos revela dados subjetivos presentes na relação entre movimentos sociais e poder público. A análise das ações e objetivos dos três poderes - executivo legislativo e judiciário - em relação às minorias e seus respectivos direitos de igualdade, tal como expresso na constituição, aponta para avanços, retrocessos e estagnação que demandam respostas dos movimentos sociais, os quais são corresponsáveis pela realidade em questão. A terceira pesquisa contempla também a relação entre a ação do poder público e uma das subjetividades que pautam o movimento de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, a homofobia, como uma violência que se expressa e se inscreve no espaço urbano. .

Palavras-chave: Psicologia dos Movimentos sociais; Poder Público; Homofobia.

Diferentes enfoques de conscientização, fortalecimento social e ideologia

Bruno Padilha

PUCSP -

Salvador Antonio Mireles Sandoval

PUCSP -

Nadir Lara Júnior

UNISINOS -

Resumo:

A Mesa irá apresentar e discutir criticamente aspectos psicossociais sobre influencia da religião institucionalizada, religiosidade popular e da política, apresentando a partir de pesquisas com Movimento Sem Terra, Movimento de Moradia e Movimento de Camponesas dados que demonstram certa mudança na estruturação de tais movimentos e na forma em que esses participam no cenário político, pois os elementos religiosos que antes serviam como um amalgama ideológico que motivava esses atores sociais na busca por mudanças sociais, agora, aos poucos vão sendo substituídos por certo pragmatismo político, que nega qualquer perspectiva de projeto político futuro; lançando esses atores para um imediatismo em que as demandas devem ser sanadas no presente sem muita crítica. Não obstante será apresentada a contraposição entre a Teoria da Conscientização originada em correntes de experiências da América Latina, partindo da problemática do processo de conscientização visando o emponderamento de população oprimidas por meio de processos de tomada de consciência política frente às injustiças sociais impostos pelas sociedades dominadoras e a Teoria da Dominação Social de Sidanius onde o autor apresenta uma integração das diferentes teorias psicológicas num intento de elaborar um enfoque que nos permite compreender os processos que fazem com que as pessoas se submetam a dominação social nas relações cotidianas. Contudo também serão discutidas os diferentes enfoques do Fortalecimento Social perpassando pelas diversas conceitualizações de poder que os originam e como o Fortalecimento Social pode ser considerado tanto um Campo de Estudo na Psicologia Política como um indicador para a avaliação de transformações sociais.

Palavras-chave: Consciência política, Fortalecimento social e Ideologia.

Teoria da conscientização frente à teoria da dominação social: uma proposta de integração de teorias

*Salvador Antonio Mireles Sandoval
PUCSP -*

Resumo:

O estudo da dominação social e seus efeitos psicológicos nas pessoas sujeitas a relações de dominação são temas de análise e reflexão teórica de longa data no campo da Psicologia Social e de especial relevância na Psicologia Política. Das experiências da América Latina surgiu uma corrente de enfoques que partem da problemática do processo de conscientização visando o emponderamento de população oprimidas por meio de processos de tomada de consciência política frente às injustiças sociais e fragmentações relacionais impostos pelas sociedades dominadoras. Dos Estados Unidos surgiu na última década a Teoria de Dominação Social e Orientação a Dominação Social de Sidanius onde o autor apresenta uma integração dos diferentes teorias psicológicas num intento de elaborar um enfoque que nos permite compreender os processos que fazem com que as pessoas se submetam a dominação social nas relações cotidianas. O enfoque de Sidanius traz para a discussão psico-política uma conceituação de processo social que implica a cumplicidade do indivíduo na construção de uma orientação de dominação social que serve para navegar as relações sociais cotidianas. Ao mesmo tempo Sidanius traz em sua proposta uma visão diferente e mais psicossocial da noção de ideologia e como essa opera no âmbito do pensamento dos indivíduos e nas relações sociais concretas constituintes

do cotidiano social de todas as pessoas. Neste paper pretende--se

apresentar uma síntese desses dois enfoques (conscientização e dominação social) com o intuito de contribuir ao fortalecimento teórico e aplicado de enfoques que visam simultaneamente analisar processos de submissão à dominação e formas de superação desses processos resultando em fortalecimento social.

Palavras-chave: *Dominação Social, Conscientização, fortalecimento social.*

Análise psicossocial da ideologia política em alguns movimentos sociais no Brasil

Nadir Lara Júnior
UNISINOS -

Resumo:

Ao longo dos últimos anos, nos dedicamos a fazer uma análise psicossocial sobre a influência dos elementos religiosos na constituição da ideologia política do Movimento Sem Terra (MST). Neste ano, na perspectiva de ampliar essa pesquisa,

buscamos outros dois movimentos sociais (Movimento de Moradia -- São Paulo,

SP; Movimento de Mulheres Camponesas -- Passo Fundo, RS) que trazem em sua

gênese a influencia da religião institucionalizada, religiosidade popular e da política.

A finalidade dessa pesquisa foi perceber como esses elementos político--religiosos

estão sendo articulados por esses atores sociais depois de alguns eventos históricos importantes no Brasil, tais como: enfraquecimento da teologia da libertação; advento das igrejas pentecostais, governo Lula; desenvolvimento do capitalismo. O objetivo dessa apresentação é expor, a partir dessas pesquisas, os dados que demonstram certa mudança na estruturação desses movimentos e na forma em que esses participam no cenário político, pois os elementos religiosos que antes serviam como um amalgama ideológico que motivava esses atores sociais na busca por mudanças sociais, agora, aos poucos vão sendo substituídos por certo pragmatismo político, que nega qualquer perspectiva de projeto político futuro; lançando esses atores para um imediatismo em que as demandas devem ser sanadas no presente sem muita crítica. Para isso esses atores se aperfeiçoam para participar do funcionamento das políticas públicas e da burocracia do Estado. Dessa maneira, esses movimentos deixam de refletir sobre os elementos religiosos que iam sustentando uma fantasia de mundo melhor e assim acabam assumindo uma fantasia de um mundo imediatista que serve apenas para sobreviver.”

Palavras-chave: Política, Mudanças Sociais, Capitalismo.

Fortalecimento social

Bruno Padilha
Instituto Ninhos -

Resumo:

O trabalho apresenta nosso estudo sobre o fortalecimento social, identificando diferenciando conceitos e nomenclaturas que aludem ao fenômeno, passando por perspectivas como vistas nas diferentes disciplinas que o abordam, como as ciências políticas, a psicologia social, entre outras. Por este caminho são apresentados aspectos que consideram o Fortalecimento Social por uma condição neutra que pode ser adquirida, dada ou trocada, como também por qualidades que o circunscrevem enquanto expressão interior de liberdade. Para tanto, diferentes nomenclaturas são analisadas e diferenciadas (empowerment, emponderamento, fortalecimento) pela forma qual se concebem nas diversificadas perspectivas sobre o poder. Neste sentido são identificados primordialmente o Poder Sobre: compreendido enquanto capacidade de influenciar ou coagir autoridades; Poder para: compreendido pela capacidade de promover ações coletivas e mobilizações; Poder com: pela capacidade de articular pessoas e formar redes e alianças com outros atores e o Poder Interior: por sua vez compreendido pela força interna de atores que se origina pela conscientização individual de suas dinâmicas pessoais e sociais, bem como a dignidade pessoal. O trabalho identifica o Fortalecimento Social nas práticas cotidianas que conduzem indivíduos às possibilidades de conquistarem melhores condições para criar, transformar e conduzir seu cotidiano,

conscientizando-se dos processos geradores de desigualdades nas suas

realidades, partindo da relação que estabelecem consigo e com seu ambiente de convívio e interação social. Sendo assim, são apresentados e discutidos os aspectos do fenômeno de forma a pressupor um enfoque que privilegia não apenas processos de conscientização direcionados para objetivos institucionais ou comunitários, mas também processos que atinjam os indivíduos nos planos íntimos interpessoais e intragrupal.

Palavras-chave: Fortalecimento Social, Poder, Conscientização.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

**Eixo - Educação, políticas públicas e
inclusão social**

A implantação da progressão continuada nos anos iniciais na rede estadual do RS: 2011 a 2013

Maria Raquel Caetano
FACCAT - rcaetano@faccat.br
Débora Velho Cunchertt
UERGS -
Ana Quézia Roldão Da Silva Klein
UERGS -
Gabriela Maciel Lamberti
FACCAT -
Simone Muhl De Moura
FACCAT -
Maiara Brito
FACCAT -

Resumo:

O Conselho Nacional de Educação se pronunciou em 2010 sobre a implantação de um novo ensino fundamental de nove anos. Nesse processo, entende-se que a alfabetização dar-se-á nos três anos iniciais do ensino fundamental, que prevê a progressão continuada dos alunos além de estabelecer a alfabetização como um processo em que não deve haver rupturas, mas sim continuidades. A presente pesquisa, de caráter interinstitucional está sendo realizada pela FACCAT (Faculdades Integradas de Taquara) e UERGS, em duas escolas estaduais do município de Taquara, cuja abrangência é a 2ª CRE e em duas escolas estaduais do município de São Francisco de Paula, cuja abrangência é a 4ª CRE. Este trabalho é relevante porque ocorre em municípios culturalmente diferentes, com estruturas educacionais e coordenadorias distintas, o que possibilita pesquisar universos diferenciados. A pesquisa visa analisar o Projeto de Progressão Continuada da Secretaria Estadual da Educação do RS, que está sendo implantado nas escolas estaduais destes municípios. A metodologia utilizada será a análise do ciclo de políticas, formulada pelo sociólogo Stephen Ball, que consiste em um método para análise de políticas a fim de compreender como elas são formuladas e implementadas em diferentes contextos. A coleta de dados foi realizada em duas escolas da rede estadual no município de São Francisco de Paula e duas escolas estaduais do município de Taquara. Verificaremos como a política pública de educação chega até a escola e como é implantada. Para isso, analisamos os documentos oficiais relativos à legislação e as orientações da SEC-RS, 2ª e 4ª CRE. Também realizamos entrevistas semi-estruturadas com o corpo técnico e professores dos três anos iniciais do ensino fundamental, além de leituras de bibliografias relacionadas ao objeto de estudo e análise de documentos relacionados à gestão dos ciclos na escola.

Palavras-chave: Progressão Continuada. Alfabetização. Ciclo de Políticas.

Territórios infanto-juvenis: educação, subjetividade, direitos, cidadania

Ruth Bernardes De Sant'ana

UFSJ - ruthbs@ufsj.edu.br

Andrea Soares Wuo

UFSJ -

Patrícia Junqueira Grandino

EACH-USP -

Resumo:

A mesa apresenta como tema comum a condição juvenil (de crianças, adolescentes e jovens) na contemporaneidade, com ênfase nas mudanças históricas, políticas e sociais que constituíram um novo estatuto social para crianças, adolescentes e jovens, ligado ao direito de autonomia, liberdade e proteção diante de riscos sociais. Porém, como afirma Patrícia Grandino “as características paradoxais que marcam a contemporaneidade são outros complicadores para a construção de projetos de vidas promissores para os jovens e a transição para a vida adulta vê-se atravessada de inúmeras incertezas”. Partindo do suposto de que a sociedade em que vivemos está longe de favorecer bem-estar para todos, faz-se necessário interrogar que tipos de tensões atingem as agências socioeducativas juvenis em um contexto de risco e incerteza social? Ruth Sant’Ana enfoca a questão da subjetividade na educação da criança e o adolescente na família, que cada vez mais negocia um espaço de exercício de autonomia para os mais jovens, não necessariamente em consonância com as exigências da escola. Problematizando a noção de condutas ordálicas, Grandino defende que a “escola e o avanço na escolarização podem configurar-se como eixos reguladores e protetivos que sustentem de maneira regulada e propositiva a inserção no mundo adulto”. Como a escola mais que nunca ocupa um lugar fundamental na definição da condição social juvenil, que lugar ela pode assumir na inserção social do sujeito hoje? Para problematizar “os fundamentos éticos, políticos e epistemológicos que fundamentam as práticas educativas de formação dos novos sujeitos de direitos”, Andrea Wuo recorre a um estudo documental de propostas atuais em Direitos Humanos (EDH) e nos conclama a refletirmos “o papel da Psicologia Política na produção de conhecimentos que orientem as práticas voltadas ao desenvolvimento da consciência e da participação política de crianças e jovens na sociedade”.

Palavras-chaves: jovens, sujeitos de direito, escola, família, proteção.

Crianças, jovens e direitos humanos: notas para uma psicologia política da criança e do adolescente

Andrea Soares Wuo
UFSJ – andreaouw@uol.com.br

Resumo:

O presente trabalho visa discutir as atuais propostas de Educação em Direitos Humanos (EDH) voltadas a crianças e adolescentes, a partir da análise de documentos políticos e jurídicos e de práticas educativas desenvolvidas em diferentes territórios. Com base em autores inseridos na perspectiva dos “novos estudos sociais da infância”, como Jens Qvortrup, Leena Alanen e Manuel Sarmiento, reflete-se acerca dos modos como se constrói a imagem da “criança cidadã”, e os fundamentos éticos, políticos e epistemológicos que fundamentam as práticas educativas de formação dos novos sujeitos de direitos. Os documentos analisados são: os Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (Brasil, 2006), o Plano Mundial de Educação em Direitos Humanos (ONU, 2004), a Convenção Internacional de Direitos da Criança (ONU, 1989) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990). As práticas analisadas referem-se a um projeto socioeducativo de jovens em um programa internacional de Educação em Direitos para crianças e adolescentes. Por fim, discute-se o papel da Psicologia Política na produção de conhecimentos que orientem as práticas voltadas ao desenvolvimento da consciência e da participação política de crianças e jovens na sociedade.

Condutas ordálicas entre jovens em tempos de garantia de direitos

Patrícia Junqueira Grandino
EACH-USP –patjg@usp.br

Resumo:

A promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, representa uma mudança paradigmática sobre a noção de infância e juventude no país. Resultante de transformações históricas que as trouxeram para o centro da cena social, as crianças e adolescentes vivem na atualidade a contradição de serem portadoras de direitos individuais e de terem esses mesmos direitos desrespeitados em inúmeras situações. As características paradoxais que marcam a contemporaneidade são outros complicadores para a construção de projetos de vidas promissores para os jovens e a transição para a vida adulta vê-se atravessada de inúmeras incertezas. A partir dessas considerações, tomamos a assumpção de práticas de risco entre os jovens como sintoma de mal-estar vivido na etapa vital. Problematizando a noção de condutas ordálicas, propomos discutir como a escola e a o avanço na escolarização podem configurar-se como eixos reguladores e protetivos que sustentem de maneira regulada e propositiva a inserção no mundo adulto.

Família e políticas públicas no processo histórico de individualização de crianças e adolescentes: relações família e escola

Ruth Bernardes De Sant'ana
UFSJ – ruthufsj.edu.br

Resumo:

Um processo histórico de individualização dos percursos dos sujeitos tem ganhado evidências em muitos países ocidentais. Ele se inscreve na instituição progressiva de uma forma de relação familiar mais individualista e relacional em que o respeito pela autonomia se torna o elemento mais importante. Isso tem conduzido, em maior ou menor grau, crianças e adolescentes de amplos setores sociais a se beneficiarem de uma autonomia inexistente para a geração precedente, em termos liberdade de escolha, embora relativa. Não sem contradição e conflito, na medida em que equipamentos sociais concebidos para a ampliação da autonomia e de inclusão social muitas vezes são usados para o controle e a vigilância punitiva. A pressão do mercado em meio a esse processo de individualização encoraja ao consumo de muitos equipamentos e dispositivos eletrônicos, a permitirem a afirmação identitária no interior do espaço doméstico, porém com um fechamento relativo diante do mundo exterior. O mais comum é que os pais queiram oferecer a seus filhos aquilo que eles não receberam da geração precedente em termos de cuidado, autoestima e possibilidade de decisão. A família frequentemente procura resguardar um território próprio, com determinados dispositivos físicos e simbólicos, para a criança e o adolescente se expressarem como sujeitos. Mas, ao mesmo tempo deve exigir dos seus membros mais jovens a frequência a escola e o sucesso escolar, o que pode promover discordâncias geracionais. As tensões e contradições entre famílias e políticas públicas aqui serão abordadas tendo como norte as relações entre a família e a escola no interior do processo histórico de individualização de crianças e adolescentes, algo acentuado nas últimas décadas no Brasil.

Palavras-chaves: criança, adolescente, políticas públicas, família, escola.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

Eixo - Participação, sociedade e desenvolvimento sustentável / Direitos, cidadania e democratização

Políticas ambientais na perspectiva de uma participação cidadã

Aline Borges Do Carmo
USP - aline.carmo@gmail.com
Enock Da Silva Pessoa
Universidade Federal do Acre -
Guilherme Borges Da Costa
Université de Caen (França)
Ramón Luiz Zago De Oliveira
USP -

Resumo:

A mesa reunirá trabalhos que discutem como a ação ou omissão do Poder Público e da população repercutem na relação homem-natureza definida pela apropriação desigual dos recursos naturais e na distribuição também desigual da degradação da qualidade ambiental. Nesta relação conflituosa, em que interesses muitas vezes legítimos de certos setores da sociedade nem sempre refletem o que a maioria da população almeja, o Poder Público necessitaria atuar mediando tais conflitos, representando efetivamente a população, que deveria participar através de um processo legítimo de governança. Quando isso não ocorre, a participação dos setores interessados torna-se ainda mais necessária, sendo abordados nesta mesa quatro exemplos, a saber: a atuação de voluntários como educadores ambientais em comunidades da fronteira amazônica, a cultura política de participação ou falta de participação na gestão de Unidades de Conservação, os conflitos afetando a tomada de decisão no processo de licenciamento ambiental em áreas costeiras e marinhas, e a identidade do servidor público da área ambiental como componente fundamental na mediação dos conflitos pela apropriação de recursos naturais.

Palavras-chave: Meio ambientes políticas públicas, cidadania

Corrupção em Moçambique: uma análise a partir da consciência e da cultura política

Rogério Ferro rogerioferro@usp.br

Danilo Júnior de Oliveira

Lizette Barlach

Adrián Manzi

Resumo:

Em Moçambique, o passado é presente. As conversas cotidianas são entremeadas constantemente por referências temporais (...) cruciais para a compreensão dos acontecimentos presentes (...). A construção de Moçambique passa pelas histórias daqueles tempos e pelas histórias do tempo colônia, as quais se cruzam com as histórias do período socialista (...) e com aquelas do tempo atual (Cabaço, 2009, p. 15). As intensas, rápidas e sucessivas mudanças sociopolíticas ocorridas em Moçambique nos últimos 40 anos a guerra colonial que culmina com a independência em 1975; a instalação do regime socialista totalitário que vigorou emperrado em uma guerra civil que se estendeu por duas décadas; a guinada brusca para uma democracia multipartidária instalada em troca de investimentos estrangeiros da ordem capitalista global precisam, portanto, ser consideradas em uma perspectiva sócio-histórica na análise do problema da corrupção, uma face especial do problema geral da política democrática (Reis, 2008, p. 391). Há, portanto, uma cultura psicopolítica que combina regras apropriadas e efetivas à determinada realidade sociopolítica e que integra uma orientação geral dos indivíduos de modo a operar espontânea e prontamente em suas decisões. Ora, se a construção de uma cultura democrática enquanto processo autônomo já é, naturalmente, difícil, visto que não há jamais um vazio cultural que favoreça o seu enraizamento e este terá, portanto, de fazer-se de encontro com padrões sociopolíticos ou culturais em operação, que dizer de uma democracia moçambicana negociada nos termos referidos acima Mais: como pensar a participação política (Pateman, 2002) no combate à corrupção em Moçambique

Palavras-chave: Moçambique, Corrupção, Consciência e Cultura Política.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

Eixo – Memória coletiva, violência política e direitos humanos

“E agora, José?...” (re) discussões e estudos da psicologia social diante dos desafios do envelhecer

*Luciana Helena Mussi
PUC/SP- lh0404@terra.com.br
Joel Fernando Borella
Faculdades Anhanguera/Campus - Leme/SP –
Pedro Paulo Sammarco Antunes
PUC/SP -*

Resumo:

Estes estudos têm como objetivo refletir sobre as memórias coletivas, o envelhecimento e a necessidade de políticas públicas. Para isso, trabalhamos em três frentes: inicialmente abordamos a problemática do envelhecimento das travestis, considerando a visão da comunidade científica, da sociedade em geral e do próprio grupo afetado. Verificamos que em função do preconceito generalizado, muitas encontram na prostituição talvez o único acolhimento e alternativa para sobreviver. Assim a necessidade de políticas públicas se torna não só necessária como urgentes, se pensarmos no desamparo institucional e existencial. A segunda frente busca discutir uma das propostas da Psicologia Social frente aos desafios do envelhecer no cotidiano; o trabalho com as memórias coletivas. A evolução desenfreada da tecnologia na comunicação restringiu os espaços até então conhecidos como "rodas de conversas". O velho costuma dizer "na minha época..." e se esquece que essa também é "sua época". A Psicologia Social aliada à busca de um trabalho que possibilite um (re) encontro com o passado, potencializa a elaboração dos velhos com essa época, resignificando seus espaços frente aos desafios do envelhecer. A terceira e última frente trabalha o conceito de memória coletiva (Halbwachs), envelhecimento e cinema através do documentário "A Ilha de Bergman" (2006). Ingmar Bergman, ao mergulhar no poço fundo das suas memórias, resgata lembranças que permanecem coletivas e nos são lembradas por outros. Somos parte de um contexto social mais amplo, pois, reconstruímos o passado neste contar e recontar de experiências, lembranças conscientes, contextualizadas no tempo e no lugar social que ocupamos no momento do relato. A investigação mostra que a arte que se faz através do cinema somada a essa complexa escavação nas memórias se resume na busca do conhecimento, sentido e compreensão da existência, especialmente para um ser que se percebe finito e próximo do ponto final, independente da velhice..

Palavras-chave:

Memória Coletiva, Envelhecimento, Psicologia Social

Memória coletiva e envelhecimento no documentário “a ilha de bergman”

Luciana Helena Mussi
PUC/SP- lh0404@terra.com.br

Resumo:

Este estudo tem como objetivo refletir sobre o conceito de memória coletiva (Halbwachs), envelhecimento e cinema através do documentário A Ilha de Bergman (2006). Com 88 anos de idade, Ingmar Bergman (1918-2007), revê sua vida e os mais de 60 anos dedicados ao cinema, além da longa trajetória no teatro e na TV, em meio a trechos de seus filmes e cenas de bastidores tiradas de seu arquivo pessoal. O cineasta, ao mergulhar no poço fundo das suas memórias, resgata lembranças que permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Assim, mesmo ausentes materialmente, sempre levamos uma certa quantidade de outros em nossas vidas, indivíduos que não se confundem, mas, que, ao mesmo tempo se mesclam na nossa realidade presente. Somos parte de um contexto social mais amplo, pois reconstruímos o passado neste contar e recontar de experiências, lembranças conscientes, contextualizadas no tempo e no lugar social que ocupamos no momento do relato. Este nós e os outros bergmaniano representados nas suas obras e fantasias, na delicada relação com seus pais e suas diversas mulheres, tudo que o rodeia desde a infância até a velhice, são ingredientes que produziram lembranças e ressignificações de uma vida. De fato, Bergman nunca ficou só, também, a natureza das coisas, especialmente na Ilha de Farö, esteve, a todo tempo, a seu lado. A investigação realizada mostra que a arte que se faz através do cinema somada a essa complexa escavação nas memórias se resume na busca do conhecimento, sentido e compreensão da existência, especialmente para um ser que se percebe finito e próximo do ponto final, independente da velhice.

Palavras-chave:

Memória Coletiva, Envelhecimento, Cinema

**“O tempo não para e, no entanto, ele nunca envelhece...”:
as memórias coletivas como instrumento da psicologia
social no trabalho com velhos**

Luciana Helena Mussi
PUC/SP- lh0404@terra.com.br

Joel Fernando Borella
Faculdades Anhanguera/Campus - Leme/SP

Resumo:

Esse texto, parafraseando Caetano Velloso no título, busca discutir uma das propostas da Psicologia Social frente aos desafios do envelhecer no cotidiano; o trabalho com as memórias coletivas. Pelo frenesi das informações encontradas nesse mundo fast e a troca das narrativas orais pelas novas formas de câmbio de informações advindas pelo avanço da tecnologia, fragmentaram os espaços que conhecemos como "rodas de conversas". É crível ouvirmos, muitas vezes, com certo saudosismo, os velhos dizerem que "na minha época..." esquecendo que essa também é sua época. Adianto que acompanhar essas novas tecnologias, além de estereotipar as falas, torna estéril a preservação e trabalho com as memórias. Dessa forma, o que um grupo de velhos sentados para memorar pode trazer de resistência e benefícios para esses novos feitos de vida? Como um instrumento da Psicologia Social, a busca de um trabalho que possibilite um (re) encontro com o passado, potencializa a elaboração dos velhos com essa época, resignificando seus espaços frente aos desafios do envelhecer. Assim, esse estudo vem contribuir trazendo novas problematizações e outras formas de se trabalhar Psicologia Social e Velhice.

Palavras-chave:

Memória Coletiva, Escassez das Narrativas, Velhice, Psicologia Social

Travestis na velhice e políticas públicas

Luciana Helena Mussi
PUC/SP- lh0404@terra.com.br
Pedro Paulo Sammarco Antunes
PUC/SP -

Resumo:

Este estudo trata do envelhecimento de travestis. Justifica-se, igualmente, pela relevância social do tema, chamando a atenção sobre o processo de envelhecimento para a comunidade científica, a sociedade em geral e o próprio grupo de travestis em particular. A existência da travesti é precária desde sempre. Muitas saem ou são expulsas de casa, por causa do intenso preconceito familiar. Assim, buscam habitar espaços onde serão aceitas. A maioria encontra na prostituição acolhimento para sobreviver. Habitam o mundo de forma improvisada e frágil. As que atingem a velhice são verdadeiras sobreviventes. Essa pesquisa detectou que é preciso haver políticas públicas que as amparem desde a infância. Conhecer suas trajetórias de vida possibilita identificar quais são os pontos mais críticos onde não há qualquer tipo de amparo institucional e existencial.

Palavras-chave:

Travestis, Envelhecimento, Políticas Públicas.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

**Eixo – Ações coletivas, movimentos sociais,
participação política**

Identidades Étnicas E Movimentos Sociais No Brasil

Fernanda Fernandes Dos Santos

USP – 72fsantos@gmail.com

Eliete Edwiges Barbosa

Promusp-EACH-USP

Ana Rita Dos Santos Ferreira

Promusp-EACH-USP

Tamara Pacheco

Promusp-EACH-USP

Tatiana Oliveira

Promusp-EACH-USP

Resumo:

O sistema capitalista brasileiro foi formado a partir da acumulação primitiva de riquezas obtida por meio do modo de produção conhecido como escravismo colonial. Assim, a transição do sistema do escravismo colonial para o capitalismo transfigurou os elementos ideológicos centrais do racismo que, se no período do escravismo, legitimava a escravização de africanos e afrodescendentes, na fase capitalista, sustenta ideologicamente as assimetrias sociais com corte de raça. Por esta razão, os mecanismos de opressão social, política e econômica tem o corte étnico como uma das suas marcas centrais. Os movimentos antirracistas têm, neste contexto, conteúdos emancipatórios. Os trabalhos apresentados nesta mesa versam sobre pesquisas realizadas que tratam dos movimentos de resistência de negras e negras contra os variados mecanismos de opressão étnica.

Palavra-chave: Racismo E Preconceito, Movimentos Sociais E Racismo, Opressão Étnica E Processos Emancipatóri



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

Eixo – Direitos, cidadania e democratização

A experiência de implantação e atuação em um serviço de atendimento às mulheres em situação de violência

Renata Jardim

Coletivo Feminino Plural – renatateixeirajardim@gmail.com

Telia Negrão Tonhozi

Coletivo Feminino Plural- teliabr@gmail.com

Teresa Cristina Bruel Dos Santos

Centro de referência da Mulher Canoas – crisbruel@hotmail.com

Resumo:

Políticas Públicas de prevenção e enfrentamento a violência contra as mulheres e redes de atendimento. Telia Negrão, coordenadora do Coletivo Feminino Plural. Mestre e Ciência Política. Pesquisadora associada do Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre mulheres e gênero do Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A violência contra a mulher de acordo com os instrumentos legais ¿ Lei Maria da Penha - Lei 11.340 de 2006 e Convenção de Belém do Pará é considerada ¿ qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada. ¿ (artigo 1º da Convenção de Belém do Pará). Os governos (Estaduais, Municipais e o Distrito Federal) e a sociedade civil possuem um papel a desempenhar na prevenção e no combate da violência contra as mulheres, e na sua assistência. Todavia, ainda existe uma tendência ao isolamento dos serviços e à desarticulação entre os diversos níveis de governo no enfrentamento da questão. O trabalho em rede surge, então, como um caminho para superar essa desarticulação e a fragmentação entre os serviços, por meio da ação coordenada de diferentes áreas governamentais. O conceito de Rede de atendimento empregado refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção (SPM, 2009). A constituição da rede de atendimento busca dar conta da complexidade da violência contra as mulheres e do caráter multidimensional do problema, que perpassa diversas áreas, tais como: saúde, educação, segurança pública, assistência social, cultura, entre outros. A necessidade de criação de uma Rede de Atendimento leva em conta a rota crítica (OMS/OPAS, 1998) que a mulher em situação de violência percorre. Essa rota possui diversas portas de entrada (serviços de emergência na saúde, delegacias, serviços da assistência social), que devem trabalhar de forma articulada no sentido de prestar uma assistência qualificada e não revitimizante à mulher em situação de violência. .



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Mesas Redondas Coordenadas

**Eixo – Educação, políticas públicas e
inclusão social**

Áudio descrição como acesso aos bens culturais e direitos de todos

Marilena Assis

CMET Paulo Freire – marilenaassis@bol.com

Franciele Cunha Brandão

ULBRA

Paulo Fernando Soares Pires Junior

ULBRA – paulo.psicos@gmail.com

Leticia Schwartz

CMET Paulo Freire – leticia@milpalavras.net.br

Resumo:

*Este trabalho traz alguns resultados de um grupo de pesquisa, baseado na hermenêutica para analisar eventos culturais com acessibilidade. Tendo como objetivo a criação de tecnologias assistivas que, efetivamente, habilitem pessoas com deficientes visuais a compartilhar da vida cultural em um mundo, hegemonicamente, vidente. A metodologia baseia-se na de audiodescrição e sua aplicabilidade em eventos. Esta experiência tem como desdobramento discussões compartilhando a posteriori com o grupo de trabalho e com usuários. Para que haja inclusão social, com equidade, são necessários grandes investimentos em ações nos diferentes setores da sociedade. Os grupos minoritários, no caso do presente estudo, as pessoas com deficiência visual, necessitam de inúmeras ações que permitam o acesso à educação, aos bens públicos e a cidadania. Freire (1983), em seu livro *A Pedagogia do Oprimido*, enfatiza a relação da clareza política na leitura do mundo e os níveis de engajamento e de organização para a luta dos direitos e justiça. A autonomia deve ser conquistada, construída a partir da convivência, das experiências, das decisões, da cooperação mútua entre as pessoas. A temática da autonomia que ganhou centralidade nos pensadores e na educação moderna ganha em Freire (1983) um sentido sócio político pedagógico: autonomia é a condição sócio-histórica de um povo ou de uma pessoa que tenha se libertado e se emancipado das opressões que restringem ou anulam sua liberdade de determinação: "A libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca, pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela" (FREIRE, 1983, p.32). Pelo exposto acima, concluímos que nossa postura no mundo deve ser de sujeito ativo que interage e responsabiliza-se pelas ações individuais e coletivas, ampliando o universo simbólico e o grau de satisfação das experiências sensíveis, compartilhando com o mundo vidente que acesso aos meios culturais nos proporcionam.*

Palavra-chave: inclusão, recurso de acessibilidade, audiodescrição

O essencial é invisível aos olhos (Antoine de Saint-exupéry)

Marilena Assis

CMET Paulo Freire - marilenaassis@bol.com

Franciele Cunha Brandão

ULBRA

Resumo:

Este trabalho é um relato de experiência onde a autora busca referências em Fromm (1970) para elucidar suas experiências. A partir de considerações sobre o desenvolvimento do sujeito humano, a autora afirma que desde o nascimento fazemos uso de nossos sentidos. Valemos da audição para reconhecer a voz de nossos pais. A visão nos leva a sorrir frente a algo bonito ou chorar de medo de uma cara feira. E conforme vamos crescendo, nossos sentidos permanecem em desenvolvimento. No entanto, nossa trajetória pode ser alterada por um acidente de percurso e ficamos privados de um dos nossos sentidos. Nesse caso, é normal sentir-se um tanto perdido com a nova condição. Do ponto de partida da perda da visão a autora afirma no entanto que: ver e enxergar são termos muito relativos. Podemos ver ou enxergar de outras formas. Valendo-se das novas tecnologias, e da audiodescrição em particular, onde as cenas de eventos culturais são traduzidas em minúcias quer do cenário, da ambientação onde se produz as cenas, o gestual e expressões emocionais ganham uma luz via linguagem à autora traz argumentos sobre a importância metodológica de um audiodescritor para acesso do deficiente visual às expressões artísticas que dão às imagens seu foco de narrativa. Através da audiodescrição afirma: podemos perceber detalhes, revisitar uma cena. Quem já enxergou um dia tem sua memória visual reavivada no momento em que as informações vão fazendo sentido. Conclui que as experiências que passam pelo sensível, movimentam as emoções, estimulam o imaginário e liberam as fantasias. Afirma: nosso olhar pode, sim, ser diferenciado e dar um colorido ao mundo. Quiçá possa até mesmo possuir uma beleza superior a da realidade, pois é produzida pelo nosso imaginário e regada por nossas emoções.

Palavras-chave:

Imaginário, Deficiência visual, Eventos culturais, Universo simbólico, audiodescrição

Áudio descrição: a nova dimensão social a partir da acessibilidade

Paulo Fernando Soares Pires Junior
ULBRA – paulo.psicos@gmail.com
Marilena Assis
CMET Paulo Freire- marilenaassis@bol.com

Resumo:

*As pessoas com deficiência visual começam a buscar o seu espaço, quer no campo do conhecimento como no profissional. Qualificando-se no sentido de maior autonomia pessoal buscam o protagonismo dos processos de participação nas transformações de suas condições de inserção dentro da sociedade conforme o lema da Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência *‘nada sobre nós sem nós’*. A inserção das pessoas com deficiência visual no mercado consumidor de produtos audiovisuais e como consultores em áudio descrição vem ampliando sua participação social e profissional com o reconhecimento da necessidade da participação ativa no processo, tendo em vista que esses produtos se destinam a eles. A participação desse grupo em eventos culturais tem chamado a atenção do público sem deficiência, pois tem provocado curiosidade e um novo olhar sobre ele alterando conceitos historicamente construídos onde a compreensão dos produtos áudio visuais dependia, exclusivamente, da visão. Conclui-se que a áudio descrição em espaços culturais, oportuniza que as pessoas que participam desta experiência possam transformar seus conhecimentos do ponto de vista intelectual, cultural e emocional, na medida em que satisfazem suas necessidades de autoestima e auto realização e o crescimento pessoal por sua participação mais ativa da vida cultural, incluindo-se na vida social como um todo. Essas mudanças geram desenvolvimento individual e coletivo, pois há comunicação e trocas entre as mesmas.*

Palavras-chave: protagonismo, consultoria, inclusão, deficiência visual, sociedade

Áudio descrição: conceituação

Letícia Schwartz

CMET Paulo Freire

Marilena Assis

CMET Paulo Freire- marilenaassis@bol.com

Resumo:

Com base na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), parte-se da premissa de que as diferenças não devem se transformar em barreiras à inclusão de pessoas na sociedade e que as oportunidades devem ser iguais para todos. No entanto, a produção cultural brasileira ainda impõe sérias restrições ao acesso a pessoas com deficiência visual. Pessoas cegas ou com baixa visão seguem excluídas dos mais variados eventos culturais por não terem acesso às imagens. E não há cidadania possível sem acesso à cultura, à informação, à arte e ao entretenimento. É nesse contexto que surge a audiodescrição, recurso de acessibilidade com objetivo de proporcionar para pessoas com deficiência sensorial a compreensão de toda e qualquer obra audiovisual a partir da tradução das imagens em palavras. A descrição objetiva dos elementos visuais - ações, cenários, figurinos, gestos, expressões faciais, efeitos especiais e textos apresentados de forma gráfica - permite a inclusão de pessoas com deficiência visual como consumidores de produtos audiovisuais. A metodologia usada é expositiva, abordando conceito, histórico, formação e os canais de divulgação bem como, a realização de dinâmica com um vídeo com áudio descrição. A audiodescrição aplica-se às mais diversas formas de apresentação audiovisual: cinema, TV, teatro, DVD, exposições e mostras de artes plásticas, shows e eventos, web, HQs, desfiles de moda, roteiros turísticos, competições esportivas, etc. Tudo o que pode ser visto pode ser descrito. Dessa forma o trabalho mediado e dialógico entre a equipe de produção e usuários promove uma interação social. Concluindo, a audiodescrição, estimula o acesso à cultura, à informação, mas para além disso, rompe com barreiras entre videntes e deficientes visuais, criando um canal de aproximação intersubjetivas de acessibilidade via linguagem, aos campos do simbólico e do imaginário a partir da tradução das imagens em palavras.

Palavras-chave: audiodescrição, conceito, produtos, diálogo, interação.

Inclusão De Pessoas Com Deficiência No Mercado De Trabalho

Jefferson Campos Beck
SENAI - jefferson.campos7@gmail.com
Grazieli De Oliveira Dahmer
ULBRA - grazieli.dahmer@gmail.com
Rodmir Fonceca Schifelbein
UNIASSELVI
Maicon Tadler
ULBRA- maicontadler@gmail.com

Resumo:

O SENAI qualifica profissionais, com deficiência, para inclusão no mercado de trabalho e encaminha para as empresas que devem investir em adaptações nos ambientes e em ferramentas de acessibilidade. O desenvolvimento de novas tecnologias busca inspiração em pesquisas, em produtos e em troca de experiências entre profissionais e usuários de recursos disponíveis e em desenvolvimento. Um novo olhar está surgindo no meio tecnológico, onde a grande preocupação passa a ser quanto à acessibilidade aos sistemas. Já existem ferramentas que garantem essa acessibilidade no desenvolvimento e na utilização desses sistemas, e estão em grande ascensão no mundo da informática, possibilitando que cada vez mais pessoas possam participar e até mesmo contribuir para esse avanço. Com isso, o ingresso de pessoas cegas nesse mercado, também, deu um grande salto, contribuindo significativamente, não somente na parte de utilização desses sistemas, mas também no desenvolvimento e aplicação dos mesmos. Isso só é possível graças a ferramentas de tecnologias extremamente avançadas, com recursos cada vez mais aprimorados, garantindo a essas pessoas uma maior independência e controle de atividades computacionais. O sucesso de um bom profissional e sua empresa passa por uma via de mão dupla, onde a empresa investe, oportuniza e acredita no potencial do funcionário, ao mesmo tempo que ele produz resultado, cria melhorias e agrega conhecimento e valores. A maior barreira que encontramos não é a falta de acessibilidade nos locais que frequentamos, nos sistemas que utilizamos e nos meios de comunicação que chegam até nós; mas sim do pré-conceito que se estabeleceu sobre a capacidade de um ser humano com redução de algum sentido. Mais do que física e arquitetônica, a acessibilidade deve ser muito mais humana, de consciência. Tornar algo acessível não significa somente incluir pessoas com deficiência em seu meio, mas sim garantir que qualquer pessoa poderá participar dele.

Palavras-chave: Tecnologias, deficiência, deficiência, mercado de trabalho, acessibilidade

Limitação x potencialidade

*Jefferson Campos Beck
SENAI - jefferson.campos7@gmail.com
Grazieli De Oliveira Dahmer
ULBRA*

Resumo:

Desde 2008, a Associação de Cegos do Rio Grande do Sul vem prestando serviço de degravação de áudios e vídeos a todo estado. Parceria estabelecida entre a Justiça Federal do Estado do Rio Grande do Sul e a ACERGS. Essa parceria se estabeleceu com o Projeto Degravação. O objetivo é inserir pessoas com deficiência visual no mercado de trabalho, promovendo o crescimento profissional e pessoal desses indivíduos. O trabalho consiste na degravação dos áudios produzidos nas audiências das diversas varas participantes desse projeto. A ACERGS, através de sua equipe de degravadores e revisores, convertem tais áudios em arquivo de textos, formata-os de acordo com as exigências de cada vara em específico e encaminha esse material à Justiça Federal, de forma que, logo após o recebimento, já possa ser feita a impressão e a inclusão desse material no processo. Essa prática permite que cegos estejam inseridos não somente no projeto, como no mercado formal de trabalho. Aprendem a trabalhar com programas como o Virtual Vision ou NVDA, leitores de tela que leem para o deficiente visual o que ele está fazendo no computador. Os deficientes visuais têm grande habilidade para transcrever textos em função do poder de concentração. Todos os comandos executados e dados digitados no computador são repetidos em áudio pelo programa. Através de pesquisas foi detectado que com os novos recursos de acessibilidade os deficientes que, anteriormente, trabalhavam como vendedores de bilhetes de loteria e serviços autônomos com risco, com estas tecnologias, passaram a encontrar mais espaço no mercado de trabalho formal: Aqui tenho estabilidade e a garantia do salário, tudo com registro formal, diz Grazieli. Portanto, é fundamental ter um olhar para as diferenças e fazer uma escuta sensível conforme nos ensina Paulo Freire.

Palavra-chave: Deficiência Visual, Inclusão, Mercado De Trabalho, Degravação, Competência.

Trabalho formal e informal: a deficiência visual e o relato da experiência do cotidiano da vida em sociedade

Jefferson Campos Beck
SENAI - jefferson.campos7@gmail.com
Rodmir Fonseca Schifelbein
UNIASSELVI

Resumo:

Este relato é resultado de um grupo de pesquisa que busca, através da capacitação profissional e práticas de autonomia na vida cotidiana, discutir e divulgar experiências problematizando as condições de acessibilidade à educação escolar e a formação para o trabalho. A deficiência visual limita a execução de algumas tarefas, mas não impede que se busquem alternativas de trabalho, seguindo Freire (1997) como referencial teórico. O objetivo é relatar a trajetória vivida por uma pessoa com deficiência visual, passando pelo enfrentamento e superação das dificuldades na educação formal e pela escolarização em EJA em concomitância com a busca de formação profissional. Tomando como metodologia o relato de história de vida, é possível construir discursivamente o processo de enfrentamento feito pela pessoa com deficiência visual desde a infância, na busca de formação que o habilitasse a uma vida autônoma, que passou pela construção civil, pelo trabalho com agropecuária e lavoura. As dificuldades que se apresentaram nas condições de trabalho exigem uma mudança radical. Migrou para um centro maior, buscando outras oportunidades de estudo e qualificação profissional que lhe desse autonomia. Esta trajetória de vida, que inicia como o trabalho no campo, com uma escolarização deficitária, resulta na migração para Porto Alegre, onde busca na escolarização da EJA superar suas deficiências em educação básica, que estava para além da deficiência visual. Conclui seu relato de história de vida como estudante de Serviço Social. Este relato aponta para a reflexão sobre as limitações e superações da deficiência visual em particular, embora possa se aplicar às reflexões sobre as deficiências em geral. Essa apresentação, segundo o autor: não parte do lugar de quem não enxerga, mas sim do lugar de uma pessoa que crê na possibilidade de superação e que o trabalho está ao alcance de todos.

Palavras-chave: Autonomia, Educação, Trabalho, Deficiência Visual, Superação.

O limite da deficiência

Jefferson Campos Beck
SENAI - jefferson.campos7@gmail.com
Maicon Tadler
UNIASELVI - maicontadler@gmail.com

Resumo:

Ter uma deficiência não é uma tarefa fácil, requer superação, coragem e autoestima. Nada está longe de mais que não possa ser alcançado e nada é difícil de mais que não possa ser superado, quando se busca as armas corretas. Maicon Tadler Na cidade pequena onde morava o autor desse relato, a comunidade em geral vê as pessoas com deficiência como coitados, e as pessoas com deficiência sendo frutos dessa comunidade reproduzem esse conceito de si próprios. O autor não aceitando esse preconceito resolve mostrar para si e para os outros que a realidade poderia ser diferente e, juntou forças, fé coragem e com determinação voltou a estudar e buscou oportunidades de trabalho. Não podia ver mais teria que viver e ser como alguém que enxerga para que tivesse alguma chance em Rolante. Quando chegou a Porto Alegre não conhecia nada dos recursos para cegos. Sem perder tempo aprendeu Braille, aprendeu a usar os leitores de telas, ganhou uma bengala de uma amiga o que o faz andar, tranquilamente, por Porto Alegre, fez alguns cursos de inglês, assistente administrativo, etc. Atualmente, está trabalhando em uma empresa de tecnologia, é bolsista do pró-uni na ULBRA onde cursa a faculdade de administração, faz parte de uma equipe de Judô que representa o Rio Grande do Sul no Campeonato brasileiro para olímpico, participa de atividades sociais pela instituição cristã que faz parte. Todos se surpreendem ao verificar que em apenas seis meses, aconteceram tantas mudanças que lhe fez construir uma nova identidade comparado ao que era antes de perder a visão. Sou alguém mais forte do que eu era mais determinado, mais sonhador, menos egoísta, menos orgulhoso, com mais sede de viver e mais feliz. Gostaria de ver o que está diante de mim mas enquanto isso não for possível caminho olhando além do horizonte e imaginando qual será minha próxima conquista. Diz Maicon. Embora o tema da inclusão esteja em todos os setores sociais, a inclusão depende de novos paradigmas culturais e sociais. A globalização e os meios de comunicação por si só não dão conta da inclusão das pessoas com deficiência, pois só o convívio e a troca de experiências entre pessoas com e sem deficiência promoverão a verdadeira inclusão..

Palavras-chave: Deficiência, Sociedade, Inclusão, Reflexão, Superação.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Pôster

Vida militante e superação do dualismo público-privado

Jáder Ferreira Leite

UFRN — jaderfleite@gmail.com

Magda Dimenstein

UFRN-

Resumo:

No campo atual das lutas sociais, estratégias biopolíticas têm sido repetidamente utilizadas para esvaziar a força política que tais lutas se revestem. Dentre tais estratégias, destacamos a biologização do social, a psiquiatrização dos comportamentos e a privatização das formas de vida. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo destacar algumas experiências políticas que, na contracorrente, apontam para um resgate da cena pública como espaço privilegiado de valorização da diversidade: trata-se da experiência de militantes políticos vinculados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que, em seu processo de formação política, têm recomposto modos de subjetivação onde a vivência de práticas coletivas trouxe consigo uma série de conflitos para os integrantes nela inseridos, mas também atingiu suas sensibilidades, promovendo novos olhares sobre as diferenças culturais, regionais, pessoais, havendo uma valorização e uma luta para que fossem respeitadas. Se o universo privado, os dilemas da intimidade e a psicologização dos modos de vida têm sido fortemente incentivados na cultura contemporânea, no caso dos militantes do MST abre-se a possibilidade de criação e experimentação de modos de existência que resgatam o interesse pela vida pública, fortalecendo espaços de alteridade no âmbito da militância.

Palavras-chave: Militância política, Esfera pública, Processos de subjetivação, MST

Políticas públicas de atividade física no nacional desenvolvimentismo brasileiro: a participação dos serviços sociais

Eduardo Mosna Xavier

USP / EACH

Marco Antônio Bettini De Almeida

USP

Resumo:

O Período Nacional Desenvolvimentista Brasileiro (1946 a 1964) foi marcado pelo pujante crescimento industrial, além de uma sensível inversão populacional do eixo rural para o urbano. Essas transformações mobilizaram o governo a instituir políticas públicas que possibilitassem uma administração desse novo cenário. Nesse contexto, a atividade física (apesar da inexistência de uma pasta gerencial específica) também foi contemplada com algumas medidas que destacaram esse período do Estado Novo e projetaram a compreensão e a realização do movimento humano para o esporte e a saúde durante o Regime Militar. O Governo criou os Serviços Sociais, com ênfase no fomento de estratégias de formação e preenchimento do tempo livre dos industriários e comerciantes, concebendo uma estrutura que ofertava não apenas atividade física e esporte como, também, espaços de socialização política peculiares em ambientes de congregação com a realização do movimento. A Educação Física Escolar era realizada sobre a égide das doutrinas higienistas, com uma significativa variação de predomínio da Escola Francesa (baseada na calistenia) para a Escola Americana (pautada no ensino dos esportes), iniciando uma degradação do papel do professor dessa disciplina, que passa a exercer um papel secundário nessas aulas, interferindo apenas como árbitro nos jogos. Assim, o Nacional Desenvolvimentismo foi um período marcante para a concretização de desejos do Estado no tocante ao uso da atividade física como um instrumento de política pública, apesar das medidas ocorrerem de forma indireta, sem a valorização percebida na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Nacional Desenvolvimentismo, Políticas Públicas, Atividade Física, Serviços Sociais, Educação Física Escolar.

Maus-tratos contra crianças a prática docente frente às vítimas

Tatiane Nascimento De Borba

UERGS — eh.tatiane@hotmail.com

Helena Venites Sardagna

UERGS- helena-sardagna@uergs.edu.br

Resumo:

Esta pesquisa está sendo realizada na Região do Litoral Norte gaúcho, tendo por objetivo compreender como os educadores reagem (ou não) diante de alunos que tenham sido vítimas de maus tratos, bem como, que implicações ocorrem no processo de ensino e aprendizagem. A ferramenta metodológica utilizada foi entrevista semiestruturada, com educadores dos anos iniciais da rede pública de ensino. A escolha dos entrevistados deu-se, inicialmente, através da apresentação do projeto e sua abertura a todos que tivessem tido experiência docente com vítimas de maus tratos. As análises preliminares apontam para algumas questões: a maioria dos educadores considera não terem tido, em sua formação, o devido tratamento da temática. Além disso, sentem que há uma deficiência na articulação das esferas públicas que deveriam dar suporte para o devido atendimento dos casos de maus tratos. A maioria dos professores afirma ter feito denúncias que não surtiram efeitos legais, pois as crianças permaneceram sob a guarda dos agressores. Os casos notificados são de violência física, e sexual, sendo que os casos de negligência, na maioria das vezes, são relevados, e amenizados na própria escola.

Palavras-chave: Maus tratos, prática docente, aprendizagem

Mediatização da política e “politização” da mídia: representações sociais de atores políticos sobre mídia e política

Moises Romanini

UFRGS - moisesromanini@yahoo.com.br

Maria Isabel Nunes Lopes

UFRGS – maria.isabel@ufrgs.br

André Luiz Guerra Da Silva

UFCSPA -

Caroline Bastos Capaverde

UFCSPA - ccapaverde@gmail.com

Pedrinho Guareschi

UFRGS- Pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Resumo:

Uma das instâncias que foi fortemente atingida com o desenvolvimento das novas tecnologias da mídia foi, sem dúvida, a instância política. A mídia pode contribuir tanto para a construção da credibilidade política, que é o capital que o político precisa construir, quanto para a destruição desse capital simbólico adquirido, como acontece nos escândalos políticos. Esse trabalho, que é parte do projeto de pesquisa Mídia e Política Visibilidade e Poder, tem como objetivo mapear e analisar as representações sociais de atores políticos sobre mídia, política e as relações estabelecidas entre elas. Foram realizadas 13 entrevistas semi dirigidas episódicas com experts e atores políticos das esferas municipais, estaduais e federal, de diferentes partidos políticos. Foi realizada uma análise de conteúdo temática das transcrições das entrevistas, a partir de três grandes eixos: mídia, política e a relação entre mídia e política. A partir de análises preliminares, constatamos que uma forte representação social da mídia está atrelada à noção de realidade como algo pronto, dado, como um fato a ser veiculado. Nesse sentido, a mídia tem o objetivo primordial de informar os cidadãos, assumindo assim um papel neutro na sociedade. Contudo, ela pode assumir, no mínimo, outras duas funções: a ação positiva, na qual ela faz algo acontecer, pautando assuntos relevantes que acabam sendo votados nas instâncias políticas; e a ação negativa, quando ela se omite de temas fundamentais para a sociedade. Nessa direção, a influência entre mídia e política é recíproca, uma vez que a política pauta a mídia e vice-versa. A política, ora associada à ideia de democracia e representatividade, ora associada à noção de que ela é tudo o que as pessoas fazem, é, ao mesmo tempo, produto e produtora da mídia, relação esta quase sempre regulada pelas regras do capitalismo.

Palavras-chave: Mídia; Política; Representações Sociais.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações orais

**Eixo- Ações coletivas, movimentos sociais,
participação política**

Loucura, memória, identidade e movimentos sociais: um olhar para o processo de lembrar e esquecer a loucura

Débora Cidro De Brito
USP- d.cidro@usp.br

Resumo:

Por séculos, a ideia de loucura esteve relacionada a conceitos como desrazão e periculosidade. Os hospitais psiquiátricos como lugares da memória, juntamente aos processos de lembrar e esquecer permitiram a construção de uma memória sobre a loucura. Neste sentido é possível trazer o conceito de memória coletiva de Halbwachs para o entendimento da construção de uma memória social sobre a loucura, porém não sendo suficiente para entender todo o processo de construção da identidade da loucura. Identificamos nesta construção uma visão dicotômica entre sociedade e hospitais, entre razão e loucura. Sendo assim, os hospitais psiquiátricos cumpriram a função de separar a sociedade em bons e maus e silenciar as ações de exclusão e tortura a que foram submetidos os portadores de sofrimento psíquico. A partir das contribuições de Pollak, é possível verificar que o esquecimento e o silenciamento provocados pelas instituições totais favoreceram a construção de uma história oficial sobre a loucura e sobre os processos de asilamento. Porém, nos últimos anos alguns acontecimentos permitiram o entendimento de por outro viés, as experiências francesa e italiana sobre a Reforma Psiquiátrica, aliadas aos pensamentos da Escolha Sociológica de Chicago, favoreceram a constituição da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Neste contexto, o Movimento Nacional da Luta Antimanicomial e outras organizações de usuários, familiares e profissionais da saúde mental foram primordiais para a produção de outra identidade sobre a loucura. Nesta comunicação, pretendemos articular os conceitos de memória e instituições totais e posteriormente entender o papel dos movimentos sociais nas constituições de políticas públicas no campo da saúde mental, como também na produção de uma nova identidade para a loucura..

Palavras-chave: Loucura, memória, esquecimento, luta antimanicomial, identidade

Stencil art, movimento estudantil e universidade

Leonardo Bortoluzzi Mostardeiro

Centro Universitário Franciscano — leobm@gmail.com

Matheus Giacomini Palma

Centro Universitário Franciscano — mathgiacomini@gmail.com

Mônica Pilar Ribeiro

Centro Universitário Franciscano – momonicaaa@hotmail.com

Resumo:

Como expressão popular e manifestação artística humana, o stencil é visto na contemporaneidade, principalmente no meio urbano: em muros e paredes das selvas de pedras. Este estudo se propõe a fazer interlocuções teórico-práticas do stencil art como dispositivo (FOUCAULT, 1998) de participação política e ampliação de cidadania com estudantes universitários. Pauta-se na importância de ações estudantis para uma reorientação solidária da relação universidade-sociedade; na defesa da educação como bem público; bem como a democratização das próprias instituições universitárias (SANTOS 2010; WANDERLEY, 1983). Utilizou-se para isso algumas pistas de método cartográfico, proposto por Deleuze e Guattari (2011), o qual evidencia a dimensão processual e qualitativa da experiência, privilegiando os sentidos e os modos de expressão. Dessa forma, o cartógrafo, assim como é chamado o pesquisador, pratica experimentações nos territórios existenciais, acompanhando paisagens psicossociais, as formações e os movimentos do desejo no campo social (ROLNIK, 2007). O mapeamento dessa atividade fora também desenvolvido com o auxílio de oficinas de stencil realizadas no evento V Interfaces no Fazer Psicológico: Direitos Humanos, Diversidade e Diferença, do Centro Universitário Franciscano de Santa Maria - RS, no primeiro semestre de 2012. Enfim, através dessa cartografia aponta-se para as potências de micropolíticas estudantis que, ao criarem espaços institucionais na Universidade, proporcionam diálogos com outros saberes e expressões humanas, advindos de fora para dentro da Academia, como o stencil art. Esse estudo aponta, também, para a pertinência da presença de um paradigma ético-estético nas áreas "psi" e traz a marca da ciência pós-moderna que tem emergido de fissuras da modernidade. Por muito tempo se negligenciaram diversos saberes, culturas e expressões humanas, negando com isso muitas poéticas e políticas de grupos humanos, se constituindo no âmago da injustiça social uma injustiça cognitiva (SANTOS 2008).

Palavras-chave: Cartografia, Movimento Estudantil, Participação Política, Stencil Art, Universidade.

Dardos antifeministas: preconceitos e estereótipos em debate

Marilia Saldanha Da Silva

PUCRS - mariliasaldanha@yahoo.com.br

Helena Scarparo

PUCRS – Scarparo@pucrs.br

Marlene Neves Strey

PUCRS – streymn@pucrs.br

Resumo:

Neste trabalho nos propomos investigar a relação das mulheres contemporâneas com o que entendem ser o(s) feminismo(s). De acordo com uma perspectiva feminista desenvolvemos nosso artigo teórico buscando compreender porque este movimento social e político de ampla difusão, concebido pelas e para as mulheres ainda é visto com preconceito não só por homens, mas também por muitas delas. Procuramos examinar a extensão deste preconceito e de certos estereótipos em relação às mulheres ativistas dos movimentos e às psicoterapeutas que se autodenominam feministas. Interessa-nos verificar as transformações nas relações de gênero, assim como os efeitos da associação do feminismo com a psicologia social e mais especificamente com a psicoterapia.

Palavras-chave: Feminismos, relações de gênero, preconceitos, psicoterapeutas

Transformações desde o privado: uma forma de comportamento político que se projeta no público

Elvira Riba Hernandez
USP – elvirariba@usp.br

Resumo:

A tradição greco-romana segregou a política ao âmbito público da vida, inacessível às mulheres. Neste contexto, o público é o lugar dos assuntos sérios da vida, predominantemente masculino e o privado, feminino. Com o processo de industrialização transformam-se as formas de subsistência, dividi-se o trabalho e, com isso, separa-se o trabalho doméstico do formal. As possíveis relações entre a dimensão pública e a dimensão privada da vida permitem entender como se distribuíram os poderes enquanto reguladores da vida cotidiana. Assim, o cotidiano apresenta-se como espaço privilegiado para falar de outras formas de participação das mulheres em ações políticas. Pretendemos a partir desta linha de pensamento resignificar a participação aparentemente mínima das mulheres em acontecimentos políticos que a história, como disciplina, não tem registrado. Entendemos que esta é gestada no âmbito do privado, abordando o protagonismo político das mulheres em contextos de repressão política. Para explicar como se opera a invisibilidade da mulher apesar da sua irrefutável presença na história política recente da América Latina, foi feita uma revisão de registros que tivessem como categoria central para a análise o gênero e a memória como proposta teórica e metodológica. É por meio da memória que as mulheres resignificam seu papel político ao se perceber como parte fundante de ações que superam as tarefas cotidianas de reprodução. A memória constitui-se como um lugar de resistência, onde mulheres de diferentes cantos de América Latina, imersas em diversas condições políticas ressignificam y desconstroem sua condição de gênero, seu lugar na história e sua função como agente coletivo de cambio político. A Psicologia Política como área multidisciplinar permite analisar o impacto desses processos políticos na subjetividade.

Palavras-chave: Memória, cotidiano, público-privado

Grupo de mulheres: um dispositivo de construção do emponderamento

Mônica Angonese

UFSM - angonesemonica@gmail.com

Adriane Roso

UFSM – adrianeroso@gmail.com

Verônica Bem Dos Santos

UFSM – v_bem@yahoo.com.br

Resumo:

O diálogo com o saber do outro propicia que nosso próprio saber seja repensado criticamente, contribuindo para o emponderamento e, assim, para mudanças sociais efetivas. Entende-se que o emponderamento se constitui na relação sujeito-grupo e não apenas individualmente (relação eu-tu). Desse modo, apresentamos este trabalho, construído a partir de resultados da pesquisa Saúde Sexual e Reprodutiva das Mulheres: o Grupo como Dispositivo, relacionada aos grupos de emponderamento que acontecem através do projeto de extensão ¿Direitos Sexuais e Reprodutivos: Conversando sobre Saúde. A atividade de extensão acontece desde 2009 e consiste em encontros grupais semanais nas dependências da Clínica de Estudos e Intervenções em Psicologia da UFSM. O grupo é formado por mulheres maiores de 18 anos e mediado por uma psicóloga e estudantes de Psicologia. Nesse sentido, o presente trabalho consiste na exposição e discussão sobre as possibilidades de emponderamento grupal. Os encontros são gravados sob o consentimento das participantes e, após, transcritos. Recorreu-se às transcrições dos 26 encontros de um dos grupos ocorridos no ano de 2011, de onde se destacaram as falas e expressões das participantes relacionadas aos termos empoeiramento e fortalecimento. Através da análise de tais fragmentos, percebemos que o grupo apresentou-se como um dispositivo importante para o fortalecimento das mulheres, que puderam compartilhar suas dificuldades em relação ao ser mulher atualmente e, através disso, sentiram-se mais fortalecidas. Os resultados indicam que o dispositivo grupal tem propiciado a reflexão crítica e contribuído para a transformação em alguns aspectos da condição vivenciada pelas mulheres hoje. Muito caminho ainda há de ser trilhado em direção à conscientização, mas os grupos de empoeiramento já parecem favorecer que as mulheres percebam de uma forma diferente o modo que se sentem no mundo e que suas escolhas estão amarradas a elementos culturais, principalmente no que tange aos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chave: Psicologia Social, Psicologia de grupos, Gênero, Direitos sexuais e reprodutivos, Emponderamento.

O sujeito usuário de drogas no centro de uma KULTURKAMPF: encontros dialógicos, alteridade e política

Moises Romanini

UFRGS - moisesromanini@yahoo.com

Adriane Roso

UFMS adrianeroso@gmail.com

Pedrinho Guareschi

UFRGS Pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Resumo:

O consumo de drogas nas sociedades contemporâneas tem sido moralmente reprovado, medicinalmente apreendido e juridicamente sancionado. Inúmeras situações ou fatos sociais têm nos indicado que, nesse campo, há o que Moscovici (2003) chamou de kulturkampf, ou seja, uma guerra de ideias ou de representações sobre esse fenômeno. O sujeito torna-se, ao mesmo tempo, num objeto do conhecimento e das disputas políticas e ideológicas. Acontece que é o sujeito (usuário da droga) quem está no centro desta guerra, tornando-se, portanto, o principal alvo de representações negativas. Tendo esse panorama como pano de fundo, buscou-se realizar encontros dialógicos com usuários de crack (cocaína) inseridos em Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS ad) do interior do estado do Rio Grande do Sul. Foram realizadas três rodas de conversa com 16 interlocutores, tendo a Campanha Crack, nem pensar como disparadora dos debates. Nesse trabalho, temos como objetivo refletir sobre como diferentes representações podem se encontrar e se comunicar nas esferas públicas. Esses encontros evidenciaram saberes dos usuários, para além da campanha midiática analisada: questões relacionadas ao uso e consumo, sobre a desigualdade e exclusão que sofrem em nossa sociedade, as relações entre fissura e saudade, doença e desejo, além de discussões sobre a própria política de atenção aos usuários e seus dispositivos de atenção principalmente os CAPS, Hospitais e Fazendas Terapêuticas. Tomando emprestada a noção de Arendt (2007) sobre política e do problema da alteridade em Jovchelovitch (2008), entendemos os encontros dialógicos como uma ferramenta fomentadora de laços diferenciados nos serviços de saúde já que possibilita uma reflexão sobre o próprio kulturkampf a partir da inclusão do ponto de vista dos sujeitos-usuários.

Palavras-chave: Psicologia Social; Representações Sociais; Política; Drogas; Alteridade.

Relações de gênero e diversidade sexual na luta pela terra: a participação política de militantes mulheres e gays no MST

Jáder Ferreira Leite
UFRN – jaderfleite@gmail.com
Magda Dimenstein
UFRN -

Resumo:

O presente trabalho objetivou investigar a participação política de militantes mulheres e gays no MST, bem como os processos de subjetivação decorrentes de tal participação. Para tanto, realizamos observação participante e entrevistas em profundidade com cinco militantes mulheres e três militantes gays do sexo masculino, em contextos de cursos de formação política, eventos e mobilizações do MST ocorridos nos estados do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Distrito Federal. Os resultados apontaram que a participação política das mulheres altera suas relações familiares e, conseqüentemente os papéis de gênero no interior do casal, especialmente por lançar as mulheres na esfera da vida pública, já que as mesmas passam a atuar em ações coletivas, grupos de negociação com entidades governamentais e inserem-se em atividades de direção e coordenação no âmbito do MST. Entre os militantes gays, há a vivência de um paradoxo entre a luta pelo respeito à diversidade sexual e um modelo virilizado de militância política. Tal paradoxo força o próprio movimento a considerar em seu espectro de luta aspectos dos chamados novos movimentos sociais em que demandas culturais e subjetivas são incorporadas pelo MST. Concluímos que a ampliação das lutas do MST para o campo das relações de gênero vem se dando de modo conflituoso, mas não negado, já que muitos desses e dessas militantes ocupam espaços e neles lançam questões, propõem desafios e vencem o silêncio.

Palavras-chave: Relações de gênero, Diversidade sexual, MST, Militância política

Participação política e saúde mental

Fabiane Kravutschke Bogdanovicz

Faculdade Sant'Ana fabianebolan@yahoo.com.br

Resumo:

Com o aumento da participação política da sociedade civil organizada a partir dos anos 70, devido à descrença na democracia representativa e aos novos movimentos sociais, é imprescindível que a Psicologia atente para esse fenômeno e suas consequências para o processo de individuação dos sujeitos, aquisição de maior autonomia e empoeiramento. Buscou-se aqui compreender a influência e os desdobramentos da participação política nos indivíduos e sua constituição subjetiva, bem como nos grupos de que faz parte e em sua saúde como um todo, saúde entendida como um fator biopsicossocial. O trabalho consistiu de pesquisa teórica bibliográfica contextualizando o tema e de entrevistas qualitativas semiestruturadas com participantes de espaços de Democracia Participativa, analisadas através da metodologia da Produção de Sentidos.

Palavras-chave: Democracia Participativa, Participação política, Saúde mental

Memória e identidade dos movimentos sociais na zona oeste carioca

William De Souza Vieira

UNIGRANRIO e SME-RJ – *williamdevieira@gmail.com*

Resumo:

O presente trabalho é um recorte da pesquisa que desenvolvo no curso de Doutorado em Memória Social no PPGMS da UNRIO sob a orientação da Prof. Dr^a Andréa Lopes da Costa Vieira. Apresento elementos preliminares sobre a relação existente entre memória e identidade relativo a diferentes movimentos sociais presentes na região da Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro mais especificamente bairros de Bangu, Campo Grande e Santa Cruz. A Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro consiste em uma região que abrange diversos e diferentes bairros, como por exemplo: Jacarepaguá, Campo Grande, Barra da Tijuca, Sepetiba, entre outros. Essa diferença pode ser percebida para além da questão geográfica, histórica e até cultural, ela é percebida também na maneira como a Zona Oeste encontra-se fragmentada, principalmente se compararmos bairros como Barra da Tijuca e Sepetiba, marcados por um abismo sócio econômico. Um dos objetos da pesquisa se refere aos movimentos sociais presentes nos bairros que compreendem a região de Campo Grande e Santa Cruz, e como sua prática contribuiu e ainda contribui na construção de uma identidade social. A concepção de movimento social que pretende-se trabalhar está associada às práticas diversas ocorridas ao longo do século XX e início do século XXI. Algumas ações organizadas podem ser destacadas ao longo do século XX, todas envolvendo elementos específicos da região. Lutas variadas que vão desde o desejo de se obter uma universidade pública, passando pela tentativa de manutenção de espaços de lazer, ou então ações voltadas para a educação popular e comunitária e valorização da cultura e da memória locais. Todas são importantes do ponto de vista da participação social e de uma vinculação identitária com elementos da região. A pesquisa se desenvolve no campo da relação entre a identidade construída pelos movimentos sociais pesquisados e suas memórias, tendo como ponto de partida as narrativas de seus atores e aquelas que são construídas a cerca desses movimentos. Neste trabalho apresento um panorama que visa identificar os três movimentos sociais que estão sendo pesquisados: O Núcleo Socialista de Campo Grande, O Centro de Apoio aos Movimentos Populares da Zona Oeste (CAMPO), localizado no bairro de Campo Grande e o Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica (NOPH) localizado em Santa Cruz..

Palavras-chave: *Memória, Identidade, Movimentos Sociais, Zona Oeste*

Saúde e espiritualidade: a procura de uma relação

Marcia Douetts Gouveia

Univali — marcia_douetts@hotmail.com

Marilourdes Mafra

Univali -

Maria Gloria Dittrich

Univali -

Resumo:

Com o objetivo de provocar uma reflexão em torno da relação entre espiritualidade e saúde, representativa de uma grande demanda em pesquisa na atualidade, intentou-se a produção de um artigo a partir do pensamento de Viktor Emil Frankl, na Logoterapia, que descreve-se sua concepção desta relação. Para tanto buscou-se desvelar a concepção de espiritualidade e de saúde em Frankl, chegando a relação que se estabelece entre as duas categorias. O presente trabalho caracterizou-se por uma pesquisa teórica e para chegar aos objetivos propostos foram selecionados artigos e textos considerados relevantes dos últimos dez (10) anos que possuíam o conteúdo procurado relacionado aos descritores: ser humano, saúde e espiritualidade, ligados ao pensamento de Frankl, além das obras do autor disponíveis em português e espanhol. Como resultado a pesquisa apontou para o entendimento de que no pensamento de Frankl há uma relação direta entre a vivência da espiritualidade e a saúde. A espiritualidade entendida em sua dimensão ética ou valorativa, além da religiosa, é compreendida como a vivência no concreto da dimensão espiritual e tem consequências quanto à significação da existência e esta é condição essencial para a condição da saúde integral do ser humano.

Palavras-chave: Saúde, espiritualidade, ser humano



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações Orais

Eixo- Consciência política e cultura política

Atividade de ensino/extensão em gênero, políticas públicas para mulheres e HIV/Aids como espaço de ação política

Adriane Rubio Roso

UFSM adrianeroso@gmail.com

Verônica Bem Dos Santos

UFSM v_bem@yahoo.com.br

Resumo:

A atividade Estudos em Psicologia Social: Olhares sobre Gênero, Políticas Públicas para Mulheres e HIV/Aids, integrante do projeto de ensino e extensão Psicologia Social, Cinema e Saúde: Círculo de Estudos e Análise Crítica Compartilhada de Filmes/Documentários, registrado no Gabinete de Projetos (GAP) sob o nº 029916 ligado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP) da UFSM é apresentada nesse trabalho como um recurso para promoção do empoeiramento e reflexão política. Participam da atividade um grupo de nove pessoas, entre eles acadêmicos e profissionais da psicologia, além de uma mediadora, mestranda do PPGP, e uma professora coordenadora. Atualmente em sua primeira fase de execução, denominada Círculo de Estudos, a atividade visa preparar os participantes para, em uma segunda fase chamada de Análise Crítica Compartilhada de Filmes/Documentários, promoverem uma interlocução entre academia e comunidade no debate e reflexão crítica sobre as temáticas abordadas: gênero, políticas públicas e HIV/Aids. A segunda fase de execução da atividade deverá ser desenvolvida com o auxílio de recursos fílmicos. Desde o mês de abril de 2012 o grupo vem desenvolvendo estudos e discussões através da leitura de textos teóricos e análise de filmes e documentários. As temáticas abordadas até o momento foram feminismo e relações de gênero, políticas públicas e saúde pública. A discussão e reflexão acerca dessas temáticas importantes, tanto para a formação em psicologia, quanto para o emponderamento dos sujeitos, carece de presença nos currículos acadêmicos atuais. É nesse sentido que percebemos a atividade aqui descrita como um importante espaço de ação política. Além das afetações geradas nos participantes da atividade, no sentido de promover mudanças nos modos de pensar e agir, também em espaços comunitários situados para além dos muros da academia, as pessoas terão a oportunidade de refletirem criticamente sobre tais temáticas.

Palavras-chave:

Psicologia Social, Formação em Psicologia, Ação Política

Mulheres e a produção de subjetividade: EJA e cidadania

Fani Averbuh Tesseler

UERGS - *fani-tesseler@uergs.edu.br*

Martha Giudice Narvaz

UERGS – *marthanarvaz@hotmail.com*

Sita Mara Lopes Sant'anna

UERGS – *sita-santanna@uergs.edu.br*

Resumo:

Os aspectos apontados neste texto tem por objetivo contribuir para a compreensão e problematização da mulher que, hoje adulta, procura a Educação de Jovens e Adultos no Estado do Rio Grande do Sul. Procura-se refletir sobre as transformações das posições por elas assumidas, a partir do lugar determinado da hereditariedade, do nome do pai, da tradição, da autoridade até a estruturação de uma subjetividade que se individualiza cada vez mais, desde a tensão com a figura instituidora do eu na família: o homem. A História da Educação de mulheres no Rio Grande do Sul, desde o processo de urbanização importa nessa relação, pois o lugar da mulher é cada vez mais ocupado por instâncias sociais e sentidos diversos. Delimitam-se os processos concretos de implantação da educação, com ênfase em EJA como sistema público, bem como a história da educação de mulheres e dos lugares por elas ocupados na sociedade, tendo em vista a construção de espaços de cidadania e de distribuição de sentidos e modelos para a produção de subjetividades engendradas no feminino....

Palavras-chave: Mulheres, eja, produção de subjetividade e cidadania

Políticas públicas de atividade física no período nacional desenvolvimentista brasileiro (1946-1964): análises e reflexões

Eduardo Mosna Xavier
USP / EACH - eduardo.xavier@usp.br
Marco Antônio Bettini De Almeida
USP -

Resumo:

O Período Nacional Desenvolvimentista Brasileiro (1946 a 1964) foi marcado pelo pujante crescimento industrial, além de uma sensível inversão populacional do eixo rural para o urbano. Essas transformações mobilizaram o governo a instituir políticas públicas que possibilitassem uma administração desse novo cenário. Nesse contexto, a atividade física (apesar da inexistência de uma pasta gerencial específica) também foi contemplada com algumas medidas que destacaram esse período do Estado Novo e projetaram a compreensão e a realização do movimento humano para o esporte e a saúde durante o Regime Militar. O Governo criou os Serviços Sociais, com ênfase no fomento de estratégias de formação e preenchimento do tempo livre dos industriários e comerciantes, concebendo uma estrutura que ofertava não apenas atividade física e esporte como, também, espaços de socialização política peculiares em ambientes de congregação com a realização do movimento. A Educação Física Escolar era realizada sobre a égide das doutrinas higienistas, com uma significativa variação de predomínio da Escola Francesa (baseada na calistenia) para a Escola Americana (pautada no ensino dos esportes), iniciando uma degradação do papel do professor dessa disciplina, que passa a exercer um papel secundário nessas aulas, interferindo apenas como árbitro nos jogos. Assim, o Nacional Desenvolvimentismo foi um período marcante para a concretização de desejos do Estado no tocante ao uso da atividade física como um instrumento de política pública, apesar das medidas ocorrerem de forma indireta, sem a valorização percebida na contemporaneidade.

Palavras-chave:

Nacional Desenvolvimentismo, Políticas Públicas, Atividade Física, Serviços Sociais, Educação Física Escolar.

Governar-se para quê? As práticas de gestão dos empreendimentos econômicos solidários

Luiz Felipe Barboza Lacerda
UNISINOS- UEA – luizpsico@hotmail.com

Resumo:

Frente a atual crise econômica, social e ambiental que ganha proporções globais nos deparamos com a fragmentação da sociedade salarial (CASTEL, 1997). Os direitos sociais, cívicos e políticos outrora atrelados ao salário e seu status perdem sua dimensão concreta colocando em situação de vulnerabilidade grande parte da população mundial. Tal vulnerabilidade acarreta no que Santos (2007) denomina produção de ausências, produzidas pela lógica hegemônica de uma Razão Indolente que além de excluir pessoas e processos alternativos peca na própria autocrítica de seus processos e limites. Frente a este quadro mostra-se imperativo uma psicologia social que faça emergir tais ausências, que de visibilidade e inteligibilidade as possíveis alternativas. Entre estas, cada vez de forma mais articulada e politicamente importante a Economia Solidária (ECOSOL), no Brasil, se destaca por seus princípios cooperativos, ecológicos, solidários e autogestionados. Este trabalho fruto de um processo dissertativo de Mestrado, busca analisar uma destas experiências da Ecosol, que se denomina Cadeia Produtiva de Algodão Ecológico Justa Trama. A Justa Trama apresenta sua relevância na medida em que se caracteriza como a primeira e mais extensa cadeia produtiva da Ecosol em nosso país, totalmente gerida pelos trabalhadores, com enfoque solidário e sustentável, unindo atores de diversos segmentos e de diferentes regiões do Brasil sob a mesma marca. A análise da Cadeia foi realizada sob três aspectos: Gestão da Cadeia Produtiva, Desenvolvimento Local e os processos de subjetivação dos trabalhadores envolvidos nessa diferenciada proposta laboral.

Palavras-chave:

Economia Solidária, Cadeia Produtiva, Subjetividade, Trabalho.



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações Orais

**Eixo- Educação políticas públicas e
inclusão social**

Educação física escolar no nacional desenvolvimentismo brasileiro: análises, reflexões e predominâncias

Eduardo Mosna Xavier
USP/ EACH - eduardo.xavier@usp.br
Marco Antônio Bettini De Almeida
USP

Resumo:

O Nacional Desenvolvimentismo brasileiro (período compreendido entre 1946 e 1964) sedimentou a disciplina de educação física escolar, implantada durante o Estado Novo. As escolas de ginástica predominavam como principais instrumentos pedagógicos para o ensino da atividade física nos bancos escolares, materializados por 03 filosofias amplamente difundidas. A escola francesa disciplinava o uso de exercícios calistênicos com o objetivo de manter a saúde e a disciplina dos alunos. A doutrina alemã utilizava a corporeidade como instrumento de manifestação do poder nacionalista. Já, o tecnicismo norte americano vislumbrava nos esportes o melhor mecanismo de propagar a prática de atividades físicas entre crianças e adolescentes. A interferência do Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa (INEP), que maximizou a propagação do americanismos e de suas linhas pedagógicas de ensino, refletiu diretamente no predomínio dessas doutrinas. Dessa forma, a majoritária escola francesa de atividade física cedeu um expressivo espaço ao tecnicismo norte americano, modificando a sistemática do ensino de educação física escolar, que passou a valer-se do esporte como principal ferramenta de ensino, ideal que persiste até os dias atuais.

Palavras-chave: Nacional Desenvolvimentismo, Educação Física Escolar, Escolas de Ginástica, Método Francês, Doutrina Alemã, Tecnicismo Norte Americano.

Políticas públicas e cidadania – o caso do PRONASCI

Israel Kujawa

UFRGS – israel@imed.edu.br

Mauro Gaglietti

MED -

Pedrinho Guareschi

UFRGS – Pedrinho.guareschi@ufrgs.br

Gabiele Albuquerque Silva

MED

Marciana Zambillo

MED

Resumo:

O PRONASCI (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) é desenvolvido pelo Ministério da Justiça e se caracteriza por articular ações preventivas de segurança, buscando atingir as causas que levam à violência. Pode-se separar, como exemplo, a cidade de Passo Fundo (RS), onde se iniciou em 2009, com a implantação de diversos projetos sociais (Justiça Comunitária, Proteção, Mulheres da Paz e Gabinete de Gestão Integrada Municipal - GGI-M) que podem ser entendidos como embriões de políticas públicas. Tais projetos inserem-se no paradigma da complexidade, inspirando-se em autores como Luis Alberto Warat. A metodologia utilizada pelos diversos projetos na coleta de dados e intervenção se baseia na construção dialogal de alternativas aos problemas propostos. Entre os resultados, podem ser contabilizados o envolvimento da comunidade e a valorização das pessoas que residem na periferia da cidade, por intermédio da: a) mediação de conflitos, com a qualificação de 20 lideranças sociais que enfatizam o papel dos sujeitos que protagonizam conflitos, na solução/encaminhamento dos mesmos; b) qualificação integral de 160 jovens em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua cidadania e autoestima; c) qualificação de 160 mulheres como lideranças sociais com a função de propagar a paz social; d) integração, monitoramento e adequação em projetos de prevenção, como os territórios da paz. Dentre as metas do conjunto dos projetos, está a consolidação de uma nova cultura de gestão e cidadania, onde a aproximação e integração entre instituições - em especial as instituições educacionais, a gestão e as lideranças sociais - se consolidem crescentemente.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Justiça Comunitária, Emponderamento, Autonomia.

Exclusão/inclusão social: políticas públicas de acolhimento institucional dirigidas à infância e juventude

Vinícius Furlan

UNIMEP – vcfurlan@unimap.br

Telma Regina De Paula Souza

UNIMEP- trsouza@unimep.br

Resumo:

Com a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, foram instituídas mudanças nas políticas públicas sociais referentes ao acolhimento institucional. Visando compreender a realidade de um abrigo de acolhimento institucional, esta pesquisa teve por objetivos: 1) compreender a realidade de um dos abrigos em Piracicaba, confrontando-a com as diretrizes nacionais previstas no 'Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária' (2006), com as 'Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes', formuladas pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (CONANDA) e pelo Conselho Nacional de Assistência Social (2009), e com a Lei 12.010; e 2) compreender os sentidos das ações dos profissionais que atuam nesse abrigo a partir do que pensam sobre a realidade do abrigamento e sobre seu próprio trabalho no abrigo. Para isso, foram realizadas observações em lócus, entrevistas semidirigidas com os funcionários do abrigo e pesquisa documental. O principal fator que tem motivado o abrigamento é a situação de envolvimento dos familiares com as drogas, seja como usuário ou com o tráfico. O abrigamento revela, não apenas a violação dos direitos da criança e adolescente por parte das famílias, mas também do Estado que não garante o direito à convivência familiar, e também a violação dos direitos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade devido à lógica excludente da estrutura social. A falta de investimento em medidas alternativas, em momentos de fragilidade de sua família natural, mantém o modelo institucional, que comporta um significado social estigmatizante, impõe aos abrigados uma identidade pública depreciativa e vitimizante. A realidade do abrigamento é marcada pela Exclusão Social, pois os abrigos revelam-se como o lócus da pobreza e da desvalorização social que, ideologicamente, é camuflada na estigmatização das famílias.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Criança e Adolescente; Família; Abrigo; Políticas Públicas.

Democratização do acesso à leitura e à informação: a construção coletiva de um equipamento cultural

Jacira Gil Bernardes

UNILASALLE – jaciragb@ufrgs.br

Aline Accorssi

UNILASALLE – alineaccorssi@gmail.com

Resumo:

No presente trabalho buscamos relatar o desenvolvimento de um processo coletivo e participativo de democratização do acesso à leitura na Casa das Juventudes, integrante do Projeto Territórios de Paz, no Bairro Guajuviras, Canoas. A Casa das Juventudes é um centro de formação e espaço de convivência, onde funciona o PROTEJO (Proteção de Jovens em Território Vulnerável), projeto social voltado para jovens em situação de violência e outras formas de vulnerabilidade social. Amparamo-nos na teoria de Paulo Freire para o desenvolvimento do trabalho na área da Educação Popular. A abordagem metodológica está orientada pelos pressupostos da pesquisa qualitativa, através da Pesquisa-ação. Os resultados preliminares indicam que a leitura faz parte da vida cotidiana dos jovens, uma vez que os mesmos expressam interesse e iniciativa em ter contato com livros e informações em geral. O acesso à leitura é dificultado em seus cotidianos, por vários motivos tais como: ausência de bibliotecas públicas; equipamentos e espaços culturais públicos inadequados, ou por demais suntuosos, em relação à realidade social em que estes jovens estão inseridos. O não acesso à informação configura-se mais pela falta de acervo adequado nas bibliotecas, associado ao alto custo para a aquisição de livros, do que a falta de interesse pela prática da leitura. Os jovens tem demonstrado vontade de participar da construção de um equipamento cultural na Casa das Juventudes ou no bairro, desde que contemple seus desejos e motivações implicando em um acervo que contenha diferentes tipos de materiais tais como: histórias em quadrinhos, mangás, Cds, filmes e livros de literatura estrangeira, em especial referente à cultura japonesa, mitologia e juvenil. Tendo em vista que este trabalho está inserido em um mestrado profissional e que, portanto, pode gerar um produto final, esperamos instalar, de modo participativo, um equipamento cultural que possibilite o acesso à leitura pelos jovens.

Palavras-chave:

Leitura; Juventude; Educação popular; Equipamento cultural; Biblioteca.

A cultura de paz como uma proposta Metodológica de prevenção à violência

Felipe Ferreira Lopes

FACOS – felipegarrai@hotmail.com

Stellen Giacomelli Rodrigues

FACOS - telly_gr@hotmail.com

Giseli Paim Costa

IFRS – giseli.costa@restinga.ifrs.edu.br

Resumo:

Esse texto é resultado de uma intervenção em escolas públicas, a partir da perspectiva da Cultura de paz e da não violência em duas escolas na Restinga (em Porto Alegre-RS) e em duas escolas em Medianeira (em Osório-RS). A violência hoje é um assunto que faz parte das discussões do nosso cotidiano, em todas as esferas da nossa vida social e, principalmente, na escola. Uma das variáveis fundamentais para se compreender o crescente aumento da violência da sociedade brasileira não é apenas a desigualdade social, mas o fato desta ser acompanhada de um esvaziamento de conteúdos culturais, particularmente, os éticos e de cultura de paz, nos sistemas de relações sociais. A Cultura de Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância, solidariedade e compartilhamento em base cotidiana, uma cultura que respeita todos os direitos individuais. A cultura de paz procura resolver os problemas por meio do diálogo, da negociação e da mediação, de forma a tornar a violência inviável. Tolerância, democracia e direitos humanos - em outras palavras, a observância desses direitos e o respeito pelo próximo - são os valores sagrados para a cultura de paz. É uma iniciativa de longo prazo que deve levar em conta os contextos histórico, político, econômico, social e cultural de cada ser humano. A cultura de paz pode indicar a vivência da cidadania ativa. Acreditamos que é no contexto das escolas, que os profissionais da educação passam a se constituir numa escuta privilegiada dos jovens e das famílias, muitas vezes, isolados de uma rede de solidariedade. Em meio à multiplicação das demandas por cuidados, é através destas questões essenciais, que precisamos refletir sobre o papel da escola frente a estes fenômenos. A escola e seus profissionais formam um universo capaz de propiciar o desenvolvimento do sujeito, bem como de criar condições para que ocorram aprendizagens significativas e interações. Cada sujeito apresenta um universo próprio, tornando necessário que o estabelecimento dos espaços interativos, no contexto educacional, seja orientado a promover relações de troca, de esforços partilhados na construção de soluções comuns, para o alcance dos objetivos coletivos. Dado esse contexto, apresentamos o objetivo geral da pesquisa, qual seja a proposição de um conjunto de ações para implementar a cultura de paz e de não violência nas relações interpessoais junto à comunidade escolar nas escolas pesquisadas. A perspectiva metodológica adotada é a Pesquisa Participante. Os sujeitos da pesquisa são os respectivos membros dessas comunidades escolares como: os professores, alunos, equipe diretiva, pais e funcionários. Como

resultados esperados pretendemos conhecer o processo de construção de uma cultura de paz e não violência nas escolas proponentes, estabelecendo coletivamente estratégias que visam acabar ou coibir a violência no contexto escolar. A partir das análises preliminares dos questionários já aplicados e de algumas entrevistas já realizadas, podemos inferir que há uma receptividade em relação à proposta da pesquisa. Os professores, na sua grande maioria, entendem que é importante desenvolver discussões, estudar a temática, entender o fenômeno, bem como pensar coletivamente ações que possam ajudar a minimizar as situações de violência. Identificamos que os professores estão sensibilizados a construir coletivamente ações para implementar a cultura de paz e de não violência nas relações interpessoais junto à comunidade escolar. Posteriormente, pretendemos promover cursos de extensão voltados para a formação continuada de professores na perspectiva da Cultura de Paz e não violência...

Palavras-chave: Cultura de paz, violência, escolas, cidadania

Estudo sobre egressos traça uma radiografia da UERGS

Rodolfo Ludwig

UERGS – rodolfoludwig@hotmail.com

Aline Reis Calvo Hernandez

UERGS – alinehernandez@hotmail.com

Sueli Souza Dos Santos

UERGS – sueli-santos@uergs.edu.br

Resumo:

A pesquisa tem como principais objetivos traçar o perfil sociodemográfico e profissional dos egressos da UERGS; avaliar as necessidades e demandas emergentes apresentadas pelos egressos quanto à formação e analisar as dificuldades apresentadas junto ao mercado de trabalho. A metodologia utilizada foi quantitativa, sendo que o instrumento aplicado à coleta de dados foi um questionário estruturado e fechado contendo 20 (vinte) variáveis acerca do perfil sócio demográfico, qualidade da formação, inserção e aderência ao mercado de trabalho, imagem profissional, importância do curso para região, desenvolvimento regional e formação continuada. Os questionários foram enviados à todos os egressos por meio eletrônico, redes sociais, além da divulgação da pesquisa no site da universidade. A pesquisa ainda está em andamento e estima-se alcançar 10% do total de egressos da Universidade, ou seja, aproximadamente 300 participantes. Através das respostas obtidas foi organizado um banco de dados no programa Microsoft Office Excel 2010. As análises foram realizadas através de gráficos de percentuais, análises de médias e correlação entre variáveis. A sistematização dos dados aponta 5 eixos de análise: I) Perfil sócio demográfico, II) Formação acadêmica, III) Imagem profissional e mercado de trabalho, IV) Formação x desenvolvimento regional, V) Formação continuada. Neste SIEPEX apresentaremos os três primeiros eixos de análise. De forma geral, a UERGS mostrou-se bem diversa em suas características regionais e os dados fornecem informações de extrema relevância para que a universidade possa formular políticas estudantis que sejam realmente efetivas para toda a comunidade acadêmica, com vistas à melhoria da qualidade de ensino e preparação dos egressos para o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Egressos. Desenvolvimento Regional. Mercado de Trabalho. Formação.

Demandas dos egressos da UERGS no mercado de trabalho e profissão

Victor Manuel Coronel Flores

UERGS accvictor@gmail.com

Maira de Andrade Peixoto

UERGS - mairapeixoto@hotmail.com

Aline Reis Calvo Hernandez

UERGS - alinehernandez@hotmail.com

Sueli Souza Dos Santos

UERGSsueli-santos@uergs.edu.br

Resumo:

Após o levantamento e análise dos dados quantitativos da pesquisa "Dez anos de existência: a UERGS quer saber onde estão e o que fazem seus egressos" observou-se a necessidade de realizar uma análise qualitativa, junto aos alunos egressos, pois muitos dos questionários respondidos apresentavam informações que ultrapassaram o limite da pesquisa quantitativa, evidenciando a necessidade de explorar e aprofundar algumas análises. Muitos alunos acrescentaram aos questionários informações relativas às suas percepções, opiniões e adicionavam comentários às questões abordadas. Assim, elaboramos a pesquisa "Avaliação dos Impactos dos Cursos da UERGS no Desenvolvimento Regional e Análise das Demandas dos Egressos", com enfoque qualitativo e que está em andamento. As análises das informações qualitativas, sistematizadas até o momento, foram divididas em 06 (seis) categorias analíticas, quais sejam: Formação, Governo, Mercado e Profissão, Formação Continuada, Histórias de Vida e Sugestões. A categoria mais densa foi "Mercado e Profissão" e a categoria mais periférica foi "Governo". Como resultados, observamos que a região II se destaca como a que mais aportou em termos qualitativos à pesquisa. A região VII foi a com menor participação. A categoria "Mercado e Profissão" têm como definição relatar as dificuldades e sucessos que passam ou passaram no mercado de trabalho e na profissão. Os principais resultados dessa categoria apontam que existem conflitos entre as titulações de graduação que dificultam a inscrição nos conselhos profissionais, aspecto que obstaculiza o ingresso dos egressos no mercado de trabalho. Além de críticas direcionadas ao próprio governo do Estado pela falta de investimentos e de absorção dos formados pela UERGS em seus editais de concursos.

Palavras-chave: Egressos, Profissão, Titulação, Mercado de trabalho.

Implementação de capacitação para servidores públicos: projetos sociais

Stella Gomes Bittencourt
FDRH- stella.luzdalua@gmail.com

Resumo:

A proposta do curso de elaboração de projetos sociais e SICONV da Rede Escola de Governo e o objetivo de atendimento das demandas de políticas públicas estabelecidas. Origens e experiências. A metodologia de trabalho de aulas presenciais e atividades não presenciais. Tendo em vista as atividades desenvolvidas e seus efeitos, salienta-se a necessidade de consolidação e reestruturação de capacitação para captação de recursos para projetos sociais.

Palavras-chave: Projetos sociais, capacitação, captação de recursos.

Uma reflexão acerca da frequência escolar

Maria Aparecida Cunha Malagrino Veiga
USP/ EACH

Resumo:

Quanto mais esquecido de si mesmo está quem escuta, tanto mais fundo se grava nele a coisa escutada. Walter Benjamin Este trabalho estudou a questão da irregularidade na frequência escolar de alunos da 2ª série do Ensino Fundamental I de uma escola pública na cidade de São Paulo. Objetivou conhecer o valor atribuído à escola por pais ou responsáveis. Apontamos ainda que, a escolha dos sujeitos da pesquisa se deu por compreendermos a existência da autonomia relativa desses alunos e a influência familiar na transmissão de valores. Sem a intenção de esgotar o assunto, apoiou-se em três questões: a) a legitimidade histórica da Instituição escolar na transmissão de valores; b) a política social nos programas de transferência de renda e seus condicionantes; e c) a formação de valores. Por metodologia serviu-se da análise documental e análise de discurso. Com efeito, constatou-se que a irregularidade na frequência escolar está atrelada com a valoração que os pais ou responsáveis atribuem à escola. .

Palavras-chave: Frequência, escola, aprendizagem, políticas públicas, valores



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações Orais

**Eixo- Memória coletiva, violência política e
direitos humanos**

Mulheres e homens, uma parceria possível?

Elianara Corcini Lima

UNILASALLE

Aline Accorssi

UNILASALLE - alineaccorssi@gmail.com

Resumo:

Pelos vários ângulos que olhamos a relação entre homens e mulheres a contraposição se apresenta. Na análise sociológica de Bourdieu, ele apresenta a divisão social sendo construída com base na divisão dos sexos. A sociedade se organizando hierarquicamente, de cima para baixo, do forte para o fraco, do homem para a mulher. A organização social se faz presente nas representações simbólicas e assim permeando as diversas áreas do conhecimento humano: economia, psicologia, religião, educação, etc. Se pensamos e nos organizamos hierarquicamente fluímos para construção de formas de como manter a ordem, o poder. Poder como força de manutenção do estabelecido, de submissão do outro, de conflito e exercido na realidade concreta ou na sua forma simbólica. A relação hierárquica se estende as relações privadas entre homens e mulheres desenvolvendo condições para conflitos, violência. O conflito costurando a história da humanidade e as situações vivenciadas cotidianamente nos ambitos público e privado. Partindo da afirmação que os seres humanos são seres culturais seria possível pensarmos a existência de uma forma de organização social não construída na base do conflito, da submissão de um ser humano pelo outro? O ser humano seria capaz de organizar-se de outra forma? O presente trabalho tem como objetivo realizar uma aproximação com a Teoria da Transformação Cultural apresentando como possibilidade de análise uma organização social baseada na parceria entre homens e mulheres. A mudança nas relações, sem escalonamento, orientaria a tecnologia para fins pacíficos, o poder para maior desenvolvimento individual, mais capaz, um sistema econômico voltado para o cuidado, sustentar a vida. Esta teoria está no livro O cálice e a espada, de Riane Eisler, pensando as relações entre mulheres e homens de outra perspectiva.

Palavras-chave: Mulheres, homens, Teoria da Transformação Cultural, parceria, organização social

Mulheres cantadas. Dez décadas de instantâneos femininos na música popular brasileira

Maristela Bleggi Tomasini
UNILASALLE - mtomasini@cpovo.net

Resumo:

A música é uma linguagem que transmite ideias, prestando-se a descrever e mesmo a criar o objeto de sua inspiração. Registra memórias, especialmente coletivas, repercutindo na sociedade com a qual interage. A música brasileira não foge a este contexto. A mulher, como inspiradora de diversas canções populares, do ponto de vista de tais narrativas, assume diferentes formas e conteúdos dentro do quadro social, econômico e cultural em dado tempo e lugar. Este artigo, portanto, procura descrever e problematizar como a mulher tem sido retratada na música popular brasileira ao longo das últimas dez décadas, propondo-se ao exame desses sucessivos retratos no contexto sócio histórico no qual surgem, a partir das músicas mais representativas. Cada década, a contar de 1920, é contextualizada do ponto de vista econômico, político, cultural e social como pano de fundo às letras. Ao lançar-se um rápido olhar sobre o período analisado, é possível apontar, no Brasil, verdadeiros modelos de feminilidade, modelos que exaltam Amélias e Marinas, ora pisando em astros distraídas, ora desfilando seus corpos dourados sob o sol de Ipanema. Tais discursos desenham diferentes e contrastantes matizes e projetam femininos de época que têm muito a dizer. Essas mulheres cantadas foram descritas por homens, cuja imaginação elas fecundaram. Tais retratos, associados às mudanças sociais, mostram um feminino que ganha cada vez mais corpo e substância. A contemporaneidade é glandular, assimila o feminino a um objeto que se consome por prazer. Do presente emerge uma mulher que se presta ao gozo objetivo, aqui e agora, imediato, que muito se distancia da imagem inicial, divina e graciosa, associada à sublimidade, à utopia de uma posse antes apenas sonhada.

Palavras-chave: Gênero, mulheres, música popular brasileira, memória coletiva.

A constituição de identidades a partir de um contexto de violência doméstica

Tatiane Nascimento De Borba
UERGS - eh.tatiane@hotmail.com
Helena Venites Sardagna
UERGS

Resumo:

Este trabalho discute a constituição das identidades a partir de um contexto de violência doméstica, cujas informações foram coletadas em oficinas elaboradas para a contextualização do local de pesquisa do projeto que objetiva analisar a prática docente com crianças vítimas de maus tratos. As oficinas demonstraram que as crianças dos quintos anos de uma escola pública do Litoral Norte Gaúcho vivem em um contexto de violência doméstica, e a partir dessas relações vão se estabelecendo as concepções de gênero, bem como vão se constituindo as identidades das crianças.

Palavras-chave:

Palavras-chave: Violência Doméstica, Gênero, Identidade, Educação.

A diversidade étnica nas políticas públicas em saúde

Mônica De Castro Valério
UNILASALLE

Resumo:

Pelo IBGE, em 2010, 97 milhões das pessoas se declararam pretas ou pardas. O perfil é de pessoas jovens, com mais filhos, estão em situação de pobreza socioeconômica intensa e exposta à mortalidade por causas externas. Reconhecendo o processo de aculturação dos escravos africanos até os dias atuais, em que os preconceitos étnicos ainda não foram superados, o governo e sociedade civil elaboraram o Programa de Atenção Integral População Negra (PAIPN) em 2007. Este programa busca favorecer um processo que desconstrua estigmas e preconceitos, fortaleçam a identidade negra e contribuam para a redução das vulnerabilidades, especialmente no campo da saúde. Frente à observação das reivindicações sobre as desigualdades étnicas nos Conselhos de Saúde, este trabalho objetiva analisar o PAIPN assegurando o cumprimento da atenção à saúde nas três esferas de gestão: Municipal, Estadual e Federal. Esta pesquisa, que ainda está em desenvolvimento, divide-se em duas etapas. Primeiro analisamos os documentos e programas de Atenção integral que apresentam metas e propostas visando diminuir índices negativos que prevalecem na população negra, como alta taxa de mortalidade e a baixa expectativa de vida. Num segundo momento, a partir de uma abordagem qualitativa, entrevistamos profissionais de saúde nas Unidades Básicas do Município de Canoas com o maior número de atendimentos diários. As conclusões parciais ressaltam que os princípios do SUS existem para nortear o funcionamento estrutural e ascendente, conforme o nível de complexidade, agregando transversalidade em diferentes políticas de saúde. A nova concepção sobre saúde evidencia que a ausência de doença não é suficiente para determinar o nível de bem-estar da população, mas um conjunto de fatores como interação do indivíduo com o meio físico, socioeconômico e cultural.

Palavras-chave: população negra; sistema único de saúde; políticas públicas, pobreza, gestão na saúde.

De Zazá (anos 30) a Zuzu (anos 70): a valentia das mulheres enfrentando ditaduras

Lucia Silva e Silva

UERGS

Martha Giudice Narvaz

UERGS - marthanarvaz@hotmail.com

Fani Averbuh Tesseler

UERGS- fani-tesseler@uergs.edu.br

Resumo:

O presente trabalho tem por objetivo analisar o envolvimento de mulheres na resistência ao arbítrio do Estado e em iniciativas revolucionárias visando a transformação da sociedade brasileira. Para falar da relação das mulheres com as ditaduras brasileiras vasculhamos obras sobre algo que poderíamos denominar vagamente de luta armada, mas que abrange um rico manancial de informações sobre a atuação de governos que se distanciaram do Estado de Direito. A consequência da participação nos eventos marcantes do enfrentamento da ditadura getulista, principalmente nos momentos anteriores ao estabelecimento do Estado Novo e após o fracasso da denominada Intentona Comunista, de 1935 a 1937; e nas duas décadas de domínio do Regime Militar, entre 1964 e 1984, principalmente até o final dos anos 70, foi sempre drástica, dolorosa, marcada pelo desejo das autoridades de arrasar moral, afetiva e psicologicamente os adversários que buscavam subverter a ordem estabelecida. Priorizamos as mulheres, enfocando a história pessoal reconstruída através da literatura, de notícias, de depoimentos, enfim, de memórias daqueles que, de uma forma ou de outra, se relacionaram com um grupo representativo de portadoras do que chamamos de valentia. A sequência começa com Patrícia Galvão, a Pago, Zezé no âmbito familiar e termina com Zuleika Angel, a Zuzu, mãe de Stuart, torturado até a morte em 1971. A estilista de carreira internacional buscou autoridades e personalidades do mundo inteiro para esclarecer a morte do filho, sendo ela mesma, por fim, vítima de um acidente, em 1976. Entre ambas, surgem outras histórias como a da deportação de Elise Ewert para ser entregue aos nazistas, em 1936, a ação das mulheres guerrilha do Araguaia, no início dos anos 70 e sobre a sobrevivente da casa da Morte. A conclusão põe em confronto a coragem dessas mulheres com a dor provocada por agentes a serviço do Estado no Brasil.

Palavras-chave: Mulheres, ditaduras, tortura, direitos humanos, memória

As políticas públicas de habitação no Brasil e suas implicações subjetivas na comunidade

Yasmine Fernandes Maggi

PUC - yasmine.maggi@acad.pucrs.br

James Ferreira Moura Junior

UFRGS - jamesferreirajr@gmail.com

Jorge Castellá Sarriera

UFRGS

Letícia Tauceda Magdaleno Nunes

UFRGS

Stéphanie Strzykowski E Silva

UFRGS

Resumo:

A partir do final do século XIX o paradigma da modernidade e progresso produz novas formas de sociabilidade nos espaços urbanos, mas também exacerba os processos de exclusão e empobrecimento da população. No Brasil esse processo se materializa através das habitações precárias no centro das cidades vem a agravar-se com reformas urbanas higienistas. O modelo de desapropriações e remoções segue sendo reproduzido à medida que muitas vezes prevalecem as políticas que levam as comunidades para longe dos olhares da sociedade, em grandes conjuntos habitacionais padronizados que não dialogam com o passado da comunidade, esvaziando seus significados e massificando as formas de pensar e agir socialmente. Assim, se negam possibilidades alternativas de convivência e mobilidade da população (GOMES & PELEGRINO, 2005). Apesar da desconsideração dos aspectos subjetivos inerente a esse modelo de habitação, as comunidades encontram meios de identificar-se com esses espaços, através da produção de novos e criativos sentidos, e pela ação afetiva, ética e política que rompa com a rigidez desses espaços (PONTE et al, 2009). A partir de uma pesquisa bibliográfica de artigos científicos, este trabalho tem como objetivo analisar possíveis implicações psicológicas das políticas habitacionais que estão sendo desenvolvidas, pois ainda que novas políticas visem a maior participação e permanência da comunidade no lugar onde se constitui, constata-se que um modelo de habitação popular perverso ainda contribui para a exacerbação da vulnerabilidade dessas comunidades. O processo de apropriação e significação que transforma espaço em lugar de memória não pode ser reduzido a uma questão de ocupação física. Deve-se refletir sobre como se constroem significados a partir da materialidade e produzem o reconhecimento dos espaços como lugares de história, cultura e identidade. Assim, as políticas habitacionais devem respeitar a memória coletiva positiva do lugar como geradora de movimentos de mobilização, relações comunitárias e processos de fortalecimento e conscientização.

Palavras-chave: políticas habitacionais, identidade de lugar, memória coletiva, apropriação dos espaços, comunidade

Mulheres no cárcere: transgressão e invisibilidade

Simone Regina dos Reis Nunes
ABRAPSO - simone.reis.nunes@hotmail.com
Graziela Cucchiarelli Werba
ABRAPSO - grazielawerba@terra.com.br

Resumo:

Este artigo pretende discutir a criminalidade feminina a partir de seu protagonismo na transgressão, questionando a ideia de que as mulheres transgridem em função de suas relações afetivas com uma figura masculina. O Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial Reorganização e Reformulação do Sistema Prisional Feminino (2007) dá conta de que o perfil da mulher presa no Brasil é de mulheres jovens, mães solteiras, afrodescendentes e, na maioria dos casos, condenadas por envolvimento com tráfico de drogas, sendo que a maioria ocupa uma posição secundária na estrutura do tráfico. As mulheres entrevistadas são detentas de uma Penitenciária Estadual Feminina do RS. Trata-se, portanto, de internas de uma instituição total, definida por Goffman (2010) como um local de rompimento das barreiras que separam as três esferas dispostas na sociedade moderna: dormir, trabalhar e ter lazer. Segundo o autor, nestas instituições às atividades diárias são rigorosamente estabelecidas por outrem, ficando as internas à mercê de um planejamento racional e rígido ao qual precisam se submeter. É inegável que a subjetividade destas pessoas sofre uma importante influência desta rotina tantas vezes cruel. Ao finalizarmos a coleta de dados, algo interessante se revelou: a maior parte das mulheres ouvidas praticou seus crimes não tendo como primeiro plano suas relações afetivas e se declarando inocente ou responsável pelos seus negócios. Estes dados despertaram nosso interesse para uma nova discussão, ultrapassando o papel secundário teoricamente desempenhado pelas mulheres na prática do tráfico. Passamos a nos questionar sobre esta nova configuração que, do lado de dentro da tese de gênero, nos impele a rediscutir os papéis exercidos por estas mulheres em sua atividade transgressora. Assim, norteamos nosso trabalho pelo seguinte questionamento: pensar que as mulheres entram na criminalidade em função dos homens poderia ser mais uma forma de invisibilizá-las.

Palavras-chave: Gênero, criminalidade feminina, invisibilidade, emponderamento, cárcere



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações orais

Eixo- Mídia e política

Política no cinema de FRITZ LANG

Luciana Helena Mussi
PUC/SP - lh0404@terra.com.br

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a relação cinema e política nos filmes do cineasta alemão Fritz Lang (1890-1976). Trazendo um pouco da história do cinema, a primeira exibição pública dos um filme (com apenas dois minutos de duração) é realizada no dia 28 de dezembro de 1895, em Paris, pelos irmãos Lumière. Ambos haviam criado o cinematógrafo, um aparelhinho capaz de exibir imagens em movimento, e são considerados os inventores do cinema. Consta, em algumas publicações, que os irmãos estavam envolvidos em manobras pró-nazistas no governo de Vichy (Estado francês dos anos 1940-1944 governo fantoche da influência nazista). Este fato, nos faz pensar que o cinema, de uma certa forma e interesse bem definidos, sempre esteve estreitamente ligado à política. Chegando ao emigrado alemão Fritz Lang, símbolo do cinema de resistência ao fascismo e nazismo, encontramos filmes notadamente antinazistas da Segunda Guerra Mundial. A primeira fase de sua carreira terminou na época em que Hitler chegou ao poder, com o filme Testamento do Dr. Mabuse, que foi proibido e confiscado pelo Ministério da Propaganda de Goebbels e desde então, considerado, entre outros filmes pelo próprio Lang, como uma alegoria antinazista. Apesar disso, Hitler, como fã de cinema, quer, por razões óbvias, ter o cineasta a seu lado na produção de filmes para o Partido Nazista. Como um irreconciliável antifascista, Lang foge da Alemanha, construindo uma carreira marcante e de personalidade fortemente política. Com o cinema de Lang percebemos que fazer cinema político é muito mais que fazer filmes com mensagem ou vender uma posição política. Um filme político deve levar as pessoas a fazer perguntas, ser provocativo, questionar pressupostos estabelecidos sobre o próprio cinema, seu papel enquanto indústria do entretenimento e espetáculo com efeitos políticos.

Palavras-chave: Cinema, Política, Fritz Lang

O Dilema Do Jornalista; Autonomia Na Profissão Ou Submissão Ao Patrão?

André Luiz Guerra Da Silva
UFRGS - andreguerras@gmail.com

Caroline Bastos Capaverde
UFCSPA

Pedrinho Guareschi
UFRGS – Pedrinho.guareschi@ufrgs.edu.br

Moises Romanini
UFRGS - moisesromanini@yahoo.com.br

Maria Isabel Nunes Lopes
UFRGS - maria.isabel@ufrgs.br

Resumo:

*Essa comunicação é fruto de resultados parciais da pesquisa **Mídia e Política Visibilidade e Poder**, que entrevistou 12 personalidades do mundo político, de senadores a vereadores, pertencentes a diferentes partidos, bem como estudiosos com larga experiência no campo da relação mídia e política. As entrevistas semi estruturadas foram analisadas com base da **Hermenêutica de Profundidade**, sob a perspectiva teórica da **Psicologia Social Crítica**. Os meios de comunicação, através da grande imprensa, desempenham papel fundamental no desenvolvimento social e político das sociedades contemporâneas. Isso porque, cada vez mais, as relações sociais, além da própria noção de realidade, são mediadas e construídas a partir desta nova variável, a mídia. Todavia, a função do jornalismo vem sendo questionada. Evidência disso é a decisão do STF de extinguir a exigência do diploma para a profissão. Isso revela a fragilidade dos jornalistas enquanto profissionais e sua debilidade em organizar-se como categoria. Como um dos achados centrais das entrevistas realizadas, foi apontada a inconsistência do jornalismo ao não expressar clareza sobre sua função social, além da subordinação dos jornalistas aos interesses econômicos, externos à sua profissão. Essa condição, segundo os políticos entrevistados, inviabilizaria que os jornalistas agissem de forma crítica e autônoma, princípios fundamentais para o exercício de uma comunicação democrática e democratizante. Então, o que restaria ao jornalismo seria o emprego do sensacionalismo exacerbado com finalidades puramente mercantis. Dessa forma, o objetivo dos jornalistas passaria a ser o de incitar e garantir o lucro dos donos da mídia, através do consumo de seus produtos midiáticos. Como consequência desse processo, os políticos, muitas vezes, tornar-se iam vítimas dessa mesma mídia ao terem seu capital simbólico ameaçado, em função de seus interesses políticos destoarem dos interesses mercantis da grande imprensa.*

Palavras-chave: Mídia, política, poder, sensacionalismo, jornalismo

A representação das mulheres migradas na televisão autonômica de catalunha

Luciana Pontes Pinto
UERGS - pontes.luciana@gmail.com

Resumo:

Desde a adesão da Espanha à União Europeia (1986), a mídia tem construído representações que, baseadas na legislação criada para controlar a circulação de trabalhadores através das fronteiras, colocam em oposição às cidadanias europeias e extracomunitária (Santamaría, 1993). Assim, os meios de comunicação representam os extracomunitários em termos de ilegalidade, pobreza, criminalidade e ignorância, facilitando uma visão das migrações como um problema que ameaça a ordem pública (Lorite, 2004; Bastida, 2006). Esse discurso, baseado no eurocentrismo, constrói "o imigrante" como um outro cultural incompatível com a "essência" supostamente democrática e humanista europeia (Stolcke, 1995; Shohat & Stam, 2002). Assim, as representações da mídia justificam a exclusão das pessoas extracomunitárias do exercício da cidadania na UE. Em termos de gênero, predomina o silenciamento e invisibilização das migradas, as quais aparecem constantemente como vítimas, especialmente da violência de gênero e de redes de tráfico de pessoas para a prostituição (Argote, 2007; Carracedo, 2008). Adicionalmente, as extracomunitárias são frequentemente associadas a papéis tradicionais de gênero, sendo relacionadas à maternidade numerosa, à religiosidade e à submissão. Essas representações naturalizam, assim, o lugar subordinado reservado a essas mulheres na sociedade europeia, especialmente laboralmente (Gregorio, 2002). Recentemente, as críticas sobre essas práticas jornalísticas discriminatórias motivaram a criação de recomendações éticas e até de entidades reguladoras (AAVV, 2005-6). Apesar do escasso impacto dessas medidas nos telejornais, observam-se novas propostas de aproximação à temática, como os programas divulgativos de não ficção sobre a experiência migratória emitidos pelas televisões públicas. Esse trabalho discute os programas desse tipo emitidos por TV3, canal que em 2006 criou, internamente, uma Comissão para a Diversidade. Assim, a partir de uma pesquisa baseada na visualização de 531 capítulos de cinco programas desse gênero emitidos entre 2008 e 2011, realizo uma análise de conteúdo sobre as representações articuladas sobre as mulheres migradas.

Palavras-chave: Gênero, migrações internacionais, audiovisuais, cidadania, televisão, media studies, eurocentrismo, Espanha, Catalunha

Mídia, política e capital simbólico: entre a dependência e a autonomia

Caroline Capaverde

UFRGS

Pedrinho Guareschi

UFRGS – Pedrinho.guareschi@ufrgs.edu.br

André Luiz Guerra Da Silva

UFRGS - andreguerras@gmail.com

Moises Romanini

UFRGS - moisesromanini@yahoo.com.br

Maria Isabel Nunes Lopes

UFRGS - maria.isabel@ufrgs.br

Resumo:

Na contemporaneidade, a política sofre inúmeras influências, entre elas, a econômica e social, mas, principalmente, a da mídia. O objetivo desse trabalho é realizar um estudo da relação entre mídia e política, bem como das estratégias utilizadas por ambas para a consecução de seus interesses. Os participantes do estudo foram 12 atores políticos, em nível municipal, estadual e federal, os quais experienciaram, ou ainda experienciam, a influência da mídia em suas carreiras políticas. A coleta de informações para essa investigação foi realizada através de entrevistas episódicas semidirigidas. Os principais temas encontrados foram: dependência recíproca entre mídia e política; influência crescente do judiciário sobre a mídia; indispensabilidade da visibilidade midiática; o sentimento generalizado de vitimização, por parte dos políticos, causado pela ação da mídia; e a influência central da mídia para a construção e desconstrução do capital simbólico dos atores políticos. Para análise e interpretação dos dados, foi utilizado o referencial da Hermenêutica de Profundidade. A análise parcial dos resultados obtidos sugere que a política está intrinsecamente ligada à mídia: o capital simbólico de que os políticos necessitam sua credibilidade é fundamentalmente alcançado através da mídia. Essas são algumas constatações iniciais. Análises mais aprofundadas são necessárias para uma compreensão abrangente e crítica da relação mídia e política.

Palavras-chave: Mídia, política, relação, dependência, capital simbólico.

Pandemia de gripe a (H1N1) 2009: biopolítica aplicada às campanhas de vacinação

Guilherme Corrêa
UNIFRA - guicor1978@gmail.com
Adriane Roso
UFSM

Resumo:

Os aspectos biopolíticos podem ser observados de forma clara nas sociedades contemporâneas, especialmente no que tange às questões de saúde pública. As reflexões aqui apresentadas representam uma parte de uma pesquisa intitulada Biopolítica, Gripe A (H1N1) e Mídia: o que pode um porco, que teve como temática principal a pandemia de Gripe A (H1N1) de 2009. No presente, os objetivos foram identificar, nas formas simbólicas de um jornal de circulação na região central do Rio Grande do Sul, os diferentes elementos de disciplinarização dos corpos e averiguar os aspectos discursivos que podem estar contribuindo para se fazer viver as biotecnologias. Foi realizada a análise de 291 reportagens veiculadas na edição online do jornal em questão, durante o mês de julho de 2009, período este considerado crítico devido ao número de mortes registradas pela Organização Mundial de Saúde decorrentes da pandemia. A leitura e análise das reportagens foram feitas sob ótica cartográfica, que visa o entendimento das condições que possibilitam o surgimento e permanências de práticas discursivas. Atentou-se para a biopolítica de forma geral e seus desdobramentos referentes à disciplinarização dos corpos, produção de saber-poder, normalização da sociedade, indústria farmacêutica e medicalização. Como resultado, pode-se observar a influência que as mídias de massa e as elites simbólicas podem exercer devido às construções de material simbólico transmitidos, que acabam por produzir efeito não só nos corpos dos sujeitos, mas nas dinâmicas das populações. Os aspectos biopolíticos observados vão ao encontro das exigências sobre a saúde dos sujeitos, que deve ser exibida e afirmada continuamente de forma ostensiva, constituindo um princípio fundamental de subjetividade, tornando a busca pela saúde perfeita à nova utopia de nossas sociedades.

Palavras-chave: Psicologia Social, Influenza Humana A (H1N1), Meios de Comunicação Impressos, Biopolítica.

A construção da representação social de Dilma Rousseff a partir das charges que a retratam na folha de São Paulo

Gabriel Pinelli Ferraz
PUC/SP - gabripinelli@hotmail.com

Resumo:

A política atual tem vivenciado desde o século passado um casamento com a mídia. No caso brasileiro, essa relação tem-se mostrado bem intensa desde o início da redemocratização, em 1989. É nesse cenário, composto por comunicação e política, que essa pesquisa se insere e lança seu foco, a fim de analisar a construção da representação social de Dilma Rousseff a partir das charges que a retratam. A charge possui uma importante trajetória no trato dos assuntos políticos. Por meio da sátira e do humor, ela promove síntese das temáticas políticas do seu tempo, enquanto opina e faz críticas. Como um veículo midiático construído via ridicularização, ela é capaz de provocar o leitor a refletir sobre as problemáticas de sua sociedade e também construir a representação de instituições e atores políticos. Essa pesquisa analisou as charges sobre Dilma Rousseff publicadas na Folha de S. Paulo, entre 1º de janeiro e 1º de novembro de 2010. Esse período contemplou o processo eleitoral. Abrangendo, assim, a pré-candidatura, a candidatura e o 1º e 2º turno do pleito eleitoral. O conjunto de charges selecionado foi analisado à luz da teoria das representações sociais de Serge Moscovici. A charge tem por matéria prima os assuntos do cotidiano e sobre eles reflete e opina. A charge, desse modo, é caracterizada como gênero jornalístico opinativo. Portanto, quando emitiu opinião sobre a personagem política em questão, a charge mobilizou as representações sociais da coletividade com o intuito de construir sua representação. As opiniões das charges eram persuasivas e tinham o objetivo de definir Dilma Rousseff.

Palavras-chave: Representação social; Charge política; Dilma Rousseff; Comunicação; Política.

Política e comunicação – que liberdade é possível?

Maria Isabel Nunes Lopes

UFRGS - maria.isabel@ufrgs.br

Pedrinho Guareschi

UFRGS - guareschi@ufrgs.edu.br

Moises Romanini

UFRGS - moisesromanini@yahoo.com.br

André Guerra

UFCSPA - andreguerras@gmail.com

Caroline Capaverde

UFRGS

Resumo:

Os meios de comunicação a grande mídia apresentam-se como tendo, supostamente, o objetivo primordial de informar o cidadão, ajudando-o a formar sua opinião acerca dos fatos que veiculam. Já a política tem o caráter de fomentar as discussões necessárias na sociedade, entendida como algo plural, em que os participantes conversam em pé de igualdade. Nas democracias modernas essas discussões se realizam na forma representacional. O objetivo desse trabalho é desvelar os acordos e estratégias que se constroem nos bastidores tanto da política como da mídia relativamente á produção do fato político midiaticizado. A pesquisa engloba doze entrevistas com agentes políticos das três esferas de Poder Legislativo Municipal Estadual e Federal bem como uma entrevista com um estudioso da comunicação. A técnica foi construída através de entrevistas episódicas semidirigidas. Para análise e interpretação das informações foi utilizado o referencial da Hermenêutica de Profundidade. Nas narrativas encontramos diferentes estratégias utilizadas para publicizar acontecimentos que ajudam a construir ou desconstruir a credibilidade dos atores envolvidos. Há uma presença marcante dos fatores econômicos na seleção ou ocultação das notícias. Esses resultados parciais são interpretados a partir das concepções de política como discutido por Hanah Arendt.

Palavras Chave: Política. Meios de Comunicação. Estratégias. Jogos de Poder.

Uso de drogas, mídia e representações sociais

Mariane Rigatti Hartmann
UFRGS - mariane.hartmann@gmail.com

Resumo:

O estudo discute o tema da mídia e do uso de drogas, com base na teoria das Representações Sociais (Moscovici, 1961). Pelo fato de vivermos em uma cultura e sociedade midiadas (Thompson, 2009), os meios de comunicação permeiam as relações sociais e influenciam a produção de subjetividades. O tema das drogas, como o uso de crack, por exemplo, tem ganhado destaque nos jornais, televisão e internet. Esta pesquisa investigou o modo como a mídia impressa, no Rio Grande do Sul, retrata os usuários de drogas (lícitas e ilícitas) tentando compreender quem é este usuário para a mídia e por que ela o mostra de maneiras específicas. Procurou identificar e analisar que tipo de representações sociais a mídia produz sobre o usuário e que questões ideológicas estão atravessadas por esta produção jornalística. A metodologia envolveu a análise de conteúdo, conforme apresentada por Bauer e Gaskell (2010), das reportagens de dois jornais de grande circulação no Rio Grande do Sul: Zero Hora e Correio do Povo. Foram selecionadas as reportagens de maio, junho e julho de 2009 e 2011 que envolviam referências a usuários de drogas. Para a interpretação dos dados foi empregado o referencial metodológico da Hermenêutica de Profundidade (Thompson, 2009), que considera o contexto sócio-histórico e espaço-temporal que situa o fenômeno, pode realizar análises de discurso e de aspectos ideológicos presentes no fenômeno social midiático. Alguns achados demonstram o destaque dado pela mídia às consequências danosas não apenas ao usuário, mas para a sociedade como um todo, privilegiando a periculosidade, a improdutividade, a insanidade, a irreversibilidade, o individualismo e a heterogeneidade como elementos ligados ao usuário. Podem ser apontadas estratégias ideológicas como a descontextualização da problemática das drogas e uma ênfase na responsabilização individual do sujeito pelo uso e consequências.

Palavras-chave: Mídia, usuário de drogas, drogas, representações sociais, ideologia

O poder absorvente da mídia televisiva

Neura César

UFRGS - neurafma@yahoo.com.br

Pedrinho Guareschi

UFRGS – Pedrinho.guareschi@ufrgs.edu.br

Resumo:

O objetivo deste estudo é discutir um projeto de pesquisa que está em andamento em Porto Alegre/RS, com oito grupos de jovens, onde apresentamos principalmente o referencial teórico e a metodologia que será utilizada. A pesquisa visa averiguar o impacto psicológico da Mídia Televisiva na conduta da juventude. A pergunta que nos conduz é: Qual o papel que a Mídia televisiva desempenha na criação de uma nova sensibilidade social e cultural. O poder absorvente da Mídia Televisiva é um fenômeno atual e central na sociedade contemporânea descrito com termos associados à socialização, penetração e poder de fascinação. Ela constrói e modela as relações entre as pessoas, como também constrói o novo ambiente social, com a força de fazer desaparecer a realidade social (GUARESCHI, 2005). Na visão de Thompson (2009), vivemos em uma sociedade e em uma cultura mediadas pela Mídia. As pessoas vivem na ingênua convicção que buscam a televisão, o rádio, o jornal pela sua função de distração, diversão e informação sobre a realidade que as cerca. Elas não têm consciência da manipulação e modelagem a que são constantemente submetidas pelas notícias veiculadas nos meios de comunicação. Seus efeitos são inconscientes, despercebidos /inadvertidos. (FERRÉS, 1998). Tem-se constatado que a Mídia influi inclusive nas crenças, nos desejos e, conseqüentemente nas decisões e no comportamento. Atua, sobretudo, na esfera da emotividade, mediante a sedução, a adesão a medos, ameaças, temores e valores. Trata-se de um estudo exploratório com abordagem qualitativa (BAUER & GASKELL, 2008). Para a coleta de dados, será utilizada a entrevista em profundidade e grupos focais com debates relacionados ao uso da Mídia televisiva. Levando em consideração a diversidade de forças que nos mantém absortos no mundo midiático e a televisão se apresenta como um importante meio de socialização e sedução faz-se necessário explorar tal instrumento para que se possa averiguar o impacto psicológico na formação de crenças e condutas e, sejam desenvolvidas estratégias na educação das sensações, visando a superação da condição de mero alvo, ou de marionetes dos veículos da comunicação.

Palavras-chave: Mídia, Juventude, Sedução, Educação das Sensações, Crenças



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Comunicações orais

**Eixo- Ações coletivas, movimentos sociais,
participação política**

Ser mulher e líder: a vontade de articular mundos

Dione Matos De Souza Cardoso

ULBRA - dodidione@hotmail.com

Graziela Cucchiarelli Werba

ULBRA - grazielawerba@terra.com.br

Resumo:

A agricultura brasileira é marcada pela efetivação do sistema capitalista e patriarcal, trazendo como consequência, a miséria e a expulsão dos camponeses de suas terras. Diante do desafio de lutar pela vida, as mulheres camponesas se organizaram buscando uma mudança. O presente artigo tem como objetivo promover a discussão acerca da formação produzida pelo movimento social de mulheres e seu atravessamento pelas questões de gênero. A pesquisa-ação foi realizada com mulheres pertencentes ao Movimento de Mulheres Camponesas MMC - Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na coleta de dados foram delimitadas três categorias: Ser mãe, mulher e líder. Para analisar, discutir e interpretar os dados, optamos pela Psicologia Social Crítica perpassada pelo conceito de Gênero. A partir dos achados, concluímos que a discussão de Gênero no MMC ainda é um desafio imprescindível para a ampliação das perspectivas e conquistas das mulheres.

Palavras-chave: Mulher, campo, movimento social, gênero

A articulação do eu com o outro: construção do *self* dos militantes dos movimentos sociais LGBTTT

Daniela Dalbosco Dell'aglio
UFCSPA - *danieladellaglio@gmail.com*
Lucia Marques Stenzel
UFCSPA
Alexandre do Nascimento Almeida
UFCSPA

Resumo:

*No Brasil, o movimento atualmente conhecido como LGBTTT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros) ganhou força e organização na final da década de 70, início dos anos 80. Nos anos 90 é que se pode dizer que essa população passou a ganhar espaço nas ruas, nos bares, nas festas, mas foi também nessa década que a AIDS contribuiu para a expansão dos estudos de caráter homoerótico. Com o aumento do debate, os movimentos sociais também ganharam maior visibilidade. Este trabalho teve por objetivo analisar de que forma se dá a construção do ativismo político de militantes do movimento social LGBTTT identificando o sentido que é atribuído as suas participações. Para isso, foram realizadas entrevistas individuais com cinco militantes. A análise das entrevistas permitiu a identificação de três categorias que contribuem para a formação do ativismo político dos militantes entrevistados: a articulação do eu com o outro, identidade política e identidade sexual. Neste trabalho, será enfocada a categoria articulação do eu com o outro, que foi analisada a partir da perspectiva da construção de *self* do Interacionismo Simbólico, de Herbert Mead. Foi identificado nas falas dos participantes como é forte a relação do sujeito militante com a sociedade, havendo dois pontos em que é visível essa relação: o primeiro é de como as transformações e mudanças sociais influenciam o sujeito e, segundo, como o sujeito se constrói na relação com as diferentes causas relacionadas às minorias sociais. Foi possível observar uma articulação do eu e do mim, que compõem o *self*, através da qual foi identificada a consciência política dos militantes entrevistados.*

Palavras-chave: Movimentos sociais LGBTTT, militância, consciência política, participação política, self

“Quando eu soltar a minha voz. Por favor, entenda”: a música como instrumento de pesquisa em psicologia social

Joel Fernando Borella
PUCSP - borella72@yahoo.com.br

Resumo:

Essa pesquisa tem como proposta, abarcar e discutir outras/novas formas de instrumentos de pesquisa em Psicologia Social. Por vivermos hoje em um processo rígido e, muitas vezes, caduco de se produzir pesquisas muito por conta da obrigatoriedade acadêmica de fabricação de artigos, livros, resumos, entre outros vemos a exacerbação da mesmice e igualdade em temas e pesquisas. Nesse caso específico de um trabalho de dissertação que trata de memória coletiva e velhice a música se apresenta como uma nova proposta provocativa para a coletivização das memórias. Mas, Como a música pode despertar memórias? Norteados por essa questão, houve-se um aprofundamento nos estudos da potência da música em espaços coletivos, não como um processo biológico, mas, como um processo social e político. Nesse trabalho, com grupos de velhos, foi-se organizados grupos, com a metodologia de grupo focal, disparado por músicas de sucesso da década de 60. Nessa pesquisa ainda em andamento pode-se observar que no trabalho com velhos, a música pode reverberar memórias coletivas e contribuir para a reconstrução dos passados e a elaboração das suas trajetórias de vida.

Palavras-chave: Música, Psicologia Social, Memória coletiva e Velhice.

Emponderamento e participação política dos usuários na luta antimanicomial na cidade de Natal/RN

*Maria da Graça Silveira Gomes da Costa
UFRN - mariaggomes@gmail.com*

Resumo:

Um dos maiores desafios do processo da reforma psiquiátrica brasileira está na elaboração e concretização de políticas e iniciativas intersetoriais, ou seja, que envolvam amplos setores dos movimentos sociais e da sociedade civil como um todo, voltadas para inserção social no sentido da construção de alternativas e espaços concretos que viabilizem a circulação dos usuários na vida social e garantam o exercício da cidadania, para além dos serviços de saúde mental, a partir de estratégias efetivas de participação social e emponderamento. Emponderamento é o processo que leva ao fortalecimento do poder pessoal e coletivo de pessoas e grupos submetidos a longo processo de dor, opressão e/ou discriminação. Na área da saúde mental, esse empoeiramento pode ser manifestado através do aumento de autonomia e fortalecimento individual e coletivo nos grupos de ajuda mútua de usuários, nos coletivos de reivindicação de direitos de usuários e familiares, no controle social das práticas da reforma psiquiátrica, entre outros. Os grupos de familiares e usuários surgem em meio às lutas pela reforma psiquiátrica e movimento antimanicomial dando força ao processo de reivindicação de direitos e da implantação da reforma no país, que só foi regulamentada em 2001 através da Lei Federal 10.216. A maioria desses grupos visa, além de interferir e mudar as políticas, os serviços, a legislação, a cultura profissional e a cultura mais ampla relacionada à doença e a saúde mental na sociedade, também construir grupos e serviços próprios e/ou dirigidos por usuários e ex-usuários que funcionem como suporte no processo de reabilitação psicossocial desses sujeitos. Podemos pensar, portanto, que esses grupos se constituem como espaços de formação política e de modos de produção de subjetividade próprios, atravessados por diversos discursos como o do saber médico, das instituições, das organizações não governamentais (ONGs), do Sistema Único de Saúde (SUS), etc. A partir de tais pressupostos, objetivamos investigar como se dá a participação política dos usuários no movimento da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial no Nordeste brasileiro. Para tanto, nos orientamos pela perspectiva teórico-metodológica da Cartografia, ao acompanhar as durante cerca de 2 anos as ações e reuniões da Associação Plural de Usuários e Familiares (Plural) e da Associação Brasileira de Saúde Mental-RN (ABRASME-RN), dois grupos protagonistas da luta antimanicomial na cidade de Natal e RN. Percebemos, ao longo desse percurso, como os movimentos, grupos e reuniões de usuários da rede de saúde mental trazem inúmeras possibilidades de desvios e reapropriações em relação a uma série de paradigmas hegemônicos, constituindo-se como grupos-dispositivos que possibilitam a

emergência de modos singulares de existência. No entanto, a participação política e a organização desses grupos enquanto movimentos sociais ainda se apresentam de forma insipiente no cenário da saúde mental do RN, sendo pautadas por uma série de conflitos que mostram o quanto a voz daqueles considerados loucos ainda é, muitas vezes, desconsiderada, mesmo dentro da luta antimanicomial.

Palavras-chave:

usuários, reforma psiquiátrica, emponderamento, cartografia, movimentos sociais.

Representações sociais e gênero: reflexões acerca do pensamento social de internautas sobre a marcha das vadias

Caroline Gonçalves Nascimento
UNILASALLE - carolinenascimento@yahoo.com.br

Aline Accorssi
UNILASALLE – alineaccorssi@gmail.com

Resumo:

Ainda que a Marcha das Vadias tenha surgido em 2011 no Canadá, é em 2012 que ela ganha visibilidade nas ruas e na mídia brasileira, em especial em sites de notícias e redes sociais. Expressão de movimentos feministas contemporâneos, a Marcha procura denunciar a violência contra as mulheres e lutar pela igualdade de gênero nos diferentes espaços sociais. Mesmo que sejam reivindicações aparentemente aceitas socialmente, tal movimento tem se defrontado com inúmeros preconceitos e resistências. A internet, neste sentido, tem servido como suporte midiático de propagação e debate em torno de tal temática. O presente artigo, portanto, pretende identificar e compreender a representação social da Marcha das Vadias expressada a partir dos comentários de internautas às reportagens digitais que fizeram a cobertura do movimento no Brasil no presente ano. Para isto, foram captadas quatro matérias sobre a Marcha, do período de março a junho, em um importante portal de conteúdos variados, sendo que o material selecionado para análise foram 500 comentários de internautas referentes a tais matérias. Para a organização do material e análise dos dados, nos baseamos na Hermenêutica de Profundidade de John Thompson que enfatiza, sobretudo, o processo interpretativo e crítico frente à propagação de formas simbólicas ideológicas no campo midiático. As interpretações preliminares apontam para dois caminhos. De um lado, há uma minoria, normalmente identificada como mulheres, que associam a Marcha a uma forma de expressão da possibilidade de mudança social através de um ativismo político irreverente e ousado, e, de outro, uma maioria, identificada principalmente como homens, que tomam as expressões dos corpos, presentes na Marcha, como atitudes vulgares e despropositadas, agindo no sentido oposto ao das reivindicações. Também ganha destaque o número expressivo de comentários ofensivos e agressivos voltados às participantes e ao movimento. Tais dados tem nos levado a refletir sobre a repetição dos papéis sociais que as mulheres ainda ocupam na sociedade e as normativas morais que impõem formas aceitáveis de ser e agir ao cotidiano feminino.

Palavras-chave: Marcha das Vadias, Feminismos, Teoria das Representações Sociais.

Movimento negro no Brasil: uma história de lutas e conquistas

Sílvia Vieira

UNILASALLE - silviareg2005@yahoo.com.br

Aline Accorssi

UNILASALLE - alineaccorssi@gmail.com

Resumo:

O presente trabalho procura resgatar a história de lutas e conquistas do Movimento Negro Unificado (MNU), desde sua criação até os dias atuais. Importante destacar que o Movimento luta por igualdade de oportunidades, por políticas públicas efetivas que possibilitem de fato a inclusão do povo negro na sociedade brasileira, sem racismo, pelo respeito da raça humana. Neste trabalho, portanto, iniciamos com a contextualização do surgimento do Movimento Negro vinculado ao estado do Rio Grande do Sul, para então chegarmos ao MNU no Brasil. Pode-se dizer, em linhas gerais, que tal história inicia no ano de 1907, na cidade de Pelotas (RS), quando um grupo de intelectuais negros se uniu para criar o jornal “A Alvorada”, fundado 19 anos depois da abolição da escravatura no Brasil. A Alvorada, pretendia, desde seu primeiro número, ser uma tribuna de defesa dos operários e dos negros de Pelotas, período que ficou conhecido como Imprensa Negra. Após um longa história, em 1978 surgia, enquanto proposta política, através de um ato público organizado em São Paulo contra a discriminação racial, a origem do MNU. A constituição deste movimento teve impacto na atitude do Estado em relação ao tema, criando em 1984 o primeiro órgão público voltado para o apoio dos movimentos sociais afro-brasileiros: o Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra. Anos mais tarde, em 1989, foi promulgada a Lei Caó tipificando o racismo como crime. A história do MNU esta vinculada a toda luta por reparação do Estado Brasileiro por décadas de escravidão que povo negro passou quando foi sequestrada de sua pátria África e submetido a todos os tipos de atrocidades que a escravidão ocasionou e que, de vários modos, ocasiona até hoje. Conclui-se, portanto, que o MNU tem sido um ator social fundamental na luta política por maior espaço na sociedade brasileira.

Palavras Chaves: Movimento Negro; Movimento Negro Unificado; história política e social



VII Simpósio Brasileiro de Psicologia Política
Memória Política, Movimentos Sociais,
Educação e Esfera Pública
São Francisco de Paula
15 a 18 de novembro 2012

Exposições

Quando colar faz refletir

Patrícia Soares Viale
UERGS - pviale@gmail.com

Resumo:

Em 2001 fiz um autoexílio na Suíça, em função de um casamento. Jornalista no Brasil, lá me descobri uma analfabeta. Além de precisar aprender uma língua totalmente estranha, que era o alemão, na época, descobri que nem sempre a língua que se escreve é a língua que se fala. A Suíça é dividida em cantões independentes (como estados que são autônomos) e em quatro regiões linguísticas, o alemão, o francês, o italiano e o retro romano. Eu fui morar na região alemã. Muito fácil até então. Na prática descobri que eu precisava escrever em alemão, mas falar dependia da cidade onde estava. Falam-se dialetos locais. Como se fosse o suíço, que mudava a cada poucos quilômetros. Outra descoberta foi a não validade do meu diploma de curso superior. Justo eu que me orgulhava de ter cursado jornalismo na faculdade que era considerada a melhor da América Latina. Diante de tantos "não" e percebendo que, o exílio escolhido teria que acontecer por um tempo mínimo de um ano, fui atrás de algo que me salvasse. E descobri a arte. Na época, havia um casarão que era conhecido como a Casa dos Dadaístas, o Cabaret Voltaire. Tinha sido lá que o movimento iniciara em 1916, durante a Primeira Guerra Mundial. O casarão tinha sido vendido, seria derrubado e lá um prédio moderno abrigaria novos negócios. Interessei-me por este movimento, o dos dadaístas sobreviventes ou somente admiradores do "ismo" e passei acompanhar as notícias nos jornais, além de fazer visitas regulares ao local e pesquisas na internet sobre o assunto. Os dadaístas ganharam um sala na Universidade de Zurique para seus encontros e eu consegui uma vaga de aluna ouvinte nas disciplinas de Narrativa Angolana e Língua Portuguesa, na Universidade de Zurique, tamanha era minha curiosidade. Não consegui me aproximar dos dadaístas, mas fiz ótimas pesquisas na Universidade que refletiram no trabalho de colagem que iniciei. Nas colagens, um retrato do que eu via e sentia. Uma profunda desfiguração da sociedade e dos indivíduos. Era o 11 de setembro acontecendo. Eram os asilos políticos sufocando uma Europa, que mostrava a sua xenofobia. Era uma mulher, que apesar de tudo, se desmontava e se remontava tão longe das suas origens.

Palavras-chave: colagem, Europa, desfiguração

Oficina de stencil art na contemporaneidade

Leonardo Bortoluzzi Mostardeiro

Centro Universitário Franciscano - leobm@gmail.com

Dione Gonçalves Lemos

Centro Universitário Franciscano - dionelemos@hotmail.com

Fernanda De Oliveira Alves

Centro Universitário Franciscano - falves.psi@gmail.com

Matheus Giacomini Palma

Centro Universitário Franciscano - mathgiacomini@gmail.com

Maura Tatiane Nascimento De Oliveira

Centro Universitário Franciscano - libimaura@gmail.com

Mariana Nunes Brum

Centro Universitário Franciscano

Mônica Pilar Ribeiro

Centro Universitário Franciscano - momonicaaaa@hotmail.com

Tainara Santos De Moraes

Centro Universitário Franciscano

Thaís Marcelle Pithan

Centro Universitário Franciscano

Resumo:

A) Organização proponente: Diretório Acadêmico de Psicologia da UNIFRA (Centro Universitário Franciscano) de Santa Maria - RS. Gestão Metamorfoses. C) Explicação da atividade: Trata-se de uma exposição de trabalhos produzidos coletivamente através do stencil art, geralmente impresso em camisetas e ecobags (sacolas ecológicas de tecido). As pessoas que quiserem praticar o stencil durante o evento podem levar suas camisetas, acessórios, enfim, materiais de tecido que possam ser trabalhados. Portanto, existirão oficinas funcionando durante o evento, por isso o nome Exposição/Oficina. Levaremos também livros de nosso gosto para trocar ideias e compartilhar saberes com os participantes. Como expressão popular, manifestação artística humana, o stencil pode ser usado como meio de participação política e ampliação da cidadania. Suas possibilidades de uso são ilimitadas como a criatividade humana. Se aposta nessa prática como aliada ao psicólogo cartógrafo, capaz de auxiliar em seu empenho em dar língua a afetos que pedem passagem (ROLNIK, 2007). Por isso a pertinência de pensarmos e propormos práticas como esta que podem aliar componentes singulares e coletivos nas produções de subjetividade e composição de territórios existenciais. Guattari (2012), nas Três ecologias, insiste que nos registros das práticas "psi", passemos a trilhar caminhos ético-estéticos, em contraposição ao paradigma técnico-científico. D) Objetivos: Aliar arte, movimento estudantil e ciência "psi" como ferramentas micropolíticas que gerem efeitos advindos dos encontros que são proporcionados por experimentações como esta. E) Produtos/Materiais a serem expostos e/ou

vendidos: Iremos expor camisetas e ecobags confeccionadas pelo diretório acadêmico e que serão vendidas na hora. F) Espaço necessário (dimensões aproximadas): Duas mesas grandes. Uma para expor e outra para praticar estêncil art na hora. E cadeiras para osicineiros. Paine para colagem de fotos de stencils. G) Recursos necessários à montagem: Se puderem ajudar com tintas de tecido de variadas cores agradecemos.

Palavras-chave: Ações Coletivas, Participação Política, Estêncil Art, Expressão Social, Movimento Estudantil.

Olhares cotidianos

Teresa Cristina Bruel Dos Santos
Centro de Referência de Canoas

Resumo:

Esta exposição fotográfica pretende retratar a cidade histórica de Havana (Cuba), uma cidade que parece ter parado no tempo. As cores, as pessoas, os carros, o antigo, o cotidiano surpreende por sua beleza singela e mística a um só tempo. As imagens capturam cenários ecléticos que se presentificam através da fotografia. A coleção de imagens nos mostra os contornos da cidade, seus hábitos e movimentos. A capital de Cuba é um lugar intrigante e por si fotogênico, cheio de sombras e de luzes. Impossível não querer registrar Havana através da fotografia e colocá-la em evidência no discurso da imagem. Havana Velha, decadente e bela ao mesmo tempo. Muitas Havanas. O vermelho, o azul e o branco estão por todas as partes: nos muros das casas, das confeitarias, nas cores da escola, nos uniformes das crianças. Caminhar pela cidade é um convite para fotografar cores e temas espalhados... A cidade está feita de cores vibrantes e irresistíveis, impossíveis de retratar em branco e preto. A ação e participação das pessoas na cena urbana revelam matizes de uma Havana complexa e silenciada/silenciosa politicamente.

Palavras-chave: Fotografia, Havana, cotidiano, cidade, participação.